

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

PATRÍCIA MARIA DOS SANTOS

**UM OLHAR SOBRE OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA
POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA DE VITÓRIA: CAMINHOS PARA A
REINSERÇÃO SOCIAL**

VITÓRIA
2018

PATRÍCIA MARIA DOS SANTOS

**UM OLHAR SOBRE OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA
POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA DE VITÓRIA: CAMINHOS PARA A
REINSERÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gilsilene Passon Picoretti Francischetto.

VITÓRIA

2018

PATRÍCIA MARIA DOS SANTOS

**UM OLHAR SOBRE OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA
POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO
EM SITUAÇÃO DE RUA DE VITÓRIA: CAMINHOS PARA A
REINSERÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Aprovada em ____ de _____ de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Gilsilene Passon Picoretti
Francischetto
Faculdade de Direito de Vitória
Orientadora

Prof. Dr. André Filipe Reid dos Santos
Faculdade de Direito de Vitória

Prof. Dr. Igor Martins Medeiros Robaina
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Externo

Dedico este trabalho à população em situação de rua e sua luta, em especial a população em situação de rua de Vitória assistida no CENTRO-POP, que me permitiram o acesso a suas histórias e a descoberta sobre a vida nas ruas.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa o início de uma fase importante da minha vida acadêmica e resultado da colaboração de diversas pessoas, que foram indispensáveis para que esse sonho se realizasse, dentre elas gostaria de agradecer:

Inicialmente, à minha família. Minha mãe Maria, minha irmã Juliane e meu sobrinho Bernardo, que não pouparam esforços para que eu realizasse meu sonho de cursar o mestrado, sempre acreditando nas minhas escolhas, ao apoio incondicional nesses dois anos e meio, por compreenderem a minha ausência no nosso lar. Ao meu amado e saudoso pai, Antônio, estamos realizando nosso grande sonho! Tenho certeza que está presente na minha vida me guiando! Agradeço também, aos meus primos Cida, Rubens e Renata, e meus tios e tias, Luís, Beli, Gica, Idalina, Erlinda e Olga por toda força e orações.

Ao meu amor Pedro, por escutar todas as minhas angústias nos momentos difíceis. Sempre ao meu lado, transmitindo-me segurança, confiança e muito amor durante a pesquisa de campo e no término desta dissertação.

A minha orientadora Gilsilene, grande professora e pesquisadora. Esta pesquisa tem sua marca: a escuta sensível, o respeito e compromisso com a questão social e com os sujeitos que pesquisamos. Orientou esta pesquisa com rigor, humanidade, compreensão e entusiasmo, mas, sobretudo por sua sensibilidade. Nenhuma palavra será suficiente para demonstrar meu eterno agradecimento, admiração e gratidão.

Aos professores e suas valiosas contribuições no exame de qualificação e defesa: Ao professor André Felipe Reid dos Santos, exemplo de dedicação à vida acadêmica; ao professor Igor Martins Medeiros Robaina, agradeço enormemente o pronto aceite a integrar a minha banca de qualificação e defesa.

Agradeço, especialmente, à querida Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, coordenadora e professora do programa e aos professores e membros desta instituição.

Aos membros do grupo de pesquisa Invisibilidade Social e Energias Emancipatórias em Direitos Humanos, pelos debates e trabalhos que foram fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa no curso dos dois semestres do ano passado.

Agradeço aos amigos e colegas da turma de 2016/1 do PPGD pela amizade e contribuições proporcionadas ao longo do curso e da pesquisa, especialmente ao “grupinho”: Alexandre, Renata, Ana Carolina e Vernon.

Aos doutorandos Priscila e Bruno, dois grandes amigos (e irmãos) sempre presentes nesta caminhada (nos momentos mais tensos e difíceis) desde meu ingresso como aluna especial do programa. Fortalecendo-me com o incentivo, compartilhamento de ideias, saberes e conselhos extremamente produtivos. Sem vocês eu teria desistido! Da mesma forma, agradeço também ao doutorando Lucas por ter contado com a colaboração e ensinamentos com uma das bases teóricas.

Ao professor e egresso do PPGD Rodrigo Basseti Tardin, pelo incentivo acadêmico e profissional, e também pela sua amizade e atenção.

Fora da FDV, agradeço ao Samuel, mestrando do PPGED da UFES, pela escuta, indicações bibliográficas e pela amizade construída durante a pesquisa de campo no CENTRO-POP de Vitória.

Ao Coordenador do CENTRO-POP de Vitória, Mauro Souza Motta, além de todos os outros técnicos e educadores sociais deste equipamento social. Muito obrigado pela acolhida e disponibilidade que marcaram minha passagem durante a pesquisa de campo.

Aos profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Vitória (SEMAS) em especial à Luciana do Serviço de Abordagem, Gabriela da Gerência de Média Complexidade e ao Cristiano da SEMAS, pelas informações.

À população em situação de rua, assistida no CENTRO-POP de Vitória que conheci ao longo desta pesquisa, que me permitiram o acesso a suas histórias e a descoberta sobre a vida nas ruas. Fica a lembrança das partidas de dominó. É um pedacinho de vocês registrado na memória.

CAMINHOS

Caminhos que levam
A lugar algum
Palavras que surtem
Efeito nenhum

Meninos que choram
Um a um
Pedindo um pão
Ou um lugar comum

Onde possam sorrir
E voltar a brincar
Talvez cantar
Ou apenas
Parar de chorar

Ou quem sabe?
Aprender a ler
Para depois escrever
Palavras que possam
A alguém comover

Na intenção de falar
Que precisam viver
Ou talvez apenas
Parar de sofrer

Com a alma nua
Na solidão da rua

Pedindo a DEUS
Que ilumine
A atitude sua

**Roberto Reis, poeta assistido pelo CENTRO-
POP de Vitória.**

RESUMO

O presente estudo apresenta múltiplos olhares acerca dos sujeitos envolvidos nas políticas públicas de atendimento à população em situação de rua no município de Vitória/ES. Especificamente, objetiva a apresentação de reflexões acerca da política municipal implementada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População Adulta em Situação de Rua (CENTRO-POP). Como metodologia, utiliza-se a dialética e, como técnicas de pesquisa inseridas no campo da investigação social, empregam-se a observação participante e entrevista, na modalidade semiestruturada, com pessoas em situação de rua atendidas pelo equipamento social e com pessoas que trabalham diretamente com elas no local investigado, além da análise de documentos, registros de atividades e dados. O desenvolvimento teórico do estudo tem como base os referenciais do conceito de invisibilidade pública e seus fenômenos, a partir do pensamento de Fernando Braga da Costa e a construção teórica de Boaventura de Sousa Santos sobre o pensamento abissal e acerca da epistemologia da sociologia das ausências, apresentada com foco em dois dos cinco modos de produção de não existência. Em última análise, esses recursos no estudo permitiram a compreensão dos potenciais da política pública implementada no equipamento social pesquisado, que podem contribuir para a reinserção social dessa população.

Palavras-chave: População em situação de rua. Política pública. Invisibilidade pública.

ABSTRACT

The present study introduces multiple perspectives about subjects involved within the public assistance policies towards the population living in the streets of Vitória/ES. Specifically, it aims to present reflections regarding the municipal policy implemented in the Center of Specialized Reference of Social Assistance for the adult population in street situation (Pop Center). As a methodology, it was used dialectics and, as research techniques inserted in the field of social research, participant observation and interview, in the semi-structured modality, were used with the street people served by social equipment and with people who work directly with them in the place investigated, besides the analysis of documents, activities records and data. The theoretical development of the study has its basis in concepts of public invisibility and its phenomena, based upon the thinking of Fernando Braga da Costa and the theoretical construction of Boaventura de Sousa Santos on Abyssal Thinking and epistemology of the Sociology of Absences, presented with focus on two out of the Five modes of production of non-existence. Ultimately, these study resources allowed the comprehension concerning the potential of the public policy implemented in the researched social equipment, which can contribute to social reintegration of this population.

Keywords: Population in the street. Public policy. Invisibility.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAD-ÚNICO - Cadastro Único

CDU - Comissão de Desenvolvimento Urbano

CENTRO-POP - Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua

CIAMP-RUA - Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

GTI - Grupo de Trabalho Interministerial

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MNPR - Movimento Nacional da População em Situação de Rua

NOB - Norma Operacional Básica

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SEAS - Serviço Especializado em Abordagem Social

SEJUS - Secretaria de Estado da Justiça

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

PA - Pronto Atendimento

PIA - Plano Individual de Atendimento

PL - Projeto de Lei

PS - Pronto Socorro

UBS - Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 PANORAMA HISTÓRICO-CONCEITUAL DO FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	19
1.1 CRÍTICA À MODERNIDADE: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA...	19
1.1.1 Contextualização nacional	28
1.2 NOMENCLATURA E SIGNIFICADO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: AS REPRESENTAÇÕES E O ESTIGMA.....	32
1.3 A TENDÊNCIA DE INVISIBILIZAR O FENÔMENO.....	40
2 O PERCURSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	52
2.1. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DAS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS À ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA.....	52
2.2. A RELAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	62
2.3. A POLÍTICA NACIONAL DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	68
2.4. CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.....	74
3 AS NARRATIVAS DOS SUJEITOS INSERIDOS NA POLÍTICA MUNICIPAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	82
3.1 A TRANSFORMAÇÃO DA POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA EM “ASSISTIDOS”.....	82
3.2 ATENÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA: CAMINHOS PARA A REINSERÇÃO SOCIAL.....	95

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	127
ANEXO I.....	137
ANEXO II.....	141
ANEXO III.....	144
ANEXO IV.....	146
ANEXO V.....	148
ANEXO VI.....	151
ANEXO VII.....	154
ANEXO VIII.....	156
ANEXO IX.....	159

INTRODUÇÃO

A existência de pessoas vivendo nas ruas compõe o cenário urbano, e em nossos dias vêm ganhando dimensões também no cenário midiático: nos noticiários, jornais, associação de moradores, audiência pública, rodas de conversa e grupos de trabalho no município de Vitória. Esse fenômeno passou a ocupar um espaço, mas que ainda não é visível, em estudos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento caracterizadas por regulamentos e normas, além de políticas públicas relativas a esses atores sociais. Revela-se, dessa forma, um tema com escassez de dados, estudos e pesquisas voltadas a esse segmento social.

A importância deste estudo na área de direitos fundamentais justifica-se na sua promoção e efetivação por meio de políticas públicas, em especial, aqueles preconizados na Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, 2009) e na Política de Atendimento à População em Situação de Rua na Cidade de Vitória (VITÓRIA, 2007) garantindo-se, assim, os princípios nelas aplicadas.

Este estudo também se justifica pela reunião de informações que possibilitem a implementação e execução das políticas públicas junto aos gestores municipais e à rede formada por programas, serviços, projetos de acolhimento a essa população.

Diante desses cenários, fortalecer a autonomia do indivíduo e resgatar os vínculos familiares e sociais tem sido desafios constantes do Estado e por meio de políticas públicas. Frente a tais desafios, essa dissertação versa, de um modo específico, acerca de como têm sido executadas as políticas públicas de atendimento à população em situação de rua no contexto nacional e municipal.

Este estudo realizado no município de Vitória busca verificar de que forma a população em situação de rua, os técnicos e educadores sociais incluídos em uma política pública do município percebem tais ações quanto à sua contribuição para o processo de reinserção social. Parte-se da hipótese de que as políticas públicas

relativas à população em situação de rua assistida pelo equipamento social - Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CENTRO-POP) - no município de Vitória estão marcadas por grandes desafios quanto a sua implementação e execução.

As primeiras análises acerca do tema relacionar-se-ão ao fenômeno da invisibilidade pública frente à população em situação de rua, o seu surgimento e a representação refletidas mediante o processo de desigualdade social brasileira historicizada na escravidão, migração, desenvolvimento dos centros urbanos e a crise econômica até o aumento da presença desses sujeitos, excluídos socialmente. Como ponto de partida, ocorrerá reflexões sobre os primeiros olhares relativos à invisibilidade pública e seus fenômenos em torno dos processos de exclusão social.

Em seguida, frente a essa invisibilidade pública, denota-se a reflexão na identidade de como esses sujeitos enxergam a si. Com a ausência de identidade e as constantes violações sofridas pela população em situação de rua, surge uma mobilização e participação da sociedade civil, na tentativa de resgatar a cidadania, a dignidade dessa população e o anseio por emancipação e visibilidade por meio da Política Nacional de Atendimento a População em Situação de Rua instituída e regulamentada pelo Decreto nº. 7.053/2009.

Assim, com o advento da Política Nacional surge um instrumento norteador de ações do Poder Público, nos seus diferentes entes federativos e da sociedade civil uma visibilidade jurídica para o enfrentamento desse fenômeno. Nesse sentido, esta pesquisa procura trazer elementos para implementação dos dispositivos nacionais perante a gestão da política municipal, a partir da análise de atendimento a esse segmento social.

Nesse sentido, o percurso metodológico do texto, sob uma abordagem dialética será exposto com teorias, métodos e técnicas diante de uma investigação social. No estudo investigativo, a proposta da pesquisa é de natureza qualiquantitativa, da qual, partindo-se do trabalho de campo e por meio dos processos de observação participante e das entrevistas semiestruturadas pretende-se apresentar um olhar dos sujeitos envolvidos para a realização dos objetivos propostos.

Nesse sentido, diante de uma crise da Modernidade apresenta-se o surgimento da população em situação de rua, expresso nas alterações ocorridas na sociedade, impulsionado por problemas de ordem social enfrentados pelos grandes centros urbanos e, posteriormente, demonstrados no processo de invisibilidade pública dessa população, que são vítimas de estigma, preconceito, discriminação e violência.

Em seguida, partindo da consideração de que a invisibilidade pública e a exclusão social são eixos das injustiças e das violações contra essa população, surge a necessidade da efetivação de seus direitos através de políticas públicas. Por fim, apontar-se-á as mudanças legislativas anteriores e posteriores à Política Nacional da população em situação de rua e, a partir daí, buscar-se-á compreender quais são os potenciais dessa política que podem contribuir para a desinvisibilização deste segmento social.

De outro lado, os aspectos metodológicos e epistemológicos focalizarão os sujeitos da pesquisa, instrumentos e análise de dados. A pesquisa realizar-se-á através da análise quali-quantitativa, dividida da seguinte forma: partindo-se do desenvolvimento teórico sob a temática (caráter qualitativo) e também pelos questionários (caráter quantitativo).

Dessa forma, serão utilizadas entrevistas semiestruturadas com a população em situação de rua assistida no equipamento social levando em consideração o tempo mínimo de 6 (seis) meses com relação ao trabalho e/ou permanência no serviço e os profissionais (técnicos e educadores sociais) sob o critério de entrevistar todos que estejam atuando no momento da pesquisa, observando o seu tempo de trabalho e suas experiências com este público. No total, essa análise ocorreu a partir dos dados extraídos de entrevistas, com 21 (vinte e um) técnicos e educadores sociais e 23 (vinte e três) pessoas em situação de rua.

No segundo momento, a investigação ocorrerá a partir do processo de observação participante e de conhecimento do equipamento social com a análise de

documentos, registro de atividades e dados com a finalidade de trazer a percepção da pesquisadora acerca do cotidiano do local.

Para tanto, no primeiro capítulo, caracterizar-se-á um panorama histórico-conceitual do fenômeno da população em situação de rua com referências históricas de uma crítica à Modernidade. O capítulo organizar-se-á em três seções: na primeira será exposto uma crítica à Modernidade apresentada por transformações históricas. Na segunda seção, diante das transformações históricas apontadas, referenciamos na contextualização nacional da população em situação de rua e seu processo de exclusão social. Na seção seguinte, mediante as representações e o estigma dessa população apresentar-se-á os elementos teóricos da invisibilidade pública.

Com a tendência de (in)visibilizar o fenômeno, neste segundo capítulo, far-se-á uma exposição da construção da política de assistência social representada, principalmente, por manifestações no âmbito nacional a respeito da população em situação de rua e implementada com base em leis e normativas, tais como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política de Assistência Social (PNAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as políticas em âmbito nacional e municipal de atendimento à população em situação de rua.

O recurso da pesquisa de campo possibilitará, no último capítulo, a análise da política municipal de atendimento à população em situação de rua e sua transformação em assistidos, por meio de uma gestão em rede que funciona como espaço de interlocução entre os sujeitos. Com a incursão exploratória no campo realizada no período de 3 (três) meses com frequência mínima de uma vez por semana em um período de tempo de 6 (seis) horas diárias permitiram a estruturação da pesquisa e o processo de ações, projetos e serviços de proteção voltados à população em situação de rua no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CENTRO-POP), que funciona como local de acolhida imediata deste público.

Demonstrar-se-á, por meio das entrevistas com os atores sociais envolvidos e pelo processo de observação e conhecimento do equipamento social, o desenvolvimento teórico do estudo partindo-se dos referenciais do conceito de invisibilidade pública e

de seus fenômenos, a partir do pensamento de Fernando Braga da Costa e na análise do pensamento Abissal de Boaventura de Sousa Santos e também da epistemologia da sociologia das ausências, que apresenta com foco em dois das cinco modos de produção de não existência levando por base o estigma e seus subprodutos como o preconceito, discriminação e violência, dos quais esses atores sociais são vítimas.

Sob essa perspectiva de análise dos potenciais da política pública municipal de atendimento à população em situação de rua no município de Vitória implementada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a população em situação de rua (CENTRO-POP), situado institucionalmente no âmbito da proteção social especial da média complexidade do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, direcionar-se-á ao problema central desta pesquisa: verificar de que forma a população em situação de rua e os técnicos e educadores sociais incluídos nas políticas públicas do município de Vitória percebem tais ações quanto à sua contribuição para o processo de reinserção social?

Por fim, diante do tema da pesquisa, justificativa, problema, hipótese, métodos, objetivos e, além de toda análise realizada na pesquisa, apresentam-se as considerações finais com apontamentos sobre as questões voltadas às políticas públicas específicas a esse segmento, considerando a sua passagem de “franjas” da sociedade (SANTOS, 2010a) para uma visibilidade.

1 PANORAMA HISTÓRICO-CONCEITUAL DO FENÔMENO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

1.1 CRÍTICA À MODERNIDADE: A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A ideia definidora da Modernidade pode ser formada a partir do período histórico de revoluções. Em síntese, é um processo de transformações intensas, principalmente referente ao processo de colonização da América dentro do novo padrão mundial, a Europa¹. A Modernidade resultou da invasão e da conquista, que se transformaram com o passar do tempo, em lutas pela identidade e pela emancipação dos povos colonizados.

Segundo Henrique Dussel (1994), a Modernidade nasce de uma divisão histórica em dois determinados momentos: o primeiro se refere à chegada dos europeus na América e o segundo inicia-se no século XVIII com Revolução Industrial e o Iluminismo, tornando-se um processo histórico marcado pelo “momento concreto da ‘origem’ de um ‘mito’ de violência sacrificial muito particular e, ao mesmo tempo, um processo de ‘encobrimento’ do não-europeu” (DUSSEL, 1994, p. 08).

A Inglaterra substitui a Espanha como potência hegemônica até 1945, e tem o comando da Europa Moderna e da História Mundial (em especial desde o surgimento do Imperialismo, por volta de 1870). Esta Europa Moderna, desde 1492, “centro” da História Mundial, constitui, pela primeira vez na história, a todas as outras culturas como sua periferia” (DUSSEL, 2005, p. 58).

Com o processo de modernização e a conseqüente colonização, proveniente desse dualismo, a Europa passou ao marco de paradigma moderno², de maneira a visibilizar o modo eurocêntrico sob o Outro colonial.

¹ A noção da Modernidade e sua crítica serão sustentadas no decorrer dos capítulos.

² Caracterizado como um “modelo científico de verdade, aceito e predominante em determinado momento histórico” (KUHN, 1975, p. 218).

Dentro do sistema-mundo europeu desenvolveu-se o “etnocentrismo”, passando a ser a modernidade, e a racionalidade produtos europeus. No etnocentrismo europeu, existe o “outro” em completo estado de natureza e o “eu” que é o resultado da evolução (QUIJANO, 2005, p. 122).

Nesse sentido, a Modernidade decorrente do racionalismo iluminista, tornou-se uma matriz totalizante da razão instrumentalizada nas relações, apresentada por uma proposta de racionalidade nas sociedades e do Estado moderno que emancipa o homem e supera os antigos saberes como uma razão imperante.

Desde o século XVIII, sobretudo com o Iluminismo, no eurocentrismo foi-se afirmando a mitológica ideia de que a Europa era preexistente a esse padrão de poder, que já era antes um centro mundial de capitalismo que colonizou o resto do mundo, elaborando por sua conta, a partir do seio da modernidade e da racionalidade. E que nessa qualidade, a Europa e os europeus eram o momento e o nível mais avançados no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie. Consolidou-se assim, juntamente com essa ideia, outros dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocentrica: uma concepção de humanidade segundo o qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos (QUIJANO, 2010, p. 86).

A partir do modo eurocêntrico de pensar o mundo e o conhecimento, há uma concepção de humanidade que divide os povos em binômios. Esses elementos levaram a imposição de uma dominação da matriz europeia e do seu poder sob a identidade dos povos subalternizados, o Outro colonial. Para tanto, essa divisão dos povos em binômios também demonstra o fenômeno denominado de “colonialismo interno” (CASANOVA, 2002) que reflete, não só a dominação de uma sociedade/nação sobre a outra, mas também “se dá no interior de uma mesma nação, na medida em que há nela uma heterogeneidade étnica, em que se ligam determinadas etnias com os grupos e classes dominantes, e outras com os dominados” (CASANOVA, 2007, p. 7-8). No colonialismo interno, ocorre, então, uma distinção de dominantes e dominados entre os grupos sociais de uma mesma sociedade/nação dentro do processo de colonização, opressão e exploração.

Todo esse conjunto de colonialismo é caracterizado por uma “colonialidade do poder” conceituada por Quijano (2005) e redigida sob o domínio da economia, gênero e sexualidade e da autoridade. Desse modo, a força do poder de padrão mundial adquiriu, nos princípios da Modernidade, uma “lógica de escala dominante” (SANTOS, 2010c, p. 103) universalizante.

Com isso, tornou-se visível uma Modernidade colonizadora-capitalista formada por quatro elementos conforme estruturado por Quijano (2005, p. 123):

1- Capitalismo hegemônico: envolvendo o controle do trabalho, dos recursos e dos produtos; 2- Família burguesa: controlando o sexo, seus recursos e produtos; 3- Estado nação: com legitimidade da força, seus recursos e seus produtos, com o eurocentrismo no controle subjetivo, e com o padrão de poder interligando todas as demais instituições; 4- Possuidora de um padrão de poder que se refere a toda a população mundial através de três elementos, a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo.

Com a inauguração do sistema-mundo, o homem europeu torna-se o centro de conhecimento racional que leva a importância da criação da Modernidade, através da descoberta da ideia do sujeito e de conquistador reproduzindo esse “Outro(a)” rebaixado(a) ao domínio do conquistador” (DUSSEL, 1994, p. 10).

Neste contexto, há uma dominação frente à inferiorização racial que é manifestada na cultura, no controle do trabalho e em todo o seu processo produtivo³. Esta negação do Outro está constituída no sujeito “a ser conquistado, colonizado, modernizado, civilizado, como ‘matéria’ do moderno” (DUSSEL, 1994, p. 36) encobertando a sua identidade. Portanto, o Outro colonial passa a ser incorporado nessa dominação como “coisa, como instrumento, como oprimido, como ‘encomendado’, como ‘assalariado’” (DUSSEL, 1994, p. 41-42).

A percepção da mudança histórica sob esses aspectos teóricos leva a um novo padrão de “Colonialidade do Poder” (QUIJANO, 2005), enraizado na ideia de raça, baseado na diferença e na inferioridade entre colonizados e colonizadores. Através desse novo padrão formado na América, as identidades dos povos que ali habitavam, como índios, negros e mestiços foram estabelecidas nesse novo padrão de dominação e conseqüente desigualdade social que ocorreu juntamente entre a América e a Modernidade.

³ Segundo Quijano, a América possui historicamente “uma relação umbilical entre os processos históricos que se geram a partir da América e as mudanças [...] da intersubjetividade de todos os povos que se vão integrando no novo padrão de poder mundial” (QUIJANO, 2005, p. 124).

Com a constituição da América (latina), no mesmo momento e no mesmo movimento históricos, o emergente poder capitalista torna-se mundial, os seus centros hegemônicos localizam-se nas zonas situadas sobre o Atlântico – que depois se identificarão como Europa – e como eixos centrais do seu novo padrão de dominação estabelecem-se também a colonialidade e a modernidade. Em pouco tempo, com a América (latina) o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado e a colonialidade e modernidade instalam-se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder” (QUIJANO, 2010, p. 85).

Embora a Modernidade seja refletida por diversos teóricos⁴, não é dispensada de críticas, como a negação do Outro colonial e sua identidade. Para Santos (2010c, p. 17 e 27), a Modernidade também resultou da imposição do colonialismo como a “violência matricial” e a “passagem de uma concepção pós-moderna de oposição para uma concepção pós-colonial”. Logo, seria necessário impor um caráter emancipatório de alteridade por meio de sua própria racionalidade.

Ao lado da negação do Outro colonial e de sua identidade podem ser relacionadas também como crítica à Modernidade hegemônica, o pensamento denominado como “pós-moderno” (SANTOS, 2010c). Para o autor citado, o pensamento pós-moderno traz uma crítica na celebração da Modernidade pela sociedade já moldada em um sistema-mundo⁵.

Nesse contexto, é proposto um pós modernismo celebratório reproduzido pela “posição daqueles que passaram da crítica das concepções modernas de transformação social emancipatória ao abandono da própria ideia de emancipação social” (SANTOS, 2010c, p. 15). Com a emancipação social nessa divisão epistemológica do mundo e da Modernidade somada a uma racionalidade ocidental hegemônica, revelaram sujeitos sociais subalternizados e colonizados que passaram por uma reinvenção frente à resposta da Modernidade.

⁴ Os autores utilizados nesse capítulo são representativos de estudos decoloniais, dentre os quais podem citar o aporte teórico de intelectuais latino-americanos como Enrique Dussel e Aníbal Quijano e pós-coloniais em Boaventura de Sousa Santos representada na hierarquização do sistema-mundo e alimentada pela emancipação e regulação social.

⁵ O uso da expressão sistema-mundo é voltado ao reconhecimento da posição hegemônica do mundo europeu na racionalidade moderna que resultou no silenciamento, brutalidade e terror sob os povos da América Latina.

Uma alternativa proposta a essa forma de conhecimento é a epistemologia denominada de “Epistemologias do Sul” proposta por Santos⁶. Essa alternativa transformadora do sul é formada por intervenções epistemológicas na realidade exploradora colonial.

O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu [...]

As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão [...] (SANTOS, MENESES, 2010a, p. 19).

Ainda segundo o autor, as premissas da epistemologia do Sul são as seguintes:

Primeiro, a compreensão do mundo é muito mais amplo do que a compreensão ocidental do mundo. Isto significa, em paralelo, a transformação progressiva do mundo pode ocorrer em estradas não abrangidas pelo pensamento ocidental, até mesmo por pensamento crítico Ocidental (não excluindo o marxismo). Em segundo lugar, a diversidade do mundo é infinito, uma diversidade que inclui muitas formas diferentes de ser, pensar e sentir, o tempo de conceber, a relação entre os seres humanos e entre humanos e não-humanos, olhando para o passado eo futuro, para organizar coletivamente vida, a produção de bens e serviços e lazer. Essa vastidão de vida alternativa, convivência e interação com o mundo é em grande parte desperdiçados como porque as teorias e conceitos desenvolvidos no Norte global e em uso em todo o mundo acadêmico, não se identificam tais alternativas e, quando não o fazem eles valorizam-los como contribuições válidas para construir uma sociedade melhor. Portanto, na minha opinião, precisamos de alternativas, mas um pensamento alternativo de alternativas (tradução nossa) (SANTOS, 2010b, p. 43-44).

Neste raciocínio, o pensamento alternativo (de alternativas, segundo o autor) legitima o resgate do Outro colonial diante uma visão linear questionada dentro do pensamento moderno ocidental, o pensamento abissal. O pensamento moderno caracterizado como abissal:

⁶ Propunha-se uma epistemologia alternativa capaz de ampliar a compreensão do mundo em seu modo de produzir e de conceber o conhecimento e que tem reforçado uma visão do mundo para além da compreensão europeia de racionalidade, trazendo reconhecimento das experiências e das identidades sociais e culturais de determinados grupos sociais, denominada “Epistemologia do Sul” (SANTOS, 2010a). Outros autores enfatizam ainda outras formas de denominar a epistemologia, como “ciência clássica ocidental” (MORIN, 2007) e “gnosilogia” (MIGNOLO, 2003) com inspiração aristotélica). Para tanto, tecemos um diálogo de ensaios bibliográficos das epistemologias do Sul, a partir da teoria de Boaventura de Sousa Santos.

Consiste um sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções entre invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo 'deste lado da linha' e o universo 'do outro lado da linha' [...] (SANTOS, 2010a, p. 31-32).

Esse sistema de distinções visíveis e invisíveis separa o universo e o conhecimento em “linhas intransponíveis e que não se relacionam” (SANTOS, 2010a, p. 32), como por exemplo, o Norte/Sul; Metrópole/Colônia; desenvolvido/não desenvolvido, entre outras. No sentido contrário, as epistemologias do Sul vêm como um pensamento pós-abissal na forma de “copresença radical significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários” (SANTOS, 2010a, p. 53).

Esse pensamento reconhece e desafia o universo europeu dominante que passa a ser rompido por meio das experiências sociais de outros povos, demandando na recuperação da história da negação do Outro colonial rompendo, assim, a construção do saber científico com o saber tradicional através da separação abissal, mediante um diálogo de saberes, produzindo o que Santos (2010a) chama de “ecologia dos saberes”.

A separação abissal adota como referência o reconhecimento de outras formas de epistemologia, mesmo não pertencendo ao universo europeu dominante. Dessa forma, não somente é manifestado no modelo de racionalidade europeia, mas também instituiu o Outro, o colonizado, que passa a ter novas identidades sociais, diferentes povos.

Dessa forma, “como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem por premissa a ideia da inesgotável diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento” (SANTOS, 2010a, p. 54). A ecologia dos saberes retrata uma concepção de reconstruir uma teoria crítica pós-moderna, através de uma transformação social emancipatória da monocultura do saber manifestada no moderno/colonial. Para tanto, o autor introduz uma nova episteme: o diálogo entre os diversos saberes que foram encobertos.

Ressalta-se, então, a necessidade de reconstruir um pensamento denominado por emancipação, pelo qual o autor confere um diálogo de saberes do pensamento abissal moderno. Acerca disso:

Uma das fraquezas da teoria crítica moderna foi não ter reconhecido que a razão que critica não pode ser a mesma que pensa, constrói e legitima aquilo que é criticável. Não há conhecimento em geral, tal como não há ignorância em geral. O que ignoramos é sempre a ignorância de uma certa forma de conhecimento e vice-versa o que conhecemos é sempre o conhecimento em relação a uma certa forma de ignorância (SANTOS, 2001, p. 29).

Pautado nas linhas abissais, apresenta-se uma divisão entre a Europa, como marco de paradigma moderno e os outros Estados coloniais. Trata-se de “linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’” (SANTOS, 2010a, p. 32), ou seja, o que surge neste cenário são linhas abissais que demarcam o europeu e o Outro colonial.

A ecologia de saberes e o pensamento pós-abissal reestruturam as formas de conhecimento das ausências do outro, com o seu modelo de identidade e de produção de conhecimentos que se converte no que acontece “do outro lado da linha” em “para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética” (SANTOS, 2010a, p. 32). Assim, de um lado, encontram-se as sociedades centrais e as formas de tensão entre regulação e emancipação social e, no Outro colonial, as tensões resultantes do processo histórico de apropriação e violência suportadas pelo, então, não-europeu são invisibilizadas.

Essas epistemologias permitem, por meio do pensamento abissal, uma evolução e, principalmente, emancipação dos povos que foram dominados por uma única forma de produção de conhecimentos, “estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna. Assim, [...] uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social” (SANTOS, 2010a, p. 38-39). Dessa forma, observa-se toda uma discussão sobre uma crítica à Modernidade, na qual se emancipa e, ao mesmo tempo, negligencia uma crise epistemológica voltada apenas ao paradigma europeu, tendo em vista a inexistência dessa lógica sujeita a invisibilização dos sujeitos coloniais.

Ao lado das ecologias dos saberes, há também um método de construção sob esse pensamento moderno ocidental, a “sociologia das ausências”⁷. Em apertada síntese, essa sociologia é usada como “forma de identificar as experiências emancipatórias que respondem às práticas coloniais e opressoras modernas e dar visibilidades a estas dentro de um debate de alternativas” (SANTOS, 2010c, p. 198). Dessa forma, essa sociologia demonstra outra dimensão do conhecimento, configurada na busca de alternativas disponíveis.

Todo esse embasamento teórico oriundo das epistemologias do Sul, do pensamento abissal, da ecologia dos saberes e da sociologia das ausências são ações que buscam uma diversidade de pensar para fora da ideia universal que aponta para a construção social regulatória.

A construção da racionalidade, através do paradigma dominante europeu, não ofereceu respostas satisfatórias para a Modernidade, reproduziu-se uma hegemonia criticada. Daí surge a necessidade de um novo conhecimento e de uma metodologia distinta, como é o caso da opção pela ecologia de saberes.

Essa racionalidade moderna, segundo Santos (2007a, p. 25), é uma “racionalidade indolente”, na medida em que “se considera única, exclusiva, e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo”. Assim, essa razão indolente capta uma epistemologia hegemônica sob a compreensão da totalidade do mundo, inexistindo fora dela outros conhecimentos, os quais passam a ser desperdiçados.

Para Paulo Freire, essa violência epistêmica deve ser combatida através de uma metodologia que engloba todas as formas de saberes de forma a dialogar com oprimidos, sendo necessário “primeiro que os [as] que assim se encontram negados[as] no direito primordial de dizer a palavra reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue” (FREIRE, 1975, p. 93).

⁷ O referencial teórico acerca da sociologia das ausências será aprofundado no item 1.3. desse capítulo.

Por fim, todo esse processo histórico apresentado, é de uma Modernidade sustentada na negação do Outro colonial e também em outros “tipos de interpretação e de intervenção no mundo” (SANTOS, 2010a, p. 18). Ou seja, há uma desconsideração dos aspectos não somente indentitários, mais culturais, políticos e sociais.

Ainda nesta perspectiva, Santos (2011, p. 43) afirma que “as grandes promessas da modernidade permanecem incumpridas ou o seu cumprimento redundou em efeitos perversos” e, ainda apresenta uma alternativa à modernidade, que são os “novos espaços para novas lutas de resistência às diferentes faces da opressão caucionadas pelo paradigma dominante. Tais lutas pressupõem a reinvenção da emancipação social” (SANTOS, 2011, p. 43).

Esses efeitos podem ser presenciados até os dias atuais, tendo em vista a exclusão e a invisibilidade de determinados indivíduos ou grupos sociais, independentemente de cor, sexo, orientação sexual, religião, etc, uma vez que não se enquadram em seu estereótipo – homem, branco, heterossexual, casado, católico e empregado – no modelo eurocêntrico hegemônico.

É justamente na análise crítica da racionalidade moderna sobre a construção do sujeito na Modernidade que será abordado o subtópico a seguir, que permite a compreensão do processo de exclusão social e de estigma vivido em especial pela população em situação de rua, fornecendo elementos teóricos para a invisibilidade pública.

Diferente dos Estados modernos europeus, o Brasil, segundo Adeodato (2009, p. 16), presencia um “Estado moderno subdesenvolvido”, também característico de países periféricos. Historicamente, a identidade da sociedade brasileira sempre se fez presente, de uma cultura importada, baseada em classificações hegemônicas sobre o mundo.

1.1.1 Contextualização nacional

Esse segmento é um fenômeno previsto mundialmente, não somente em países periféricos como o Brasil, que ganham diferentes delineamentos no contexto histórico e social. Nessa pesquisa, não se pretende realizar toda uma retrospectiva histórica desse segmento, sendo delimitado a partir da escravidão brasileira, embora que a existência de fenômeno também remota à Antiguidade⁸.

No Brasil Colônia e também no Império, já havia indícios desse fenômeno, composto pelos negros que eram libertos, alforriados e não tinham para onde ir, pelos imigrantes europeus que chegavam à América com a promessa de terras para o cultivo e não as conseguiram, além de náufragos, criminosos de Portugal que passaram a cumprir pena de degredo no Brasil, passando a se constituírem em uma população repudiada pelo fato de estarem em situação de rua, conforme previsto nas Ordenações Filipinas de 1603.⁹

A partir desse resgate histórico, com a escravidão e o desenvolvimento das cidades, esse segmento social passou por uma redefinição ao recrutar-se um grande número de escravos libertos vivendo nas ruas e praticando a mendicância para prover sua sobrevivência. Outra dimensão central do surgimento dessa população são os imigrantes vindos de Portugal e Espanha. Para Theodoro (2004), toda essa dimensão é composta por escravos libertos, outros trabalhadores nacionais e migrantes diversos.

⁸ Segundo Stoffels (1977), com as desapropriações de terras e o crescimento das cidades, a presença deste fenômeno nos espaços públicos também era algo atestado na Grécia Antiga. No sistema feudal, há relatos da existência desse segmento através da servidão revertida ao livre trabalho. Nesse sentido, grande parte dos trabalhadores do campo tornaram-se pouco a pouco trabalhadores migrantes assalariados. Com isso, surgiu uma grande migração do campo para as cidades, que resultou no desemprego e um enorme contingente de trabalhadores foram absorvidos pelos subempregos.

⁹ TÍTULO LXVIII – Dos Vadios

Mandamos, que qualquer homem que não viver com senhor, ou com amo nem tiver Officio, nem outro mestér, em que trabalhe, ou ganhe sua vida, ou não andar negoçando algum negocio seu, ou alhêo, passados vinte dias do dia que chegar a qualquer Cidade, Villa, ou lugar, não tomando dentro dos ditos vinte dias amo, ou senhor, com que viva, ou mestér, em que trabalhe, e ganhe sua vida, ou se o tomar, e depois o deixar, e não continuar, seja preso e açoutado publicamente (PORTUGAL, 1603).

A mendicância, segundo Stoffels (1977), pode ser constituída como meio de vida e de alternância com o trabalho e “na medida em que só admitimos o mendigo como um destituído, ele deve trazer aparentes as marcas da desordem que a privação de recursos acarreta – ser sujo, maltrapilho, humilde e agradecido (NEVES, 2010, p.107, apud ROBAINA, 2015, p. 26)”.

No Brasil da década de 1830, constitui como uma peça fundamental para a sua compreensão histórica no espaço urbano, a presença de pessoas habitando as ruas já representava um risco à sociedade por meio da criminalização da vadiagem e da mendicância previstas no Código Criminal do Império. Já em 1890 e 1940, a vadiagem e a mendicância deixaram de ser considerados crimes. Ocorre que, um ano depois de vigor do Código Penal brasileiro, esses crimes voltaram a ser reprimidos rigorosamente pelo poder estatal por meio da Lei de Contravenções Penais, de 1941 (Decreto-Lei nº 3.688/41), em seus artigos 59 e 60.

O espaço urbano também estava associado, segundo Valladares (1991), à característica sanitária-higienista relacionadas às condições precárias e à propagação de doenças. Diante disso, surgiu a implementação e a execução das reformas urbanísticas por meio das políticas de saneamento, com o escopo em medidas higienistas de afastamento do espaço urbano, daqueles considerados pobres, mendigos e negros (MARICATO, 1997). Essas medidas de legitimação do controle do espaço urbano e social motivaram diversas manifestações¹⁰, que entre elas, destaca-se a “Revolta da Vacina”, em 1904:

A remoção da população mais pobre do centro fez com que os morros ao redor fossem ocupados, já que os terrenos no centro da cidade ficaram super valorizados depois da reforma. A população não reagiu de forma passiva diante das demolições e das invasões dos agentes sanitários em suas casas. Foi neste período que aconteceu a Revolta da Vacina, quando vários populares se revoltaram contra a obrigatoriedade da vacina contra a varíola e foram para as ruas protestar (NOGUEIRA; CARVALHO, 2009, p. 5).

Essas medidas sanitária-higienistas também tinham o foco econômico, em transformar os cortiços, que foram as primeiras habitações no Brasil, em espaços

¹⁰ Destacam-se, também, a Revolta do Vintém e a quebra dos lampiões (1882); a quebra do bonde e de trens nos primeiros anos do século XX (VALLADARES, 1991).

para um novo padrão de edificação, os empreendimentos imobiliários. Nesse período, o Estado apresentou normas para a edificação “apoiado na legislação que incluía o código de postura, o código sanitário, decretos proibindo a construção de cortiços e leis que estabeleciam prescrições para construção de habitações operárias. Cabendo ao setor privado, a execução e exploração do mercado habitacional” (SIQUEIRA, 2008, p. 228).

Ao longo dos séculos de mudanças sociais e também econômicas, a população em situação de rua foi se tornando um fenômeno que tomou formas a partir da década de 1970 com a intensificação desse fenômeno revelando “o número de pessoas que começavam a usar a rua como única saída e a tendência de associar a vida que começa a surgir sobre viadutos, ocupados por famílias que sobrevivem trabalhando em atividades precárias, à formação de favelas” (ROSA, 2005, p. 52).

Presente na época dos cortiços, o discurso sanitário-higienista também se revelou nas favelas, como lugares sem infraestrutura urbana, sem água, luz, esgoto, coleta de lixo, arruamento, conseqüentemente sem moral e miserável (SILVA; BARBOSA, 2005) reportando, assim, a organização espacial do espaço urbano a problemas de ordem social, econômica e política.

Esses espaços, além dessas situações de precárias e das pessoas que os habitam, também estão associados à violência e ao crime (CALDEIRA, 1984, p.166). Caldeira constrói essa associação a partir da fala do crime, na qual relata o preconceito e a naturalização de certos grupos como perigosos. “Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigüamente” (CALDEIRA, 2000, p.10). Segundo a autora:

O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros. A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que tolhem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações. (CALDEIRA, 2000, p. 27).

É nesse contexto que se demonstra a exclusão social de grupos e de segmentos específicos como resultado da segregação sócio-espacial ao longo da tradição na história da sociedade refletida na segregação do outro, que não faz parte do espaço urbano. “Em termos sociológicos, a segregação significa a ausência de interação entre os grupos sociais. No sentido geográfico, significa desigualdade na distribuição de grupos sociais no espaço físico. A presença de um tipo de segregação não garante a existência do outro” (tradução nossa) (VIGNOLI, 2001, p. 11).

Embora existam diversas discussões sobre o conceito de segregação por inúmeros teóricos, será abordado a partir da diferenciação e da segregação mediante a separação do outro. Em Lefebvre (2004, p. 124), “a separação e a segregação rompem a relação. Constituem por si sós, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano”. Enquanto a diferenciação conduz determinados grupos ou segmentos sociais forma uma homogeneidade entre si que reflete na disparidade perante os demais (LEFEBVRE, 2004).

Seguindo essa mesma abordagem Castells (1983, p. 210) apresenta a segregação por “zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se essa disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia”. Dessa forma, podemos verificar o processo de segregação sócio-espacial expresso na tendência de diferenciação social em que determinados grupos e segmentos sociais com características semelhantes utilizam determinados locais do espaço urbano.

Segundo Caldeira (2000), com a criação de favelas após a década de 1980 houve uma diferenciação social no espaço por uma divisão entre o modelo centro-periferia, que se acentuou em uma auto-segregação de “enclaves fortificados” como uma forma de isolamento por meio de cercamento de bairros e instalação de condomínios fechados:

Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de ‘enclaves

fortificados'. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os 'marginalizados' e os sem-teto (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Nesse mesmo período, de acordo com Escorel foi marcado por fluxos migratórios entre regiões e entre Estados, estendendo-se também dentro do espaço urbano por um "processo de segregação e periferização da pobreza" (ESCOREL, 1999, p. 31). Diante dessas transformações, "[...] tornou-se cada vez mais expressiva a presença de pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos do País" (SILVA, 2009, p. 21).

Também resulta desse processo de segregação e periferização, a exclusão social de grupos e de segmentos sociais específicos que compartilham características como pobreza, sociabilidade cerceada, condições precárias e ausência de moradia. A exclusão social, segundo Kowarick (1979), está associada ao banimento e/ou isolamento também atrelado à negação de direitos, pois se considera que a situação de rua já uma violação de direitos fundamentais. Porém, há outras sobreposições de exclusão em um mesmo grupo ou segmento social como a estigmatização.

1.2 NOMENCLATURA E SIGNIFICADO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: AS REPRESENTAÇÕES E O ESTIGMA

Em termos de denominação, a permanência desta terminologia passou por um processo de transformação presenciado de uma forma "que enfoca essencialmente a responsabilidade individual, encara a situação do indivíduo como um justo castigo, fruto de uma vida de vício e de preguiça" (STOFFELS, 1977, p.31).

Homens da caverna, moradores de rua, sem-teto, trabalhadores sem-teto, boias-frias, catadores de papel, desempregados, ex-trabalhadores, trabalhadores no limite de mendigos, vagabundos, itinerantes, nômades, nômades urbanos, população flutuante, população itinerante, trecheiro, bêbados, doentes mentais, maltrapilhos, sujos, homem de rua, povo de rua, sofredor de rua, bandidos, contraventores e marginais (ROSA, 2005, p.53). [...] Habitantes de rua, maloqueiros, desocupados, desempregados industriais, garis-mendigo, mendigos-gari, guardadores de carro,

trabalhadores de curta duração, andarilhos, loucos, loucos de rua, albergados, desassistidos, ladrões, descolados, excluídos, fauna de deserdados, flagelados, homens-barata, homens-rato, homens-tatu, ofendidos, idosos e velhos de rua (ROSA, 2005, p. 62-63).

Nesse sentido, novos termos foram sendo criados a partir de lutas políticos-sociais, no campo assistencial. No I Encontro Nacional de População de Rua¹¹, foi utilizada a terminologia “população de rua”, característico da ausência de moradia fixa e do lugar onde se encontram. Gradativamente, essas terminologias foram substituídas até chegarem ao conceito de “população em situação de rua”¹² norteado pela Política Nacional de Atendimento à População em Situação de Rua, sob o Decreto nº. 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

O termo *Em Situação de Rua* estabeleceria em comum, para esta população, a permanência (momentânea/temporária) nas ruas, ou seja, nos espaços públicos, ocasionada por um conjunto complexo de adversidades. A partir da proteção do Estado e das políticas assistenciais, os indivíduos nesta situação retornariam a um esperado padrão sócio espacial de vida (ROBAINA, 2015, p. 32, grifo do autor).

Segundo o Decreto (BRASIL, 2009) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (art. 1º, parágrafo único).

Outro conceito voltado à PSR é utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que amplifica a construção de sujeitos em situação de rua para os que vivem em habitações precárias, malocas e favelas ou incluem todos aqueles que vivem em lugares cuja habitação não atende aos padrões mínimos de habitabilidade.

¹¹ Realizado em 1992 na cidade de São Paulo pela Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome promoveu uma articulação com a população em situação de rua e a participação da sociedade civil, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

¹² Será adotada, nesse trabalho, a terminologia “População em situação de rua” por acreditar na superação e na reinserção social do indivíduo. Ademais, o “estar na rua” refere-se a uma situação temporária, devendo ser reconhecido o querer sair das ruas. No decorrer do texto, de modo a evitar confundir ou cansar a leitura será utilizada a abreviação “PSR”.

A identificação do indivíduo em situação de rua é feita a partir de critérios subjetivos, ou seja, pessoa em situação de rua é aquela que se encontra em situação de pobreza extrema, sem vínculos familiares e que habite em lugares públicos. Observa-se que estar em situação de rua, é como se a pessoa fosse responsável por permanecer nessa situação.

Por serem vistos como um fenômeno heterogêneo, os motivos da sua existência e permanência na rua não estão somente relacionados à pobreza, à falta de moradia, ao espaço geográfico, conforme mencionado no Decreto. Gaboriau (2011) aponta ainda, que a situação de permanência das pessoas nas ruas pode ser vista por outros fatores, tais como: a política local, a organização social, as formas de dominação e as possibilidades de assistência. Ainda segundo o autor, o fator econômico não é suficiente para a compreensão do fenômeno.

Ainda em relação aos motivos da permanência na rua, os autores Vieira, Bezerra e Rosa (2004, 93-94) apresentam três modelos que identificam a situação das ruas: as pessoas que estão na rua, recentemente; as que estão na rua, circunstancialmente e aquelas que são da rua, permanentemente.

Ocorre que, a permanência na situação de rua não é apenas aquela gerada por processos sociais e históricos, políticas públicas ou práticas dos sujeitos, mas também pode ser entendida por um conjunto de fatores e situações diversas de cada pessoa. Dentre esses fatores, a situação de rua também representa um “espaço de produção de relações sociais e simbólicas” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p.13) daqueles que estão em um tempo de permanência maior nas ruas.

A PSR também pode ser vista na condição de *outsiders* (BECKER, 2008) formada por uma análise social que resulta em um comportamento de ruptura ou de transgressão, por parte da pessoa ou um segmento diante de algum regramento relativo ao comportamento, mudança de hábitos ou de aparência. Ou seja, “as populações de rua caracterizadas como *outsiders* possuem alguns elementos específicos considerados como impróprios, ou seja, elas exprimem a contrariedade daquilo que se espera dos comportamentos sociais e dos modos de vida de um cidadão ‘padrão’ nas grandes cidades” (ROBAINA, 2011, p. 168).

Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um *outsider* (BECKER, 2008, p. 15).

Além dos números, dos dados e das formas de viver nas ruas, encontram-se as histórias de vida pautadas na exclusão social, tendo por consequência não pertencimento a uma conjuntura, tornando-o “diferente” dos demais membros da sociedade. Ao sofrerem com os efeitos da exclusão social e com a forma pela qual pessoa em situação de rua se encara, torna-se “relegado ao círculo social dos excluídos: aquele grupo social que usufrui poucos ou quase nenhum direito perante o Estado” (PINHEIRO, 2015, p. 32) e a ocupar as “franjas” da sociedade, alusão feita por Santos (2010a), no qual permanecem no círculo social dos excluídos perante a sociedade.

Em relação ao sistema de exclusão, Santos (2010a) recorre a Marx, relacionando o trabalho e o capital como princípio da integração social. A desigualdade produzida pelo sistema capitalista, segundo o autor, não concretizou a Modernidade como emancipação do homem, caracterizada pelos princípios da cidadania, liberdade e igualdade e baseada no progresso, na medida em que o paradigma da Modernidade limitou-se ao paradigma capitalista, gerando dessa forma os processos de exclusão e desigualdade social.

A maneira como se dá esse processo de exclusão e as desigualdades sociais aliados a diversos fatores anunciados no decorrer do texto, refletem também no modelo vigente de sociedade estruturada nas bases eurocêntricas a partir da noção de distinção, diferenciação. Com o modelo de sociedade enraizada nas bases eurocêntricas, alinhada à pobreza e ao sistema capitalista, a exclusão social não refletia somente o aspecto material, mas também a não aceitação do indivíduo exposto às “franjas” da sociedade (SANTOS, 2010a) e as suas formas de exclusão. Podemos verificar todo o processo de exclusão social oriundo desde as raízes históricas na sociedade brasileira presentes no período da colonização, já marcada pela discriminação e o estigma em frente ao colonizado. “O padrão, estatuto e

extensão dessa desigualdade é uma construção social e histórica [...]” (SPOSATI, 1999, p. 3).

Diante da exclusão social, esse segmento também passa a presenciar estigmas que confirmam uma situação de marginalização social. Com os efeitos da exclusão social somada a outros fatores históricos do seu surgimento, apontados no decorrer do texto, faz-se necessário apresentar os estigmas por eles sofridos. De acordo com Goffman (1988), o estigma é relacionado a um “defeito” do indivíduo, que o personaliza subversivamente e de forma depreciativa a sua identidade. Para o autor, “o estigma, sem dúvida, produz um descrédito relativamente ao indivíduo, reduzindo as suas possibilidades de vida” (GOFFMAN, 1988, p. 7).

Segundo Bacila (2005, p. 28): “A palavra estigma possui um sentido negativo, tratando-se de um fator de diferenciação normalmente injustificado, gerando conseqüentemente a exclusão social e a invisibilidade em relação às qualidades do indivíduo”. Sob um olhar de inferioridade frente aos demais, a PSR passa a ser subalternizada e desqualificada perante à sociedade, que a segrega socialmente.

Ao lado do estigma, é possível verificar o preconceito, a partir de duas esferas, segundo: a) a condição de “desacreditado”; e b) a condição de “desacreditável” (GOFFMAN, 1998). Na perspectiva do autor, a primeira esfera distingue-se em três tipos de estigmas:

1. as abominações do corpo (as várias deformações físicas);
2. as culpas de caráter individual percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidades... vícios, alcoolismos, homossexualismo, etc; e
3. os estigmas tribais de raça, nação e religião que podem ser transmitidos através de uma linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 1998, p. 14)

Com relação à segunda esfera sugerida por Goffman, o estado de “desacreditável” retrata uma:

qualidade diferencial manifesta e que não mereça importância especial. Ou seja, quando a diferença não é imediatamente aparente, perceptível ou que dela não se tenha um conhecimento prévio: um analfabeto, por exemplo, passa a ser uma pessoa “desacreditável” e não desacreditada. Enquanto que no primeiro conjunto há uma ‘exposição’ dos estigmas (da pessoa estigmatizada), no segundo não há explicitação. Como bem destacou o

autor, “a questão que se coloca não é a da manipulação da tensão gerada durante os contactos sociais e, sim, da manipulação de informação sobre o seu defeito. Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e em cada caso, para quem, como, quando e onde (GOFFMAN, 1988, p. 51).

Sob condições de “desacreditado” e “desacreditável” presente no estigma, estes revelam uma identidade do indivíduo estigmatizado como negativa, corrompida e ainda diminuída frente aos indivíduos considerados normais. Esse conceito desenvolvido por Goffman representa uma marca no indivíduo diminuído, levando o mesmo a não se identificar como humano.

O estigma e o preconceito são fatores que contribuem também para a discriminação. Segundo Álvaro Cruz (2005, p. 15), a discriminação em apertada síntese é

Toda e qualquer forma de promoção da distinção ou da exclusão levada a efeito com fulcro em critérios como a raça, a descendência, a origem étnica, o gênero, a opção sexual, a religião, a idade, entre outros, que tenha por fim anular ou impedir o reconhecimento ou o gozo de direitos humanos em pé de igualdade em qualquer âmbito da vida pública ou privada.

No caso da PSR, esse estigma é marcado por um olhar da sociedade frente a sua situação social, que acaba repercutindo numa forma de naturalizar a presença dessas pessoas levando o sujeito a construir uma culpabilidade por estar nessa situação, além da diminuição social.

Dessa forma, é produzida uma visibilidade negativa do sujeito, por meio de práticas de remoção, de repressão e de categorias acusatórias e depreciativas, que recaem não somente pela situação de rua, mas também pelo acúmulo de estigma, de preconceito e de discriminação refletidos no potencial criminoso, poluído, negativo social e espacialmente.

A realidade dessa população de múltiplas concepções também contempla ações violentas que podem ser retratadas como uma “violência simbólica”¹³ (BOURDIEU,

¹³ Bourdieu define a violência simbólica a partir do exercício do poder simbólico, representado por um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7), que retrata em condições para a violência simbólica, “que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconsciente de a exercer ou a sofrer” (SUDBRACK, 2010, p. 114).

2007) representada por uma violência cotidiana de homicídios, ataques e perigo que, muitas vezes, não possuem repercussão pública¹⁴.

Um lado extremo da rotina presenciada por essa população e que repercutiu publicamente foram os homicídios e tentativas de homicídios ocorridos entre os dias 19¹⁵ e 22 de agosto de 2004, no centro da capital paulista onde quinze pessoas em situação de rua foram violentadas enquanto dormiam na Praça da Sé¹⁶, resultando na morte de sete deles e oito feridos. Esse massacre foi submetido à Comissão da Corte Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH), em 24 de outubro de 2005, com o caso Ivanildo Amaro da Silva e Outros vs. Brasil alegando a responsabilidade internacional do Brasil¹⁷ pela violação de direitos e de princípios previstos em dispositivos internacionais.

Mesmo diante da exposição por parte da mídia e da denúncia de crimes, a violência contra a PSR ainda é invisibilizada. Segundo Melo (2016, p. 55):

Isto pode ser visto também a partir dos dados divulgados pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis, que demonstram que, apenas no ano de 2011, foram contabilizados 165 casos de mortes em todo país. Dentre eles, 113 assassinatos continuam sem solução. Das denúncias encaminhadas ao Disque 100 (Disque Direitos Humanos), foram computadas ao todo 453 relativas a casos de tortura, negligência, violência sexual, discriminação, entre outros.

Discursos discriminantes e estigmatizantes são gravemente projetados na condição da pessoa em situação de rua, por parte de uma parcela da sociedade – principalmente por parte de moradores de determinados bairros os quais a PSR passam a frequentar e fazer o uso do espaço público – que, os associam às violências direcionadas (como o aumento da criminalidade, uso de substâncias entorpecentes, agressões, furtos e entre outros). Assim podemos verificar uma discriminação adicional, além da própria situação de rua, dentre outras formas de discriminação.

¹⁴ Casos como: morte por imolação, hipotermia e espancamentos.

¹⁵ Em virtude desse atentado, essa data foi estabelecida como Dia de Luta da População de Rua marcando historicamente a fundação e a identidade desse movimento social.

¹⁶ Essa série de assassinatos ficou conhecida como Massacre da Praça da Sé.

¹⁷ Esse caso ainda continua sendo analisado em seu mérito, conforme relatório nº 38/10 (CIDH, 2010).

Esses discursos podem ser associados à “fala do crime” (CALDEIRA, 2000), em que acabam sendo naturalizados e, até mesmo, internalizados na percepção do próprio indivíduo e segmento, como sujeitos perigosos e permanentemente suspeitos, evidenciando uma criminalização também simbólica. Tanto simbólica, como um processo social dominante, essas formas de criminalizações operam no sentido de estabelecer diferenças, impor divisões, distanciamentos e formas de exclusão.

Surge, então, uma complexa combinação entre a violência real com o imaginário social. Um exemplo é a narrativa transmitida em Caldeira (2000) com relação às mudanças ocorridas no bairro Mooca em São Paulo, até então habitado por imigrantes europeus, com a chegada de novos moradores acusados de serem criminosos, os nordestinos. Eram atribuídos a eles, valores negativos e depreciativos, como ignorantes, preguiçosos, sujos, imorais e criminosos:

Em suma, o nordestino é, para o morador da Mooca, a imagem sintetizada de tudo o que é ruim e reprovável, e conseqüentemente criminoso. O nordestino representa perigo, não apenas o perigo do crime, mas também da decadência social (CALDEIRA, 2000, p. 37).

A fala do crime e os valores claramente negativos ao nordestino são, para a autora, simultaneamente um tipo de conhecimento e desconhecimento: “No entanto, pelo fato de o desconhecimento poder ser reconhecido, a fala do crime [...] se mistura com a condição individual e situação social entrelaçada com as transformações da cidade; no espaço público e no bairro; [...]” (CALDEIRA, 2000, p. 38-39), categorias estas que se assemelham com a visibilidade e a invisibilidade.

Outro exemplo de violência real com o imaginário social pode ser vista nas narrativas transmitidas por Miagusko (2012) pelos mutirantes da União da Jata e os “vizinhos inesperados” classificados como outros indesejáveis, membros do crime organizado, sua presença era associada ao número da violência e ao uso de drogas: “[...] a fala que organizava as referências e a classificação do desconhecido servia para demarcar muros invisíveis entre a União da Jata e a vizinhança, procurando conferir significados para os desconhecidos” (MIAGUSKO, 2012, p. 143).

Pode-se observar, nesses dois casos, barreiras físicas e simbólicas de sociabilidade que também são impostas à PSR e a outros grupos sociais que passam a ser indesejáveis. Outro agravamento com relação à violência sofrida por essa população é a violência por parte do próprio Estado por meio de abordagens truculentas¹⁸ ou da forma que é radicalizada a desterritorialização do segmento por meio da negação do direito à cidade, no sentido de melhorar a estética da cidade que estigmatiza essa população.

Extraí-se dessa forma, por meio de todos esses processos de estigma, preconceito, discriminação e violência identificados nas pessoas em situação de rua que possuem uma percepção de sua invisibilidade frente os demais membros da sociedade.

1.3 A TENDÊNCIA DE INVISIBILIZAR O FENÔMENO

O espaço urbano, além de conter uma extensão física, também possui uma característica de uso e de percepção desses espaços, por parte de vários segmentos sociais como formas de vivência e de sobrevivência. Utilizam-se praças, ruas da cidade como locais próprios de práticas sociais e de uma segregação forçada, a partir do surgimento do estigma no indivíduo:

Logo, por não pertencerem aos grupos dos indivíduos “normais”, ou seja, por possuírem uma característica que os tornam diferentes do que se prevê e se espera, os estigmatizados são obrigados a buscar outros locais para viverem e outros grupos para pertencerem, os quais são igualmente estigmatizados, seja pelo mesmo fato ou por motivo diverso, mas devem, sobretudo, também terem passado por alguma segregação (PINHEIRO, 2015, p. 26).

Uma das bases da segregação deste segmento é a permanência nos espaços públicos dos centros urbanos. Os espaços públicos, para esse segmento, deixam de ser um lugar de passagem e de circulação e passam a ocupar um espaço de moradia. Dessa forma, há uma determinada dualidade entre visibilidade e

¹⁸ Como o recolhimento de itens que os protegem contra o frio, objetos pessoais como documentos, roupas e remédios por meio de força e de intimidação por parte dos guardas municipais armados.

invisibilidade, por meio de ações e estratégias de sobrevivência dessa população que acabam produzindo “uma imagem específica de não-revelação da sua própria presença, mas, ao mesmo tempo, defendendo a sua permanência no espaço” (ROBAINA, 2011, p. 170).

Como exemplo dessa dualidade, podemos citar a presença de uma pessoa em situação de rua camuflada por um papelão em uma calçada, utilizada como abrigo. Outro exemplo de disfarce é a permanência dessas pessoas junto à sujeira e ao lixo existentes nos espaços públicos que acabam com eles sendo confundidas: “Esta invisibilidade na paisagem ocorre principalmente por conta do amontoamento de seus pertences nos períodos noturnos, como sacolas, caixas de papelão, metais, jornais, entre outros materiais recicláveis” (ROBAINA, 2011, p. 172) que juntos, muitas vezes, revelam um desaparecimento do corpo, tornando-o um invisível.

Ocorre que, para manter essa população longe desse ambiente e, conseqüentemente, de quem possa ser identificado com ele, “arquiteturas anti-homeless” assumidas sob uma ótica estrutural de contenção ou de dispersão, por exemplo, a presença de bancos cujo *design* dificulta seu uso ou de grades e ferragens pontiagudas no espaço urbano. A presença no cenário urbano desse tipo de arquitetura reflete a segregação espacial vivida por esse segmento.

Diante do processo de estigmatização, a lógica de segregação desses indivíduos e, conseqüentemente, do seu próprio núcleo social produzem pela própria sociedade e pelo Estado, um conceito que eleva o crescimento estrutural da exclusão social. Sendo assim,

[...] na medida em que a democracia não consegue cumprir suas promessas através de políticas sociais gerais, termina por acirrar desigualdades e exclusões, abrindo o caminho para que os grupos que detêm o poder econômico (ou de outra espécie) se sobreponham aos demais. Daí nos deparamos com sociedades que são politicamente democráticas e socialmente fascistas (FRANCISCHETTO, 2007b, p. 9)

Os riscos enfrentados por uma crise do paradigma da Modernidade e, conseqüentemente, da exclusão são reflexos de um fascismo social (SANTOS, 2007b). Esse pensamento retrata um regime democrático e político em uma

realidade totalmente fascista, no qual se torna um “diferente”, segregado e desumanizado. Esse regime também pode ser caracterizado como “relações sociais e experiências de vidas ocorridas debaixo de relação de poder e de troca, extremamente desiguais, que conduzem formas de exclusão particularmente severas e potencialmente irreversíveis” (LOSEKANN, 2011, p. 105).

Nessas espécies de segregação, o autor classifica como uma sociedade incivil¹⁹ aquela formada por indivíduos ou grupos sociais que são excluídos socialmente, cujos direitos ainda são negados.

A sociedade incivil corresponde ao círculo exterior habitado pelos totalmente excluídos. Socialmente, são quase por completo invisíveis. Este é o círculo do fascismo social, e em rigor os que o habitam não pertencem a sociedade civil, uma vez que são atirados para o novo estado natural. Não possuem expectativas estabilizadas, já que, na prática, não têm quaisquer direitos (SANTOS, 2007b, p. 44).

Para o autor, esse processo social de segregação e exclusão acaba dividindo as cidades em zonas selvagens e zonas civilizadas (SANTOS, 2007b) o que leva a uma das formas do fascismo classificadas pelo autor: o apartheid social²⁰:

As zonas selvagens são as zonas do estado natural hobbesiano. As zonas civilizadas são as zonas do contrato social, encontrando-se sob a ameaça permanente das zonas selvagens. Para se defenderem, as zonas civilizadas transformam-se em castelos neofeudais, enclaves fortificados característicos das novas formas de segregação urbana – cidades privadas, condomínios fechados, comunidades muradas. [...] Nas zonas civilizadas, o Estado actua de forma democrática, comportando-se como um Estado protector, ainda que muitas vezes ineficaz e não fiável. Nas zonas selvagens, ele actua de uma forma fascizante, comportando-se como um Estado predador, sem a menor consideração, nem sequer na aparência, pelo Estado de direito (SANTOS, 2007b, p. 38-39).

É justamente a partir dessas consequências que ressuscitam de uma forma o paradigma da crise da Modernidade nas sociedades, silencia-se indivíduos ou

¹⁹ A PSR se encontra classificada como sociedade incivil. Além da sociedade incivil, o autor distingue mais dois tipos de sociedade civil: a sociedade civil íntima e a sociedade civil estranha. Sendo a primeira formada por indivíduos e grupos sociais “hiper” incluídos socialmente e a segunda, formada por classes ou grupos sociais que ao mesmo sofrem os processos de inclusão e exclusão social (SANTOS, 2007b, p. 43-44).

²⁰ Outra importante classificação do fascismo social é a distinção das quatro formas de fascismo social: a primeira é o fascismo do apartheid social, o segundo o fascismo para-estatal, o terceiro fascismo da insegurança e, por fim, o fascismo financeiro. Todas essas formas de fascismo social são caracterizadas pelas relações sociais e experiências de vida que envolve relações de poder e trocas de desigualdades (SANTOS, 2007b).

grupos de indivíduos, desumaniza e os invisibiliza. Desta forma, embora passamos por todo um processo de consolidação de mudanças, Santos (2007b, p.15) revela que ainda vivenciamos um período de transição.

Santos descreve que esse período de transição pelo qual a sociedade moderna passa e a não concretização da regulação e emancipação social dos indivíduos apresenta-se como um: “[...] período em que enfrentamos problemas modernos para os quais não existem soluções modernas” (SANTOS, 2007b, p. 21), evidenciado por sociedades invisíveis.

Neste sentido, essa divisão da situação social dos “diferentes” somados ao descaso da sociedade e também do Estado, estamos diante de uma das vertentes do fenômeno da invisibilidade pública. É possível verificar esse desaparecimento de um homem entre outros homens, conforme demonstrado por Costa (2004), através da invisibilidade pública.

Antes, porém, de adentrarmos na problemática da invisibilidade pública, é importante tecer alguns comentários acerca desse fenômeno a partir da sociologia das ausências e as “cinco lógicas de produção de não existência” proposta por Santos (2010c) que conferirá suporte teórico para compreendermos a importância de se dar voz às vítimas da invisibilidade pública e de buscar responder, a partir da percepção deles, a compreensão acerca dos contornos assumidos pelo processo de invisibilização da PSR.

Para melhor compreensão do tema, o autor apresenta a seguinte afirmativa como ponto de partida para a análise supracitada: “Há produção de não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (SANTOS, 2007a, p. 102).

A sociologia das ausências é uma sociologia emancipatória do conhecimento, que vai além da herança do colonialismo, da sua destruição de muitas formas de saber e de ser que produziram silêncios sociais a determinados segmentos da sociedade. Sendo impronunciáveis o saber-viver-sentir, sob razão totalizadora da Modernidade, tudo que não cabe no parâmetro que o compõem e levando a uma ausência social.

Nesse ponto, a sociologia das ausências surge no sentido de nomear o “diferente”, constituindo-os em credíveis, transformando as ausências em presenças, em emancipação. Assim,

A sociologia das ausências é uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como não-existente, isto é, como uma alternativa não-creível ao que existe. O seu objecto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis, objectos ausentes em presentes (SANTOS, 2005, p. 14).

Essa sociologia também é compreendida como “[...] um novo conhecimento de leitura do mundo, que contempla uma realidade mais ampla, na qual inclui uma diversidade baseada fora do espectro das experiências difundidas e que vai além de uma verdade produzida como universal (LAGE, 2008, p. 491)”.

Contudo, cabe um enfoque particular à PSR, com relação à aplicação de uma ou de algumas das lógicas descritas pelo autor, nos seus processos de descredenciamento dos sujeitos sociais. Além disso, “na sociologia das ausências o que é activamente produzido como não existente está disponível aqui e agora, ainda que silenciado, marginalizado ou desqualificado” (SANTOS, 2010c, p. 120).

Desse ponto de partida, da sociologia das ausências, o autor avança sua construção teórica da razão metonímica. Mencionada razão funciona no sentido de somente conceder a visibilidade em relação ao hegemônico e, por conseguinte, “[...] o que quer que fique fora dessa concepção ou não reproduza a mesma homogeneidade é invisibilizado, desperdiçando-se, assim, um sem-número de possibilidades” (COSTA, L., 2015, p. 39).

A razão metonímica segundo Santos (2010c, p. 97) é:

[...] obcecada pela ideia da totalidade sob a forma da ordem. Não há compreensão nem acção que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõem. Por isso, há apenas uma lógica que governa tanto o comportamento do todo como o de cada uma das suas partes.

Há, pois, uma homogeneidade entre o todo e as partes e estas não têm existência fora da relação com a totalidade. As possíveis variações do movimento das partes não afectam o todo e são vistas como particularidades.

Nesse sentido, revela-se, por exemplo, atores sociais como os índios, os negros e, no caso da presente pesquisa, a PSR, embora lutando por direitos e por garantias diferentes, é comum nesses grupos a imposição de um modelo de vida predominante e, principalmente, a sua forma de viver. Essa razão opera quando “deixa de fora muita realidade, muita experiência, e, ao deixá-las de fora, ao torná-las invisíveis, desperdiça a experiência” (SANTOS, 2007a, p. 26).

E, a partir dessa colocação, o autor apresenta os cinco modos de produção de não existência representadas nas seguintes lógicas: a primeira lógica deriva da monocultura do saber e do rigor do saber; a segunda lógica assenta na monocultura do tempo linear, a ideia de que a história tem sentido direção únicos e conhecidos; a terceira lógica é da classificação social, que assenta na monocultura da naturalização das diferenças; a quarta lógica é a lógica da escala dominante e por fim, a quinta lógica produtivista que assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista.

Serão objeto de estudo dois dos cinco modos de produção de não existência, quais sejam: terceira lógica – naturalização das diferenças – e quinta lógica – produtivista – que serão vistos a seguir:

A terceira lógica é a lógica da classificação social, que assenta na monocultura da naturalização das diferenças. Consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias. A classificação racial e a classificação sexual são as mais salientes manifestações desta lógica. Ao contrário do que sucede com a relação capital/trabalho, a classificação social assenta em atributos que negam a intencionalidade da hierarquia social. A relação de dominação é a consequência e não a causa dessa hierarquia e pode ser mesmo considerada como uma obrigação de que é classificado como superior (por exemplo, o “fardo do homem branco” na sua missão civilizadora). Embora as duas formas de classificação (raça e sexo) sejam decisivas para que a relação capital/trabalho se estabilize e se difunda globalmente, a classificação racial foi a mais profundamente reconstruída pelo capitalismo [...]. De acordo com esta lógica, a não-existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável porque natural. Quem é inferior, porque é insuperavelmente inferior, não pode ser uma alternativa credível a quem é superior (SANTOS, 2010c, p. 103-104).

No que diz respeito à terceira lógica de produção da não-existência, tem-se que a sua manipulação tende a naturalizar as diferenças, retirando-lhes sua real face de um construído social. Dessa forma, a lógica da classificação social se apresenta como um dado natural, ou seja, como se a hierarquia social fosse inerente à própria condição dos sujeitos.

Essa caracterização mascara, por exemplo, o caráter racista e sexista do privilégio existente para os sujeitos brancos e para os homens, respectivamente, na medida em que trata a condição da “raça branca” e a condição de “homem”, como naturalmente superiores, dentro da lógica da hierarquia social.

Neste sentido, trazendo a análise para a sociedade brasileira, categoriza-se e, ao mesmo tempo, inferioriza-se a PSR na medida em que se lhe atribui, como algo natural, uma condição de hierarquicamente inferiores na escala social. Nesse aspecto, vende-se a imagem de que não é a construção ativa da naturalização da diferença que acarreta a inferiorização, mas a natural situação de PSR que lhe confere a exclusão enquanto ser aceitável. Quer dizer, trata-se a causa do problema como mera consequência; consequência natural, e, portanto, inquestionável.

Já a quinta lógica de produção da não existência, por sua vez, baseia-se na caracterização hegemônica da lógica produtivista, notadamente, na valorização exclusiva – e, portanto, monocultural – dos critérios de produtividade capitalista, que segundo Santos (2010c, p.104):

[...] a quinta lógica [...] é a lógica produtivista e assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Nos termos desta lógica, o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável e, como tal, é inquestionável o critério de produtividade que mais bem serve esse objetivo. Esse critério aplica-se tanto à natureza como ao trabalho humano. A natureza produtiva é a natureza fértil num dado ciclo de produção, enquanto o trabalho produtivo é o trabalho que maximiza a geração de lucros igualmente num dado ciclo de produção. Segundo esta lógica, a não-existência é produzida sobre a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho é preguiça ou desqualificação profissional.

De acordo com a lógica produtivista, executa-se uma valorização exclusivista da forma de produção capitalista como meio mais adequado para a realização do

projeto moderno de progresso, sobretudo, econômico. Apresenta-se uma forma de produção calcada na produção em larga escala, no consumo e no acúmulo de bens materiais como a melhor maneira produtivista, segundo os objetivos modernos, caracterizando-se, assim, como improdutivo tudo aquilo que não se submeta ou não reproduza essa lógica hegemônica.

É exatamente o que ocorre com a PSR, na medida em que, já inferiorizados pela lógica da classificação social, não se adequam à pretensão de lucratividade da lógica produtivista, eis que não reproduzem o ciclo de produção que se espera e se demanda na racionalidade moderna.

Vale dizer, não sendo detentores dos meios de produção, ou, nem mesmo se inserindo como engrenagem da força produtiva (o proletário) dessa lógica monocultural são caracterizados como improdutivos e, por isso, excluídos Modernidade.

Assim, é a análise crítica da racionalidade moderna, especificamente da razão metonímica, manifestada em especial pelos modos de produção da não-existência acima expostos, notadamente os dois apresentados, permitem a compreensão do processo de exclusão social vivido pela PSR, fornecendo elementos teóricos para a invisibilidade pública.

A invisibilidade pública, consoante Fernando Braga da Costa (2004), tem como consequência os efeitos dos processos de estigmatização e exclusão social principalmente dos setores mais vulneráveis da sociedade. Para o autor, a invisibilidade pública expressa-se no “desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação” (COSTA, F., 2004, p. 63).

Costa (2004), em seu objeto de estudo, compreende também uma invisibilidade social quando tornar-se sujeito da sua própria pesquisa ao receber o mesmo tratamento que os sujeitos pesquisados, os garis do campus da Universidade de São Paulo (USP).

No intervalo entre as aulas no Instituto de Psicologia, foi preciso que eu passasse por dentro do prédio daquela faculdade. Imaginei, então, que vestindo aquele uniforme ali incomum [...] fosse chamar a atenção de toda a gente [...] Não fui reconhecido [...] Nenhuma saudação corriqueira, um olhar, sequer um aceno de cabeça. Foi surpreendente. Eu era um uniforme que perambulava: estava invisível [...] (COSTA, 2004, p. 58).

A partir desse conceito e da análise de seus fenômenos, a humilhação social apresenta-se em relação como esses sujeitos são considerados de menor importância. Ao lado da humilhação social, a reificação social aborda os sujeitos a partir da perda da dimensão humana, passando a considerá-los “coisas”.

Com relação à humilhação social, esta se apresenta como:

[...] um fenômeno histórico, construído e reconstruído ao longo de muitos séculos, e determinante do cotidiano dos indivíduos das classes pobres. É expressão da desigualdade política, indicando exclusão intersubjetiva de uma classe inteira de homens do âmbito público da iniciativa e da palavra, do âmbito da ação fundadora e do diálogo, do governo da cidade e do governo do trabalho. Constitui, assim, um problema político (COSTA, F., 2004, p. 63-64).

Assim, nota-se que tais fenômenos remetem a um contexto de exclusão e esquecimento. A presença dessa população nas ruas passa despercebida, assim como a existência de injustiças sociais, tornando-as invisíveis. E essa invisibilidade pública também transparece na forma como a PSR enxerga a si, afetando sua identidade. E é partir dessa etapa da ausência de identidade, que a própria humanidade não é vista. A pessoa em situação de rua não é vista como um igual, é apenas identificada a partir da presença da humilhação e da reificação social.

Na mesma linha de raciocínio de Costa, Gonçalves Filho (2004, p. 22) apresenta o seguinte entendimento:

Humilhação social é sofrimento ancestral e repetido. Para roceiros, mineiros ou operários, também para uma multidão de pequenos servidores, para os subempregados e para os desempregados, é sofrimento que o trabalhador vai amargar sozinho e, cedo ou tarde, vai também dividir com outros trabalhadores. A dor dos subordinados, repartida entre familiares, compadres e amigos, vai também naturalmente mover conversas com os vizinhos no bairro e com

companheiros de classe nos intervalos do trabalho controlado. O sofrimento, quem sabe, virá também polarizar reuniões e discussões mais robustas, instauradas por movimentos coletivos que se encorpam e assumem sentido deliberadamente político.

A segregação de certos sujeitos do seu próprio núcleo social em decorrência de um processo de exclusão e de sofrimento pode ser compreendido, segundo Moreira (2010, p. 136) como “[...] o sentimento de engrossar a multidão de ‘subintegrados’ no Brasil”. Ou seja, aqueles que não pertencem a uma conjuntura sofrem as consequências formadas pelos fenômenos da humilhação social e da invisibilidade pública, como os efeitos da exclusão social e assim ocorre com a forma como encaram a PSR.

Ao lado da humilhação social, o fenômeno da reificação social pode ser descrito segundo Costa (2004, p. 63-64) como:

Reificação é o processo histórico de longa duração através do qual as sociedades modernas fundaram seus alicerces sob o princípio das determinações mercantis. [...] Desse modo, a reificação configura-se como processo pelo qual, nas sociedades industriais, o valor (do que quer que seja: pessoas, relações inter-humanas, objetos, instituições) vem apresentar-se à consciência dos homens como valor sobretudo econômico, valor de troca: tudo passa a contar, primariamente, como mercadoria.

Podemos verificar que os casos descritos revelam também a permanência histórica de exclusão e de segregação, ao afirmar a profissão de gari como um grau mais baixo da escala da classificação social do trabalho: “O ofício de gari pareceu-me intensamente marcado por um fenômeno intersubjetivo: a invisibilidade pública – espécie de desaparecimento psicossocial de um homem no meio de outros” (COSTA, F., 2008, p. 10), exemplo claro que também pode ser reportado à PSR²¹.

Com base nestas construções teóricas apresentadas, observa-se a influência exercida sobre a sociedade com a invisibilidade pública, um fenômeno social de grande importância, na medida em que diversos cidadãos tornam-se a cada dia vítimas dos processos de exclusão social.

²¹ De acordo com a I Pesquisa Nacional sobre a população de rua, a maior parte dessa população, cerca de 70,9% possui alguma atividade remunerada, na economia informal, principalmente na catação de material reciclável (BRASIL, 2008).

Neste cenário da invisibilidade pública, é possível vislumbrar que os fenômenos sociais expostos encaixam-se na realidade vivenciada pela PSR e suas demandas por políticas públicas. Frente ao surgimento e à representação que essa população apresenta, a presença de pessoas que permanecem em situação de rua é um fenômeno que pode ser visto pelo seu aumento considerável²² nos últimos anos presente em muitas das cidades brasileiras, fruto do crescente processo de exclusão e invisibilidade pública, além da passagem por processos de rupturas emocionais e econômicas que as levaram a permanecer na rua, revelando assim seu espaço de manutenção e meio de sobrevivência.

A invisibilidade pública e seus fenômenos manifestam como formas de produção e reprodução de controle, desqualificação, intimidação, nas relações de poder, nos espaços físicos que acabam apropriando-se da diferença, nas relações sociais. Desse modo, mais que desiguais e excluídos, esses indivíduos se configuram como invisibilizados.

De um lado, temos a sociedade reconhecida como espaço de acesso a direitos e, de outro, a PSR, à qual o seu acesso não é garantido da mesma maneira. Estes fatos marcam o não reconhecimento da identidade desse sujeito perante a sociedade que podem ser observadas através da presença sistemática do estigma e seus subprodutos, como o preconceito, a discriminação e a violência, além da própria produção da invisibilidade.

Através do acesso aos serviços básicos e públicos, há instrumentos para a efetivação de direitos, que podem ser realizados por políticas públicas para essa população. Porém, se a efetivação não ocorre como se prevê, não se deve analisar paradoxalmente “através de perguntas complexas, e sim por meio de pergunta simples, na qual encontra-se a complexidade de lidar com ação” (SANTOS, 2007b, p. 16).

²² A estimativa do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) é que esse número seja também de 50 mil pessoas, conforme informe apresentado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre o 1º Congresso do Movimento Nacional da População de Rua (CFESS, 2017).

A estimativa do IPEA é de 101.854 pessoas em situação de rua no ano de 2015 (IPEA, 2017).

Nessa direção, esses subprodutos são caracterizados no processo histórico do racionalismo ocidental, manifestado nas diferenças sociais entre o indivíduo e o outro. Assim, podemos verificar que, muitas vezes, não indicam apenas diferenças ou singularidades, mas também relações hierárquicas de poderes de raiz histórica, exemplificando, assim, uma identidade dominante, que “permite dar prosseguimento à análise da designação ou da rotulagem, bem como examinar o controle da informação que um indivíduo pode exercer sobre a deficiência ou descrédito que o caracterizam” (PAUGAM, 2003, p. 61).

A naturalização da exclusão, o papel do estigma e os subprodutos, apresentam-se como componentes centrais no processo de invisibilidade pública. Todos esses componentes:

[...] servem para explicar, especificamente no caso da sociedade brasileira, a natureza da incidência dos mecanismos que promovem o ciclo de reprodução da exclusão, representado pela aceitação tanto do nível social, como do próprio excluído [...] O estigma definido como cicatriz, como aquilo que marca, denota claramente o processo de qualificação e desqualificação do indivíduo no ciclo da exclusão (SAWAIA, 1999, p. 23).

Em ambos os casos, esses subprodutos servem de reforço para setores vulneráveis da sociedade, que se encontram em situação de maior vulnerabilidade e impedem, sobretudo, seu acesso a direitos e garantias. No que se refere a direitos e garantias desse segmento, ainda não se equalizou todas as esferas, mas, sem dúvida, vem sendo generalizado na sociedade brasileira, nas últimas décadas através das políticas públicas impulsionadas por experiências de luta e sociabilização por meio das mobilizações sociais.

2 O PERCURSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

2.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DAS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS E A ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA

Diante do arcabouço teórico exposto no primeiro capítulo compreende-se que a crise do paradigma dominante, mediante “transição para o paradigma ou paradigmas emergentes” (SANTOS, 2011, p. 19), resultou-se fundamentalmente em lutas por identidade e emancipação. A partir dessa transição paradigmática, de opressões e de exclusões acabaram convertendo-se em espaços de lutas sociais.

Esta desnaturalização e desnormalização visa abrir novos espaços para novas lutas de resistência as diferentes faces de opressão caucionadas pelo paradigma dominante. Tais lutas pressupõem a reinvenção da emancipação social, feita a partir de escavações nas tradições marginalizadas ou suprimidas pela modernidade ocidental (SANTOS, 2011, p. 43).

As lutas sociais passaram a possuir um papel de agente emancipador social, frente à luta por uma “Ecologia dos reconhecimentos” (SANTOS, 2010c). Para Santos, a ecologia dos reconhecimentos é fundamental “à medida que aumenta a diversidade social e cultural dos sujeitos colectivos que lutam pela emancipação social, a variedade de formas de opressão e de dominação” (SANTOS, 2010c, p. 103).

Nas palavras de Santos, refletidas inicialmente no reconhecimento, é possível identificar nas teorias dos movimentos sociais formas emancipatórias, especialmente aquelas formadas por determinados grupos não reconhecidos, à luz da sociologia das Ausências e das Emergências, onde “a sociologia das ausências se move no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das expectativas sociais” (SANTOS, 2002, p. 256). Neste campo de experiências e de expectativas sociais, é formado um saber dialógico com diferentes formas de conhecimentos, reconhecimento da diversidade e de novas formas de participação democráticas.

Nesse ponto, podemos citar os movimentos sociais na América Latina, como os movimentos de massa. Especificamente no Brasil, os movimentos de massa (operário e campesino) e os de moradia, tiveram um importante papel nas lutas sociais por reconhecimento em meados da década de 1980 e 1990, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Sem-Teto, inseridos em um período citado por Miagusko (2012) no “contexto do desmanche” e que “significaram desmonte do aparelho produtivo estatal, desnacionalização da economia, desregulação dos direitos sociais, privatizações do sistema produtivo estatal etc” (MIAGUSKO, 2012, p. 22).

Por outro lado, para o autor esse período também é marcado pela ampliação dos movimentos sociais, em especial os de moradia e sem-teto, na implementação de políticas públicas e na ampliação da participação social em espaços públicos, conselhos, fóruns, representações e conferências na elaboração dessas políticas, que promoveram uma visibilidade através das reivindicações e lutas por direito.

Assim, não apenas a história dos movimentos sociais era reinterpretada e vista sob novos ângulos. Como os conceitos seriam redefinidos, numa busca para explicar o melhor momento. Tal mudança fez-se necessária uma vez que as categorias analíticas utilizadas anteriormente ressaltavam mais a incompletude da experiência política dos movimentos sociais, numa sociedade marcada pela forte presença do Estado, que subsumia a sociedade civil, do modo como esses constituíam as suas experiências e práticas (MIAGUSKO, 2012, p. 99-100).

Ações dos movimentos sociais e a diversidade de entidades ligadas aos mesmos representaram em um “contexto do desmanche” a retratação de políticas públicas. Com a reinvenção da participação popular nos movimentos sociais juntamente com as organizações sociais²³, buscava-se a emancipação social. Para Santos, “a novidade maior dos novos movimentos sociais reside em que constituem tanto uma crítica à regulação social capitalista, como uma crítica à emancipação social” (SANTOS, 2001, p. 178). A partir disso, o autor propõe outro tipo de racionalidade, a

²³ Os movimentos sociais começaram a se unir a sindicatos, igrejas e ONG'S pela demanda e pelas lutas dos povos.

razão cosmopolita como exercício do diálogo entre saberes solidificados no cosmopolitismo subalterno que:

consiste num vasto conjunto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam contra a exclusão econômica, social, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecido como globalismo neoliberal (SANTOS, 2010a, p. 51).

Segundo o autor, uma alternativa no enfrentamento da globalização é a presença de grupos sociais por meio de redes, iniciativas, organizações e movimentos, que juntos formam um: “conjunto de políticas tipo confrontacional lutas sociais que, [...] revelam estar conectadas de diferentes modos de lutas paralelas travadas noutros lugares” (SANTOS, 2007b, p. 46). Através desse conjunto chamado pelo autor de “globalização contra-hegemônica” (SANTOS, 2007b) contrapõem-se não somente às sequelas econômicas, sociais e políticas, mas também afronta a idealização do interesse geral por meio de uma alternativa.

Com a expansão desenfreada do capitalismo global sob o interesse do capital e não do geral, legitima-se formas de exclusão social e também do fascismo social – apresentado também no capítulo primeiro –, ao negar a dignidade humana a uma grande parcela da população mundial. Como alternativa, a ideia do interesse geral implica a inclusão social e os processos de transformação social.

Em suma, os socialmente excluídos, vítimas da concepção hegemônica de cosmopolitismo, precisam de um novo tipo de cosmopolitismo. O cosmopolitismo subalterno é, portanto, uma variedade opositiva. Do mesmo modo que a globalização neoliberal não reconhece qualquer forma alternativa de globalização, assim também o cosmopolitismo sem adjetivos nega o seu próprio particularismo [...]. É, numa palavra, o nome dos projetos emancipatórios cujas reivindicações e critérios de inclusão social se projetam para além dos horizontes do capitalismo global (SANTOS, 2007b, p. 49).

O cosmopolitismo subalterno também consiste em dois princípios, o da igualdade e do reconhecimento da diferença, refletindo do olhar sobre o que se mostrou desperdiçado na racionalidade hegemônica (Santos, 2007b). Sob esse prisma da sociologia das ausências nos movimentos sociais está presente a busca de diferentes formas de lutas e de manifestações, bem como a sociologia das emergências que apresenta alternativas aos movimentos sociais.

Santos (2002) apresenta aquele que “não existe”, que está oculto, inferiorizado, passa a ser invisibilizado pela sociedade. Dessa forma, é possível verificar a ausência como forma de naturalização da invisibilidade entre os indivíduos marcada pelo não reconhecimento de direitos por meio da distinção. Por isso, segundo o autor, surge a necessidade de uma ecologia do reconhecimento, que pode ser retratada com a participação dos movimentos sociais.

Com a expansão da Modernidade produzida por processos de ocultação e destruição das formas de saber e de ser, acabou produzindo-se uma ausência social de determinados povos ou grupos sociais. Por isso, surge a necessidade de uma sociologia das ausências que não oculta os agentes e seus saberes que foram marginalizados produzindo, assim, uma emancipação e credibilidade transformadora de ausências em presenças.

Já a sociologia das emergências revela alternativas capazes de ampliarem esses agentes e seus saberes negados possibilitando, dessa forma, as experiências desperdiçadas na sociologia das ausências em carências que podem ser supridas. Assim, há uma transformação social e cultural do humano no contexto da história da colonização e de sua dominação que levaram à desigualdade social. Essa transformação possui todo um caráter emancipatório de mudanças sociais e de lutas que podem garantir direitos frente à frustração de continuidade da exclusão social.

Com o objetivo de analisar as lutas como uma ecologia dos reconhecimentos, serão inseridas nesse tópico as lutas do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR²⁴, guiadas pelo desafio da efetivação de direitos fundamentais através das políticas públicas pleiteadas em “[...] novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão” (GOHN, 2010, p. 16).

O reconhecimento nas sociedades periféricas, como a brasileira, recai no eixo das lutas dos movimentos sociais como forma de identidade e de participação popular.

²⁴ Iniciadas oficialmente suas atividades nas capitais São Paulo e Belo Horizonte, o Movimento Nacional da População de Rua – MNPR foi lançado publicamente no ano de 2005 no 4º Festival Lixo e Cidadania encontro de catadores de materiais recicláveis em Belo Horizonte.

Observa-se que além do desafio da efetivação de direitos, passam as lutas sociais (ou ecologias) por reconhecimento da sua identidade constituída coletivamente com “O surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos” (HONNETH, 2003a, p. 258).

Muito além da organização de indivíduos integrantes de determinado segmento social, o movimento social se insere na busca de lutas sociais por reconhecimento de sua identidade que:

Resulta de uma luta dos sujeitos pelo reconhecimento recíproco de sua identidade uma pressão intrassocial para o estabelecimento prático e político de instituições garantidoras de liberdade, trata-se da pretensão dos indivíduos ao reconhecimento intersubjetivo de sua identidade, inerente à visa social desde o começo na qualidade de uma tensão moral que volta a impelir para além da respectiva medida institucionalizada de progresso social e, desse modo, conduz pouco a pouco a um estado de liberdade comunicativamente vivida pelo caminho negativo de um conflito a se repetir de maneira gradativa (HONNETH, 2003a, p. 29-30).

Além de uma perspectiva de efetivação de direitos através de lutas sociais, um movimento social deve ser marcado por sua identidade e reconhecimento de forma coletiva e que ainda expressem “a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações” (GOHN, 2013, p. 203).

A participação social representada pelos movimentos sociais, através das lutas também contribuem para a emancipação. Dessa forma, “não podemos ver os direitos sem vê-los como parte da luta de grupos sociais empenhados em promover a emancipação humana [...]” (FLORES, 2009, p. 77). Todo o conjunto de mobilização social e representação formada pelos próprios atores são vivenciados por suas práticas cotidianas de luta por direitos.

Ao traçar um paralelo entre as lutas sociais por reconhecimento e identidade por meio dos movimentos sociais que presenciaram a realidade vivenciada de quem conhece a vida nas ruas, partiremos da análise do protagonismo dos próprios atores sociais liderados na “participação popular daqueles que passavam a reivindicar

políticas públicas que assegurassem a visão social de que são sujeitos de direitos, por reivindicação elaborada desde o ponto de vista de quem conhece o sistema de atendimento e as dificuldades da vida nas ruas” (MELO, 2016, p. 45).

A partir dos anos 90²⁵, começaram a surgir manifestações no âmbito nacional sobre a população em situação de rua, iniciadas pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993²⁶, depois com o Grito dos Excluídos²⁷ em 1995 e pelos Seminários Nacionais, 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, seguido pela 1ª Marcha do Povo da Rua, em 2001.

Através das narrativas de duas lideranças do MNPR, Anderson Miranda e na sequência Samuel Rodrigues, relatadas nos trechos do filme “Nós da rua” retratam o surgimento do movimento:

o Movimento ele começa a luta em 2001. Da rua para pra rua. Do protagonismo, do autor, da pessoa da rua começar a falar. Quando a gente vai a Brasília, numa marcha nacional da população de rua. Mas antes disso tem o processo do Galdino. O índio Galdino que foi morto. E que os jovens, filhos de juízes e promotores, que o mataram, botaram fogo, disseram: ‘Ah, era um mendigo. Vamos matar porque era mendigo’.
[...] Então, o Movimento, ele é fruto, ele nasce de um sofrimento muito grande. Ele nasce da violação dos direitos por exemplo. E ele tem um ‘boom’ naquele episódio chamado ‘Chacina da Praça da Sé’, onde algumas pessoas foram assassinadas (MIRANDA; RODRIGUES, 2011).

No mesmo dia do Massacre da Praça da Sé, diversos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e a PSR de diferentes Estados, se reuniram na sede do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o objetivo de que fossem tomadas providências com relação ao massacre e discutir sobre o início de um processo de interlocução entre o movimento e o governo.

²⁵ Ainda na década de 90, com essa articulação da sociedade civil e os movimentos sociais na construção de manifestações, foi aprovada em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993), que considera a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. Já no ano de 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004) atribuindo à Proteção Social Especial o atendimento da população em situação de rua.

²⁶ O Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua teve início em 1993 com a articulação entre entidades governamentais e não governamentais, sob o objetivo de elaborar políticas públicas de atendimento a PSR na cidade de Belo Horizonte/MG.

²⁷ Por meio de ações das Pastorais Sociais, o grito dos excluídos surgiu em 1994 com a Campanha da Fraternidade que apresentava o tema: “A fraternidade e os excluídos”.

A partir dessa realidade, surge um fortalecimento reivindicatório nessas manifestações, que foi marcado por importantes elementos para a inserção de vários atores sociais, como os movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil do cenário nacional com o objetivo de dar visibilidade à luta pela igualdade de direitos.

No mesmo ano que o MNPR inicia suas atividades, a Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou uma articulação com os movimentos sociais representativos desse segmento social através do I Encontro Nacional de População em Situação de Rua com a participação da sociedade civil e de organizações não-governamentais, que teve como objetivo “discutir os desafios e as estratégias para a construção de políticas públicas para a população em situação de rua” (BRASIL, 2006).

Esse encontro é marcado pela elaboração da Política Nacional para a População em Situação de Rua e pela publicação do texto da Lei nº. 11.258, de 30 de dezembro de 2005 que altera a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) incluindo o atendimento especializado para a população em situação de rua (BRASIL, 2005).

A Política Nacional foi pautada no caráter universal e reconheceu a especificidade dessa população, baseada no artigo 23 da LOAS, onde prevê em seu parágrafo segundo que, na organização dos serviços da assistência social, serão criados programas de amparo, entre outros, às pessoas que vivem em situação de rua (BRASIL, 2005).

Em outubro de 2006, foi aprovada pelo MDS a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) que atribui uma política de inclusão das pessoas em situação de rua direcionada por medidas socioassistenciais para esse segmento social invisibilizados pelos programas sociais.

Visando dar continuidade a essas ações, realizou-se o “I Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua” através da “Pesquisa Nacional Censitária por Amostragem da População em Situação de Rua” produzida no período de agosto de 2007 a março de 2008 realizado por um acordo de cooperação entre a Organização

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). As realizações do censo e da pesquisa foram um importante mecanismo referencial para os estudos e diretrizes do texto da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua norteada por uma política de atendimento a esse segmento social (BRASIL, 2008).

O objetivo do censo era a obtenção de informações que permitissem quantificar e caracterizar a população em situação de rua, subsidiar a implementação e/ou o redimensionamento de políticas públicas dirigidas especificamente a esse segmento da população e suscitar comparações posteriores, no sentido de aferir a evolução ou a inibição do número de pessoas em situação de rua.

É importante destacar que esse segmento populacional não está incluído em censos e pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) devido à ausência de uma base domiciliar (BRÊTAS; CAVICCHIOLI; ROSA, 2005), revelando assim uma invisibilidade desse segmento perante o Estado.

A coleta de dados ocorreu em 71 (setenta e um) municípios, sendo 23 (vinte e três) capitais e todos os 48 (quarenta e oito) municípios com população igual ou superior a 300 mil habitantes (BRASIL, 2008). Embora o número de pessoas em situação de rua no Brasil segundo a pesquisa, seja significativo, o censo não incluiu crianças e adolescentes, limitando-se o levantamento aos maiores de 18 (dezoito) anos. Podemos observar também que nem todas as capitais²⁸ participaram do censo uma vez que alegaram a realização da pesquisa em momentos anteriores não expressando, assim, um quantitativo concreto.

O resultado mostrou 31.922 (trinta e um mil, novecentos e vinte e dois) adultos em situação de rua vivendo em calçadas, praças, rodovias, igrejas, parques, casas de passagem e de apoio, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em equipamentos sociais (albergues e abrigos), desse número, 69,6% dormiam na rua, 22,1%,

²⁸ Cidades de Belo Horizonte-MG, São Paulo-SP, Recife-PE e Porto Alegre-RS.

costumavam dormir em albergues ou outros locais e 8,3% costumam alternar entre a rua e equipamentos sociais (BRASIL, 2008).

A pesquisa indicou uma diferença na proporção de homens e mulheres, sendo predominantemente formada por homens, pardos, considerada a faixa etária entre 25 (vinte e cinco) e 54 (cinquenta e quatro) anos, com baixos índices de escolaridade, originários do mesmo local em que se encontravam ou de locais relativamente próximos (BRASIL, 2008).

Os motivos que levaram a viver nas ruas são: alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). 71,3% dos entrevistados citaram, pelo menos, um dos três motivos, muitas vezes, de forma correlacionada ou indicando uma relação causal entre eles (BRASIL, 2008).

Apresentando o perfil e as características dessa população, a pesquisa censitária realizada mostra uma população concentrada em grandes centros urbanos, tendo em vista a oferta de recursos e de serviços para o trabalho e melhores condições de sobrevivência. Através das informações obtidas na pesquisa censitária, permitiu-se quantificar e caracterizar a população em situação de rua para a implementação ou redimensionamento na execução de políticas públicas para esse segmento da população, porém ainda há uma ausência de pesquisas nacionais anteriores e posteriores à Pesquisa Nacional Censitária por Amostragem da População em Situação de Rua.

Entre o fim do ano de 2005 e 2008, o MDS assinou algumas Portarias²⁹ como elementos norteadores que antecederam a Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua. No ano seguinte, foi realizado II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua³⁰ que validou a política, apresentando propostas de continuidade do processo de consolidação e de implantação. Instituída pelo Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 tal política é marcada pela

²⁹ Tais documentos permitiram o cofinanciamento de prefeituras e organizações não governamentais para projetos de inclusão produtiva da população em situação de rua e suas famílias, a promoção de projetos de estruturação da rede de serviços socioassistenciais e o repasse de recursos socioassistenciais.

³⁰ Realizado nos dias 19 e 20 de Maio de 2009 em Brasília.

articulação da sociedade civil manifestada social, cultural e politicamente, ampliando sua presença no espaço público nacional como protagonista da sua história.

Outro importante avanço nos últimos anos foi o reconhecimento ao atendimento em serviços públicos como alternativas em face da ausência de uma referência e comprovante habitacional através da Instrução Operacional Conjunta SNARC/SNAS/MDS nº. 7, de 22 de novembro de 2010³¹, que inclui a população de rua junto ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico³². Passou-se a considerar esse segmento populacional sem endereço fixo, o local de referência de algum equipamento social ou serviço da assistência social do município em que se localizam (BRASIL, 2010).

Assim, verificamos a “ecologia dos reconhecimentos” (SANTOS, 2010c) sobre esse segmento populacional na aceitação de direitos e de serviços:

O que se coloca como novidade, e também como um desafio nesse novo contexto, é a luta por reconhecimento de direitos e a produção de serviços que contemplem as especificidades da população de rua, segundo demandas produzidas no bojo de articulações protagonizadas por representante desse segmento populacional que vão se constituindo para este exercício e negociando com os promotores e gestores de políticas e programas públicos as projeções dos problemas que desejam ser resolvidos (MELO, 2016, p. 55).

Ao observar todo processo histórico de identidade e de reconhecimento do MNPR através das transformações e dos avanços, a mobilização dos atores sociais ainda é um desafio constante frente à população de rua não militante, que em alguns casos, ainda não consegue se organizar politicamente³³. No entanto, tais ações de luta por

³¹ Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC)/Secretaria Nacional de Assistência Social(SNAS)/Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

³² Prevê o artigo 2º do decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal: “O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público (BRASIL, 2007).

³³ No diário de campo realizado no dia 21 de agosto de 2017 foi celebrado o Dia de Luta da População de Rua na Praça Oito, no centro da cidade de Vitória. No processo de observação, verifiquei a presença da liderança do movimento no Estado e alguns poucos militantes. Também estavam presentes Coordenadores dos CENTROS-POP’S da grande Vitória (Vitória, Serra e Vila Velha), equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social de Vitória, uma ONG de atendimento e contra a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e uma assessora do Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária da Procuradoria do Ministério Público Estadual. Com relação a PSR, notou-se que a maioria, logo no início do evento, acabou se deslocando para outros lugares,

emancipação e visibilidade da PSR surgiram a partir de mobilizações e da sociedade civil, na tentativa de resgatar a cidadania e a dignidade dessa população.

2.2 A RELAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Com a intensificação dos movimentos sociais de defesa dessa população e pelos próprios atores sociais como protagonistas, introduziu-se desafios para a implementação de políticas públicas, através da instituição de legislações para seu atendimento. Diante das transformações dos grandes centros urbanos e o agravamento da situação socioeconômica, estabeleceu-se uma atenção na rede de atendimento para essa população. Com isso, há uma visibilidade política por diversos sujeitos e instituições.

Até então inumerável, invisível e inominável, nos últimos trinta anos a experiência de rua ganha número, visibilidade e nome próprio – população de rua – e assim entra na cena do espaço público paulistano e também de outras cidades do Brasil [...]. É alvo de discursos e olhares, regimes enunciativos e de visibilidade. São implantados insistentes dispositivos para se ouvir, ver, registrar e falar da população de rua. Discursividades múltiplas são incitadas: declarações públicas, artigos de jornais, periódicos científicos, monografias, pesquisas estatísticas, livros-depoimentos. Visibilidades também são suscitadas: câmeras, filmes, fotos, sistemas de informação, mapeamentos estatísticos, cartazes, manifestações no espaço público. Sem falar nos agentes, instituições e outras instancias especializadas: ONGs, albergues, uma lei municipal própria, blogs de discussão, datas e periódicos específicos, Pastoral do Povo da Rua, fóruns e mais fóruns, e agora, um comitê interministerial próprio e um movimento social de escola nacional (DE LUCCA, 2007, p. 19).

Anterior a esses avanços, o texto constitucional brasileiro de 1988 era marcado por um processo de democratização³⁴, no qual formulou uma Assistência Social consolidada em políticas públicas e direitos sociais de responsabilidade do Estado sob a ampliação dos processos decisórios. Com a formulação do princípio da

permanecendo poucos no local do evento. Ao questionar um dos assistidos sobre esse deslocamento, fui informada que os mesmos estavam se locomovendo para a Praça Costa Pereira (onde possui uma grande concentração de PSR) e/ou “Gruta da Onça” (local conhecido de uso de drogas lícitas e ilícitas). Mesmo diante desses fatos, o movimento no Estado fez diversas reflexões da efetivação do atendimento nas políticas públicas para o segmento e demandas por direitos.

³⁴ Ampliando os espaços decisórios e reafirmando a ideia de uma democracia participativa.

participação popular presente na Constituição Federal de 1988, aliado na esfera das políticas públicas apresenta-se um espaço político na tomada das decisões por parte da sociedade e das instituições do Estado, conforme ressalta Nogueira (2004, p. 57):

participação e sociedade civil não mais serão vistas como expressão e veículo da predisposição coletiva para organizar novas formas de Estado e de comunidade política, de hegemonia e de distribuição do poder, mas sim como a tradução concreta da consciência benemérita dos cidadãos, dos grupos organizados, das empresas e das associações.

Mediante a participação ativa do Estado na implementação e na execução da política e todas as suas espécies estabeleceu um novo desenho institucional participativo para além dos limites do Estado na garantia de direitos coletivos ou individuais isolados sob um aspecto universal e totalizante.

Assim, a identificação da política pública enquanto *res publica* possibilita compreender que a natureza pública de tal política não se deve apenas à sua vinculação ao Estado, mas sim o fato de que as decisões a serem tomadas e implementadas resultam da influência do Estado e da sociedade (MOTTA, 2015, p. 97) (grifo do autor).

Pode-se considerar, portanto, a participação da sociedade civil e do Estado por meio de mediações entre atores da sociedade e do Estado na construção da política pública tendo como elementos constitutivos princípios e diretrizes na sua implementação direcionadas na efetivação dos direitos fundamentais e submetidas a determinadas normas e procedimentos definidos pela própria política.

A elaboração da política deve envolver também, relatórios técnicos e pesquisas junto à sociedade nas demandas sociais, havendo uma interlocução entre os atores sociais e o Estado. Nas palavras de Freire Jr. (2005, p.48), “as políticas públicas são os meios necessários para a efetivação dos direitos fundamentais, uma vez que pouco vale o mero reconhecimento formal de direitos se ele não vem acompanhado de instrumentos para efetivá-los”.

Conforme expresso no artigo 194³⁵ da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social é assegurada como um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinados a assegurar direitos sociais por meio de “[...] ‘mínimos sociais’ como direito de todos” (PEREIRA, 2002, p.153). É dedicada também uma seção específica (Seção IV) aos destinatários da Assistência Social, em seu artigo 22, independentemente de contribuição à seguridade social como a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; a promoção da integração ao mercado de trabalho, dentre outros.

Ainda segundo o MDS, a Assistência Social é um dever do Estado e direito do cidadão, que ainda estabelece diretrizes para a gestão das políticas públicas por meio da sua implementação e execução, sob uma responsabilidade estatal devidamente acompanhada e avaliada pelo Estado e pela sociedade civil (MDS, 2012).

Mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o país caminha lentamente em uma transição de assistencialista para políticas de assistência social, impulsionando para as políticas públicas sociais inauguradas na proteção dos direitos sociais. As deliberações de políticas sociais e de assistência evidenciaram um empenho coletivo na garantia dos direitos por meio da participação da população seja na formulação da política ou no controle das suas ações.

Dessa forma, podemos analisar a Assistência Social, como base de leis e normativas, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Política de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Implementada no ano de 2004, a PNAS tem por objetivo “tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado” (PNAS, 2004) baseada na construção coletiva do redesenho desta política. Podemos observar que essa política demonstra uma construção coletiva que ampliou o reconhecimento por parte do Estado durante os

³⁵ “Art. 194: A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988).

últimos das ações socioassistenciais do governo “no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social” (PNAS, 2004).

Através de uma série de normativas e de regulamentações³⁶ foi construído e implementado um sistema, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que tem como eixo a gestão da Assistência Social como proteção social brasileira.

Os princípios da PNAS são baseados nos da LOAS, conforme expresso no seu artigo 4º, regidos principalmente no que se refere ao atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; universalização, respeito dos direitos sociais, igualdade nos atendimentos e outros (BRASIL, 2004).

Ainda baseada na LOAS e na Constituição Federal de 1988, a organização da assistência social possui como diretrizes, a descentralização político-administrativa, a participação popular, a primazia na responsabilidade do Estado e a centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (BRASIL, 2004).

Quanto ao caminho a ser trilhado pela política e suas diretrizes, destaca-se a descentralização político-administrativa, a participação popular, a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política e a centralidade na família. Tais princípios e diretrizes norteiam a política de assistência social no atendimento aos seus objetivos de promoção de programas, projetos e benefícios sociais, a contribuição para inclusão e equidade dos seus usuários e a garantia de que as ações de proteção social ou a concessão de benefícios, no âmbito da própria política, tenham a centralidade na família e na convivência familiar e comunitária (ARAUJO, 2016, p. 146).

Esse sistema é dividido em duas redes de proteção: básica e especial. A proteção básica é responsável pela prevenção de situações consideradas de risco, através da relação entre vínculos familiares e comunitários voltados à população que vive em situação de vulnerabilidade social, bem como aquelas que se encontram com os vínculos afetivos fragilizados. Nesses casos, é prevista a atuação do Centro de

³⁶ Destaca-se: Norma Operacional Básica (NOB) de 2005 e Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que consagra os eixos estruturantes do pacto entre os três entes federados, as instâncias de articulação, pactuação e deliberação para a implementação e consolidação do SUAS.

Referência em Assistência Social (CRAS) que atua no convívio familiar e comunitário.

Segundo a PNAS, os serviços de proteção básica de assistência social são aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros, além da oferta de um conjunto de serviços locais que objetivam à convivência, a socialização e o acolhimento de famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (PNAS, 2004).

Já a proteção especial, é aquela responsável “pela reestruturação dos serviços de abrigo dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias” (PNAS, 2004). A atuação nesses casos é do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e volta-se para crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua que tiverem seus direitos violados ou ameaçados e cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial à sua proteção e ao seu desenvolvimento (PNAS, 2004).

A proteção social especial é subdividida em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Segundo o dispositivo, a Proteção Social Especial de Média Complexidade é responsável pelos atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, ou de acompanhamento sistemático e monitorado. De forma mais integral, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade garante moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (PNAS, 2004).

O modelo de proteção social apresentado no contexto do SUAS é estruturado na esfera da proteção social dos indivíduos inseridos a partir de um conjunto de ações

contra violações em face desse público alvo. Ainda com relação à Proteção Social Especial, mais especificamente a de média complexidade, esta é responsável pelo atendimento da população em situação de rua, conforme especificado no documento de “Orientações Técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua” e sobre o Serviço Especializado para as Pessoas em Situação de Rua³⁷:

[...] com vistas a contribuir para: prevenir agravamentos e potencializar recursos visando à reparação de situações que envolvam risco pessoal e social, violência, fragilização e rompimento com vínculos familiares, comunitários e/ou sociais (Caderno de Orientações Técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) e sobre o Serviço Especializado para as Pessoas em Situação de Rua, 2011, p. 34).

Cabe mencionar ainda, os serviços socioassistenciais de atendimento às pessoas em situação de rua, tipificados nacionalmente esses serviços envolvem toda uma rede, como a proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade que juntas preveem serviços de Abordagem de Rua, Serviço Especializado para pessoas em situação de rua (CENTRO-POP) e o Serviço de Acolhimento Institucional.

Dessa forma, verificamos um amparo legal na proteção social especial voltada à PSR, que priorizada os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando à criação de condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos (PNAS, 2004).

Por meio da PNAS houve uma visibilidade a esse seguimento social, reconhecendo maiores discussões sobre políticas públicas para essa população, como é o caso da alteração da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), através do dispositivo nº. 11.258 de 2005, que incluiu em seu artigo 23 o dever da criação de programas de atendimento às pessoas em situação de rua.

Com os avanços da proteção social previstos constitucionalmente, somente em 1993 que a assistência social foi regimentada como política pública por meio da Lei nº 8742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Em seu artigo 1º, a

³⁷ O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua foi tipificado pela Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 11 de novembro de 2009.

Assistência Social está prevista como um direito do cidadão e dever do Estado garantida por uma política de seguridade social não contributiva de ações de iniciativa pública e da sociedade com vistas à garantia do atendimento às necessidades básicas.

A política de assistência social no Brasil vive um processo marcado por inovações e recuos. A principal novidade é seu próprio reconhecimento legal como direito pela Constituição de 1988 e sua inclusão como política de seguridade social (BOSCHETTI, 2001, p. 167).

Podemos observar que toda essa rede assistencial é formada por ações de iniciativa pública e pela sociedade ofertadas por meio de serviços, programas e projetos de forma articulada entre as unidades da proteção social. Mas, ainda era necessária uma política pública específica a esse segmento, levando em consideração os novos contextos sobre a PSR, o que efetivamente só foi implementado com o Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009 que instituiu a Política Nacional de atendimento a essa população.

2.3 A POLÍTICA NACIONAL DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A PSR passou por um fortalecimento através da mobilização social a partir de movimentos sociais reivindicatórios, com o objetivo de articular os vários atores que se debruçavam sobre esse fenômeno na defesa de seus direitos. Esse período foi marcado pela elaboração da Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (BRASIL, 2009).

Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Através dessa definição podemos identificar o processo de formulação da política pública, levando em consideração a escolha dos atores sociais, neste caso,

representada pela PSR. Além da identificação da política específica aos atores sociais envolvidos, observa-se a experiência da mobilização social a partir de movimentos sociais reivindicatórios e a sociedade na política desenvolvida.

O percurso dessa política iniciou-se a partir do final da década de 80 e com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Nessa perspectiva, a Lei orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993) regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, reconhecendo a assistência social como política pública passando a formular programas e serviços voltados a esse segmento populacional.

Com esses avanços no campo da assistência social impulsionaram a materialização das diretrizes previstas na LOAS por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada em 2004 e da Norma Operacional Básica (NOB), em 2005 que representaram um importante eixo para a efetivação da assistência social como direito de cidadania, sob a responsabilidade do Estado.

Esses marcos legais serviram como base das suas propostas contempladas a regulamentação da Política Nacional para a População de Rua, com amparo legal no Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009. Vejamos quais são os aspectos jurídicos do referido decreto.

Logo em seu dispositivo 1º, assevera que “Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto” (BRASIL, 2009). Um importante eixo da estrutura dessa política é a reinserção da PSR na família e na comunidade (art. 5º, II), que visa à retirada dessas pessoas das ruas, colocando-se como instrumento de ação, restabelecendo a pessoa em situação de rua na vida social.

A identificação da pessoa em situação de rua, de acordo com o Decreto, é declarada por critérios subjetivos: pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e que habite em logradouros públicos e as áreas degradadas. Não é apresentada uma vinculação a problemas coletivos, conforme previsão no censo e

pesquisa de 2008 levando em consideração os motivos que levaram a viver nas ruas como é o caso da drogadição e sua dependência e o desemprego.

Implementada por meio de Decreto³⁸ pelo Poder Executivo, e não instrumentada na forma de lei, verifica-se a omissão por parte do Poder Legislativo face à obrigatoriedade dos entes federativos não estarem obrigados a aderir tal política, dificultando a execução e uniformização na sua implementação.

Podemos observar também a ausência de questões que envolvem a estrutura dos poderes públicos que executarão a política e a capacidade econômica do poder local que a adere. É o poder local que acaba ficando responsabilizado por solucionar o problema da presença das pessoas que estão em situação rua, pelo fato de terem contato direto com essa população e uma visão da realidade local. Ocorre que, não será contemplado por verbas federais, os serviços e projetos que não estão vinculados à política nacional.

A construção da política pública acaba sendo da competência local que deve, então, atender o reconhecimento do problema, a implementação e a execução da política nacional com a coordenação e avaliação da mesma pelo poder público federal em conjunto com outras políticas públicas, como as de saúde, de geração de trabalho e renda e também as de urbanização, que tem como usuária a população em situação de rua.

Dessa forma, prevê o artigo 2º do Decreto a implementação de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio. A competência trazida pelo decreto para tratar sobre a questão da pessoa em situação de rua é eminentemente da União, ficando a cargo dos municípios aderirem à política nacional, sendo de sua responsabilidade, a formulação de uma política local que poderá ser firmada mediante convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos (art. 4º).

³⁸ Encontra-se sob análise junto à Câmara dos Deputados na situação de “aguardando parecer do relator na Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)” o Projeto de Lei (PL) Nº 5740/2016, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, estabelecendo dessa forma a obrigatoriedade do Poder Público nas políticas públicas direcionadas a essa população.

Ainda de acordo com o disposto no decreto supracitado, referida política preconiza princípios da Política Nacional para inclusão da população em situação de rua, na qual destacamos a promoção e garantia da cidadania, dos direitos humanos e respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais (BRASIL, 2009).

A finalidade e os princípios previstos no decreto em comento retratam uma definição de compromisso do poder público com a integralidade do fenômeno social da PSR e a garantia da efetividade ao exercício da cidadania, que é uma importante diretriz constitucional, com a finalidade de preservação física e psíquica como forma de enfrentamento da exclusão dessas pessoas da vida em sociedade.

Em seu artigo 7º são apresentadas diversas finalidades da política pública, dentre as quais destacamos: o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas; a instituição de uma contagem oficial da população em situação de rua; o incentivo à pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua.

Tais finalidades, conforme previsto no Decreto, complementam a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento; implantação de centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua e outros.

De acordo com o disposto no Decreto supracitado, referida política preconiza como princípios da Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua a promoção e a garantia de direitos no que se refere à cidadania, acesso à cidade e direitos humanos, sendo também vedado ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua (BRASIL, 2008).

A finalidade e os princípios previstos no Decreto em comento possuem uma definição de compromisso do poder público com a integralidade do fenômeno social da PSR e a garantia da efetividade do exercício da cidadania, que é uma importante diretriz constitucional.

No próprio Decreto, há também a atuação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política (art. 9º) no intuito de acompanhar a efetivação dessa política pública, a execução de programas, planos e projetos dos outros ministérios envolvidos na política, integrado por representantes da sociedade civil e por um representante de determinados órgãos, como secretaria e ministérios. No município de Vitória, o comitê local, nomeado como Câmara Intersetorial de Políticas Públicas para População em Situação de Rua – CAI POP – foi instrumentalizado pelo Decreto nº. 15.070, de 21 de junho de 2011.

A atuação do comitê em âmbito nacional e/ou local deve ser representada por segmentos das áreas de políticas públicas da PSR, de movimentos sociais e entidades representativas. É importante destacar também a previsão, na Política Nacional para a População em Situação de Rua, da implantação de Centros de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e a realização de Fóruns da População de Rua.

As atribuições do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional contarão, ainda, com a participação de outros entes, como a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além da participação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Com relação ao acolhimento temporário, está previsto no Decreto em seus artigos 7º e 8º a execução por meio de um padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede, devendo ser observado o limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros urbanos.

A instituição do Decreto indica a proteção dos direitos constitucionalmente previstos. Em relação ao caso em análise, vale destacar o artigo 3º, incisos III e IV da Constituição Federal, ao preverem respectivamente, “a erradicação da pobreza e a

marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”; “promover o bem de todos [...]” (BRASIL, 1988).

Nesse contexto legalizado, o Poder Público passou a ter como função a responsabilidade de elaborar programas e serviços voltados a essa população, assegurando-lhes direitos e garantias. Porém, para a efetiva implementação de realidade da PSR é necessária uma construção coletiva, principalmente com a participação dos próprios atores sociais, potencializando os mesmos como sujeitos de direitos.

As conquistas resultaram na consolidação de uma rede de proteção, voltada à assistência social, universalizada no acesso aos serviços, mas infelizmente ainda não é o bastante. Muitos dos objetivos propostos na política citada ainda são ineficazes, não garantem mínimo existencial de direitos como a moradia.

Por se tratar de um grupo heterogêneo e itinerante, falta articulação das políticas públicas entre os entes federais, estaduais e municipais específicas desse segmento, além de outras políticas públicas, como as de saúde. Segundo a Pesquisa Nacional Censitária por Amostragem da População em Situação de Rua, 29,7% dos entrevistados afirmaram ter algum problema de saúde e, quando doentes, 43,8% procuram como primeiro lugar um hospital/emergência. O resultado da pesquisa nacional também aponta para a drogadição (BRASIL, 2008).

Mesmo diante de um número expressivo de audiências públicas, rodas de conversas, grupos de trabalho e eventos sobre a PSR no município pesquisado foi possível verificar nesses locais, a ausência da participação da sociedade civil na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas, associadas à falta de divulgação.

Com relação à implementação dos Centros de Referência Especializados para o atendimento da PSR, somente 03 (três) municípios da região metropolitana

possuem habilitação desses centros, conforme apontado no Mapa da Política de Assistência Social³⁹.

A instituição da contagem oficial da PSR anualmente, também se faz necessária. A realização de produção e divulgação de números e dados, além de estudos sobre a PSR permitem uma orientação de demandas de diversos setores, como assistência social, habitação, emprego e saúde ampliam a segmentação dessa população, o que não facilitaria a permanência das pessoas nas ruas.

Fortalecer a convicção da importância da participação popular na elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas são meios efetivos de promoção social e garantia pelos direitos e pela ampla cidadania. Por fim, cabe ressaltar, que a invisibilidade pública ainda é perceptível na situação exposta, uma vez que ao mesmo tempo em que, com muita luta, mobilização e participação da sociedade civil conquistaram uma política pública, há ainda desafios para implementá-la no âmbito municipal, conforme será exposto no tópico abaixo.

2.4 CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE DE VITÓRIA

Com o conjunto normativo formado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Política de Assistência Social (PNAS), pelo Sistema Único de Assistência Social

³⁹ Conjunto de dados estatísticos de diferentes instituições e órgãos públicos, gerando informações atualizadas sobre a realidade do estado do Espírito Santo. Também traz informações sobre a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – e equipamentos sociais instalados nos 78 (setenta e oito) Municípios capixabas.

Os serviços da Política de Assistência Social disponíveis nos Municípios capixabas são estruturados em uma rede de proteção social que apresenta desafios e possibilidades em seu processo de consolidação como uma política pública. São 78 (setenta e oito) territórios férteis e que podem ser agentes de mudanças reais para parte da população que vive em situação de vulnerabilidade social e de extrema pobreza. Ao proporcionar um olhar mais próximo dessas realidades, o Mapa orienta caminhos para a Assistência Social no estado do Espírito Santo, para a atuação do Ministério Público, reordenamento e fortalecimento de sua rede de proteção social (MPES, 2017).

(SUAS) e pela elaboração da Política Nacional para a População em Situação de Rua ampliou-se a atenção conferida a esse segmento social considerado invisível⁴⁰.

A Assistência Social no Estado do Espírito Santo foi contemplada recentemente com o Mapa da Política de Assistência Social através do Projeto Estratégico do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) e da atuação do Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO). Segundo os dados existentes no mapa em relação à Região Metropolitana de Vitória, composta pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, somente 03 (três) municípios possuem habilitação do SUAS nas redes de proteção, básico e especial com unidades de Centro Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO-POP): Vitória, Vila Velha e Serra.

Cabe destacar, a complexidade da PSR, formada por um grupo heterogêneo, itinerante, sazonal, que migra de um município para outro ou entre regiões.

Desterritorializar-se dessa mesma área por algum tempo, por sua vez, buscando um novo espaço para promover esta territorialização, mesmo que ocorra o retorno para o mesmo local em um outro momento posterior, possui importância equivalente nesse processo. As populações de rua reconhecem as suas fragilidades, e evitar o conflito também se caracteriza como uma importante estratégia. Desse modo, é possível afirmar que em determinados níveis, os territórios das populações de rua são instáveis e efêmeros, podendo desaparecer e (re)surgir com enorme velocidade (ROBAINA, 2012, s/p).

Portanto, a política pública deve possuir ações específicas e interlocuções entre os municípios no aspecto regionalizado, como a busca por convênios e consórcios municipais. Diante das especificidades e complexidades caracterizadas por esse segmento, além da integração e da interdisciplinaridade de ações e serviços, uma política sobre a PSR deve se preocupar em oferecer políticas municipais baseadas nacionalmente no Decreto nº. 7.053/2009.

No município de Vitória, local onde a presente pesquisa foi centralizada, a Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua foi elaborada através da

⁴⁰ Mesmo diante do respaldo do conjunto normativo citado, é necessária uma transversalidade na utilização de outros marcos legais como o Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto das Cidades, entre outros.

Lei nº 5.496/2002 revogada pela Lei nº 7.101/2007 que ampliou a implantação e a manutenção de uma rede de programas, projetos, serviços e benefícios para a PSR. Além da política municipal, também foram elaborados decretos⁴¹ sobre esse segmento nos anos de 2011 e 2012 que instituem a Câmara Intersetorial de Políticas Públicas para População em Situação de Rua (CAI-POP) e seus membros.

O período da implementação dessa política municipal foi marcado segundo Araujo (2016, p. 146) “por forte pressão popular em relação à presença das pessoas em situação de rua na cidade e também pela emergência dos movimentos de luta pelos direitos dessas pessoas”. O autor relata, em sua pesquisa, vários fatores, como insegurança associada à possibilidade de ilícitos; prejuízo ao aspecto estético da cidade e registros no Serviço Fala Vitória 156, Ouvidoria Municipal, imprensa, expedientes das indicações da Câmara de Vereadores, os autógrafos de lei, as “denúncias” ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, além da abertura de processos administrativos e comunicações verbais e também a participação de sujeitos que influenciaram ou interferiram, como moradores de bairros onde se encontram pessoas nessa situação, comerciantes, autoridades locais, a imprensa, o MNPR e instituições de defesa de direitos humanos (ARAUJO, 2016).

Um importante fator a ser considerado na elaboração da política municipal foi a participação do MNPR de Vitória por meio um documento que reivindicava a gestão do município, dentre os quais destacamos: ampliação de vagas nos abrigos e hospedagem noturna e garantia dos atendimentos nos finais de semana e feriados nos equipamento sociais; ampliação de vagas no Programa Municipal de Moradia Alternativa e inclusão da PSR nos programas de habitação municipal e federal; criação de cotas de empregos nos serviços de contratação direta e indireta da prefeitura e realização de cursos de qualificação e requalificação profissional, bem como a implementação do Programa Nacional ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a implementação no município da Política Nacional de inclusão a população em situação de rua, entre outras⁴² (VITÓRIA, 2013).

⁴¹ Decreto nº 15070 de 30 de junho de 2011; Decreto nº15173 de 08 de outubro de 2011; Decreto nº 15413 de 04 de julho de 2012.

⁴² Realização de concurso público para cargos da política de assistência social de atendimento a essa população; garantia da integridade física e do estado de conservação de documentos e demais pertences; concessão de vale social de transporte coletivo para busca de emprego, visita as unidades

As reivindicações propostas pelo MNPR partem de uma interdisciplinaridade com outras políticas, em especial a política de assistência social, sendo necessário articulações de ações intersetoriais com outras secretarias necessárias à política pública municipal de atendimento integral à PSR. Assim, a assistência social nessa política pública passa a ser articulada com as duas (básico e especial) redes de proteção. Cabe ressaltar, também, a manutenção de uma rede de programas, projetos, serviços e benefícios orientados pelos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e da Norma de Orientação Básica do Sistema Único de Assistência Social.

Em especial, a lei 7.101/2007, que dispõe sobre a Política de Atendimento à População em Situação de Rua no município de Vitória, é operacionalizada pela implantação e manutenção da rede através de ações de caráter intersetoriais, devendo ser observados os princípios do respeito à dignidade da pessoa humana, ênfase no protagonismo dos usuários e na sua constituição como sujeitos autônomos, bem como a garantia da liberdade de ir e vir, da convivência familiar e comunitária e, por fim, do acolhimento livre de todo e qualquer ato de constrangimento, conforme artigo 5º da Lei 7.101/2007.

Segundo o artigo 7º da lei municipal, a operacionalização e o funcionamento da rede serão compreendidas pelos seguintes programas e serviços⁴³: I) Centro de Atendimento Dia (Adulto); II) Centro de Atendimento Dia (Criança e Adolescente); III)

de saúde e outro compromissos; gratuidade no restaurante popular; acesso sem discriminação no restaurante popular; implantação da política de saúde, garantindo o atendimento em qualquer unidade de saúde municipal, bem como o acesso incondicional e digno nos equipamentos dos SUS; fortalecimento de programas existentes para tratamento não compulsório do uso de álcool e outras drogas; melhoria no atendimentos nas Casas Lares para transtorno mental na intenção de deixar de ser um espaço manicomial; implementação do Programa Saúde da Família; efetivação do programa Consultório na Rua; formação continuada para servidores que atendem essa população; capacitação de agentes de segurança para abordagem humanizada; criação do núcleo específico na Secretaria Municipal de Cidadania (SEMCI); acompanhamento na investigação dos casos de violência contra essa população; responsabilização dos agentes públicos que atuam na ponta dos serviços públicos municipais por não promoverem direitos; construção e reformas dos banheiro públicos na cidade; formação dos profissionais da Secretaria Municipal de Serviços (SEMSE) para abordagem digna nos momentos de limpeza da cidade; assegurar a continuidade da "EJA" (educação de jovens e adultos) e ampliação dos locais de atendimento; oportunizar acesso aos programas e equipamentos de esporte e cultura e por fim, a realização de ações culturais específicas (VITÓRIA, 2013).

⁴³ No inciso 2º do artigo 8º, está prevista a elaboração de outros programas, projetos, serviços e benefícios para a implementação da política municipal, podendo ainda ser firmado convênio com os outros Municípios, fundações e entidades.

Casas Lares; IV) Albergue Noturno; V) Albergue Noturno para migrantes; VI) Abrigos; VII) Atendimento Social de Rua; VIII) Moradias Alternativas; IX) Instituições de Longa Permanência; X) Benefícios eventuais ou permanentes; XI) Formação de redes (VITÓRIA, 2007).

Esses programas e serviços de atendimento a essa população deverão ser contínuos ou provisórios (dia e noite), ofertados durante os dias da semana e em alguns casos nos finais de semana sob a responsabilidade de acolhida da PSR sendo incluídas pessoas com transtornos mentais e migrantes, além do serviço de abordagem para atendimento especializado e encaminhamento de serviços, moradia autônoma.

Todos esses programas e serviços deverão obedecer às diretrizes que envolvam o direito à cidade; à cidadania; acesso à saúde, à educação, ao trabalho, vedação a tratamento degradante ou humilhante; atendimento a toda a família; oferta de qualificação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho e a mobilização para debater o problema (VITÓRIA, 2007).

No parágrafo único desse dispositivo, sob a mesma diretriz da Política Nacional para a População em Situação de Rua, a política municipal tem como princípio estruturante o fortalecimento da autonomia de cada um e o resgate dos vínculos familiares e comunitários, implicando as equipes no esforço permanente de identificar e localizar as famílias, realizar contato com elas e mediar para que elas reintegram seus membros (VITÓRIA, 2007).

É previsto também nessa legislação, que os programas e serviços devem ofertar por meio de instalações adequadas: higienização, alimentação, acesso a roupas e remédios, orientação social e de saúde, participação em oficinas e atividades sócio-educativas, bem como recreativas, passeios externos, atendimentos individualizados, além da articulação com outras secretarias e, principalmente, o resgate e o fortalecimento das identidades, o retorno a família ou o encaminhamento a outra alternativa de moradia.

A responsabilidade do controle social dessas ações e suas deliberações são de responsabilidade do Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória (COMASV)⁴⁴, cabendo à Secretaria de Assistência Social (SEMAS) coordenar as ações desta política (Artigos 9º e 10), além de promover anualmente seminários sobre a PSR⁴⁵ e apoiar a formação de redes e fóruns, conferências, reuniões com associações comunitárias e segmentos da sociedade para debater esse segmento tanto no âmbito municipal, como metropolitano e estadual.

Com a participação popular nas políticas públicas, promoveu-se uma abertura junto à gestão dos níveis de governo, expressadas nos artigos acima citados na participação e representação de associações comunitárias e segmentos da sociedade não somente na formulação das mesmas, mas também no controle. Nesse sentido, o Conselho Municipal e conferências sobre a PSR constituem-se em espaços nos processos de decisão de uma política. Segundo o artigo 204, inciso II da CF/88 tem como uma das suas diretrizes a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1988).

Dessa forma, a participação no Conselho Municipal e a elaboração de conferências e estudos sobre o tema podem revelar:

espaços públicos com força legal para atuar nas políticas públicas, na definição de suas prioridades, de seus conteúdos e recursos orçamentários, de segmentos sociais a serem atendidos e na avaliação dos resultados. A composição plural e heterogênea, com representação da sociedade civil e do governo em diferentes formatos, caracteriza os conselhos como instâncias de negociação de conflitos entre diferentes grupos e interesses,

⁴⁴ Criado pela Lei Municipal nº 4.384/96 revogada pela Lei nº 6.811/2007, o Conselho da Assistência Social (Comasv) é um órgão deliberativo, formado por 16 membros, sendo oito representantes do governo municipal e oito da sociedade civil. Desses oito, três vagas são para os usuários, quatro para entidades e uma para trabalhadores da área de assistência social. O mandato é de três anos e é permitida uma recondução. Os membros do Comasv são: Poder Público: secretarias municipais de Assistência Social; Cidadania e Direitos Humanos; Educação; Habitação; Fazenda; Saúde e Trabalho e Geração de Renda e representantes dos coordenadores locais do Cras. Sociedade Civil: representantes dos usuários e/ou de organização de usuários; Organizações e entidades de Assistência Social; Organizações de Trabalhadores do Setor (VITÓRIA, 2017).

⁴⁵ Em 2009 foi realizado pela SEMAS o IV Seminário Metropolitano sobre a População em Situação de Rua com o tema "Construindo a Convivência na Cidade", e em 2012 VI Seminário de Políticas Públicas para População em Situação de Rua com o tema "Por uma rede de Proteção Metropolitana". Somente em 2010 que foi realizado o 2º Seminário Estadual: População em Situação de Rua e o Desafio do Trabalho Intersetorial entre a SEMAS e o Governo do Estado. Essas informações encontram-se disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal de Vitória.

portanto, como campo de disputas políticas, de conceitos e processos, de significados e resultados políticos (RICHELIS, 2006, p.11).

Com a complexidade do público alvo dessa política, heterogêneo e itinerante, são necessárias ações com outros municípios. No artigo 11 da lei, o município e a SEMAS são responsáveis pelo desenvolvimento de ações integradas com os municípios da região metropolitana e com o governo do Estado.

No ano 2012, o Levantamento sobre a População em Situação de Rua de Vitória, elaborado por técnicos da SEMAS/Prefeitura Municipal de Vitória apontou que a capital possui 648 (seiscentos e quarenta e oito) pessoas em situação de rua (PMV/SEMAS, 2012). Segundo Kunz (2012), através da pesquisa realizada pela autora, o público era constituído por jovens, do sexo masculino, afrodescendentes e migrantes de outras cidades do estado do Espírito Santo ou outros Estados.

Ainda segundo a pesquisadora, a tendência é que esses números sejam cada vez mais crescentes, tendo em vista ser a capital do Estado, servindo como destino final do processo de migração, por possuir albergamento. Desse modo, esse conjunto de fatores faz com que haja um deslocamento em direção aos centros urbanos e suas áreas centrais, também por conta da grande oferta de empregos e serviços.

A escolha da área central pelas populações de rua se deve ao fato do centro garantir melhores condições de sobrevivência em comparação a outras áreas da cidade, tendo em vista principalmente as possibilidades de atividades laborais (coletas de materiais recicláveis, carretos, pequenos biscates, mendicância etc), bem como, a concentração de ajudas assistencialistas do Estado, da Igreja e a atuação de ONG's e de outras ações isoladas promovidas pela sociedade civil (ROBAINA, 2013, p. 8).

De acordo com os dados fornecidos pela coordenadora do Serviço Especializado em Abordagem Social⁴⁶, situado no âmbito da Gerência de Proteção Especial de Média Complexidade foram identificadas 1.752 (um mil setecentos e cinquenta e dois) pessoas em situação de rua atendidas pelo SEAS e foram realizadas 5.892 (cinco mil, oitocentos e noventa e dois) abordagens. No ano de 2017, foram identificadas 1.060 (um mil e sessenta) pessoas em situação de rua atendidas pelo SEAS e

⁴⁶ O SEAS realiza a abordagem de adultos, crianças e adolescentes em situação de rua que são encaminhadas para os espaços de acolhida e outros serviços da rede de assistência social, em especial para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CENTRO-POP).

realizadas 5.535 (cinco mil, quinhentos e trinta e cinco) abordagens⁴⁷ (CONSTANTINO, 2017, s/p).

Segundo a Pesquisa Nacional Censitária por Amostragem da População em Situação de Rua realizada em 2008 o município de Vitória possuía 296 (duzentos e noventa e seis) pessoas vivendo em situação de rua (BRASIL, 2008), assim verificase o aumento dessa população desde a realização da pesquisa em âmbito nacional.

Atualmente no município de Vitória, é ofertada uma rede de programas, serviços projetos e de acolhimento em atendimento a essa população. Com relação aos programas, serviços e projetos, são ofertados pelo município: I) Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS); II) “Onde anda você; III) Consultório na Rua; IV) Moradia Alternativas; V) Escola da vida; VI) Escola de Jovens e adultos. Com relação ao acolhimento o município possui: I) Serviço Especializado em Abordagem Social; II) Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CENTRO-POP); III) Hospedagem Noturna para Adultos em Situação de Rua; IV) Abrigo; V) Casa Lar; VI) Albergue Noturno para Migrantes; VII) Casa República⁴⁸.

A construção da Política de Assistência Social no município de Vitória juntamente com uma rede de programas, serviços projetos e de acolhimento destinados a PSR, ainda são um desafio diário para implementar a referida política. É esta dispersão em rede e nas políticas, que foi dedicado, em especial, ao acolhimento da PSR no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CENTRO-POP), equipamento social que será abordado no próximo capítulo.

⁴⁷ Nos meses em que ocorreu a pesquisa de campo – agosto, setembro e outubro – foram identificadas 216 pessoas em situação de rua atendidas pelo SEAS. No mês de agosto, realizaram-se 625 abordagens e 216 atendimentos, no mês seguinte, ocorreram 608 abordagens e 227 atendimentos e no mês de outubro foi registrado 627 abordagens e 236 atendimentos.

⁴⁸ A especificação de cada Rede de programas, serviços projetos e de acolhimento que compõe a rede de atendimento à população de rua podem ser visualizadas no Anexo VII.

3 AS NARRATIVAS⁴⁹ DOS SUJEITOS INSERIDOS NA POLÍTICA MUNICIPAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

3.1 O PRIMEIRO OLHAR EM CAMPO: A TRANSFORMAÇÃO DA POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA EM “ASSISTIDOS”⁵⁰

Nesta última parte do estudo, serão apresentadas as reflexões construídas a partir da análise dos sujeitos inseridos na política municipal de atendimento à população em situação de rua no município de Vitória, a qual foi implementada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a população em situação de rua (CENTRO-POP), por meio de seus serviços e de ações ofertadas, que se voltam a essa população. Assim, esta seção e a seguinte tratam de um olhar da investigação social, mediante processos de observação participante, entrevistas e, até mesmo conversas informais, que serão expostas em forma de narrativas do campo.

Sob o contexto de uma política pública específica, o público-alvo foi a população em situação de rua adulta assistida por esse equipamento social, que funciona como local de acolhida imediata deste público. A escolha para a entrada no campo se deu mediante visitas iniciais ao equipamento social, realizadas em dias de eventos e na companhia do Grupo de Pesquisa "Invisibilidade social e energias emancipatórias em Direitos Humanos" – FDV (CNPQ)⁵¹. Essas participações foram uma porta de

⁴⁹ As narrativas expostas na pesquisa foram utilizadas como uma forma de obter informações acerca de um acontecimento, uma experiência por meio de um conjunto de fatos, personagens, a época quando ocorreu e o espaço. Segundo Bruner (1986, p. 147), “as estruturas narrativas servem como guias interpretativos; elas nos dizem o que constitui dados, define os tópicos de estudo, e ressalta o sentido da construção na situação de campo quando transforma o estranho em familiar”.

⁵⁰ Na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), é utilizado o termo “usuário” em referência às pessoas atendidas pela rede socioassistencial. Porém, na pesquisa será adotado o termo “assistido(s)” tendo como referência a assistência social compreendida por outros termos, como: assistência(s), assistencial(ais), assistindo, dentre outros.

⁵¹ O grupo é um espaço de reflexão e pesquisa acerca de temas ligados aos Direitos e Garantias Fundamentais que reúne doutorandos, mestrandos, graduandos da FDV, pesquisadores, professores e alunos de outras instituições de ensino e demais profissionais interessados na temática pesquisada.

acesso para o conhecimento do equipamento social, contato com os profissionais e com a PSR.

A pesquisa ocorreu no período entre agosto de 2017 e outubro de 2017. Com relação à frequência, embora tenha sido estipulado de uma vez por semana em um período de tempo de 6 (seis) horas diárias, a pesquisa foi realizada com a frequência de mais de uma vez por semana, para se inserir melhor em campo, acompanhar o dia a dia (inclusive nos finais de semana) da população assistida no equipamento e todos os serviços e ações que foram ofertados na unidade, durante os meses da pesquisa. Essa permanência maior no campo permitiu a aproximação da pesquisadora com os entrevistados, com o próprio equipamento e o contato com as atividades ofertadas. Tal fato pode representar, segundo Costa (2008, p. 21), “enxergar o mundo de um lugar diferente do meu, um lugar o mais próximo possível do ponto a partir do qual a vida se abre para meu interlocutor”.

As primeiras aproximações da pesquisadora com o grupo social investigado – pessoas em situação de rua e os profissionais atuantes no equipamento social escolhido para análise – ocorreram no sentido de apresentar os interesses e os objetivos concernentes à pesquisa, sendo as entrevistas iniciadas somente num segundo momento com a finalidade de criar uma ambientação entre os sujeitos envolvidos.

No que tange às entrevistas, elas ocorreram na modalidade semiestruturada, tendo em vista a flexibilidade que permite ao pesquisador. Os processos de coleta, construção e tratamento dos dados terá início com a análise dos discursos extraídos dos profissionais (técnicos e educadores sociais) e dos assistidos, bem como pela abordagem da percepção da pesquisadora acerca do atendimento no equipamento social⁵².

⁵² A sistematização das informações obtidas nas entrevistas foi realizada pelo processo de audição e de divisão dos trechos transferidos para o banco de dados sobre a análise dos discursos combinadas com as informações extraídas da observação participante e dos demais diálogos que serão expostos na próxima seção. Com relação às gravações, as identidades pessoais dos entrevistados foram substituídas por nomes fictícios.

Foram entrevistados todos técnicos e educadores sociais que atuaram no momento da pesquisa, o que corresponde a 21 (vinte e um), sendo observado o seu tempo de trabalho, suas experiências voltadas a esse público e uma análise da implementação da política pública de atendimento à população em situação de rua executada no município pesquisado.

Com relação aos assistidos, observou-se a permanência no equipamento pelo tempo mínimo de 6 (seis) meses. Essa análise ocorreu a partir dos dados extraídos de entrevistas realizadas com 23 (vinte e três) pessoas⁵³. As entrevistas, por sua vez, dividiram-se em 3 (três) partes: a primeira diz respeito à identificação dos assistidos, a segunda refere-se à vida na rua e a última parte volta-se à relação com o equipamento social do município.

Num segundo momento, a observação participante contou com a análise de documentos, dados e registro de atividades. É nesse percurso que serão trilhadas as entrevistas, os relatos e os processos de observação que compõem essa temática da pesquisa.

A análise das políticas públicas de atendimento à PSR, no município de Vitória, é formada por uma intersetorialidade através da rede de programas, serviços, projetos e de acolhimento fazem parte dos eixos norteadores na implementação dessa política, conforme objetivos elencados nos incisos IX; X, XI; XII; XIII e; XIV do artigo 7º do Decreto nº 7.053/2009. Todavia, mesmo com a previsão dessa intersetorialidade por meio de órgãos de defesa de direitos e acompanhadas por outras políticas públicas específicas, como, saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional, muitas vezes, ela acaba centralizando-se na área da assistência social⁵⁴.

⁵³ O objetivo inicial da pesquisa era entrevistar todos os assistidos com permanência no equipamento pelo tempo mínimo de 6 (seis) meses, contudo, mesmo que as entrevistas fossem realizadas em um local que resguarde a intimidade dos informantes, sendo informado que os dados sobre eles não seriam compartilhados com a identificação, não foi possível alcançar esse objetivo, tendo em vista que esses assistidos não apresentaram disponibilidade e/ou interesse para participar na pesquisa.

⁵⁴ Conforme previsão no documento “Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua” (BRASIL, 2011) elaborado pela SNAS/MDS.

Neste capítulo, objetiva-se o acolhimento da PSR adulta no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (CENTRO-POP) situado no âmbito da Proteção Social Especial da Média Complexidade do Sistema Único da Assistência Social no município de Vitória, a partir do seguinte eixo: a transformação da população adulta em situação de rua em assistidos.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e as ações disponibilizadas pelo serviço são espaços de oferta de atenção especializada “de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida” (BRASIL, 2011, p.10)⁵⁵. Conforme o documento de orientações técnicas do Centro-Pop, o atendimento é destinado às pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência, com a finalidade de assegurar um acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua, além da garantia de direitos para a inclusão social e a construção de novos projetos de vida das pessoas em situação de rua (BRASIL, 2011).

Com relação à unidade do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e às ações ofertadas, estas devem estar localizadas de acordo “com maior concentração das pessoas em situação de rua, sendo geralmente estabelecidos nas regiões centrais da cidade” (BRASIL, 2011, p. 43). No município de Vitória, o CENTRO-POP encontra-se na área central (próximo à rodoviária e a Segunda Ponte dando acesso a BR 262, que liga Vitória aos municípios de Cariacica e Vila Velha) onde há uma concentração de parcela significativa dessa população⁵⁶.

No período da realização da pesquisa, a gestão do espaço encontrava-se compartilhada com recursos passados pela municipalidade por meio de um termo de

⁵⁵ Todas as orientações que constam no PNAS são submetidas ao Conselho de Assistência Social do município.

⁵⁶ Especificadamente, o CENTRO-POP de Vitória se encontra na Avenida Dário Lourenço no Bairro Mario Cypreste.

colaboração com uma instituição beneficente e que atua com: 1 (um) coordenador, 1 (um) supervisora técnica, 1 (um) assessora técnica, 3 (três) assistentes sociais, 3 (três) psicólogos, 1 (um) assessora jurídica, 6 (seis) educadores sociais nível médio e 2 (dois) nível superior, 3 (três) oficinairos, 1 (um) assistente administrativo, 1 (um) nutricionista, 3 (três) cozinheiras, 3 (três) auxiliares de cozinha, 3 (três) funcionários responsáveis pelos serviços gerais, além de 2 (dois) vigilantes⁵⁷ para atender em torno de 100 (cem) pessoas por dia.

Importante frisar que em alguns diários de campo registrou-se que o número de atendimentos chegou ao número de 105 (cento e cinco) pessoas. Algumas narrativas mostraram que nem todas as pessoas em situação de rua frequentam o CENTRO-POP devido à distância, sendo levado em consideração que essas pessoas estão localizadas em um fluxo maior na região continental, no bairro Bento Ferreira, além de outros motivos, conforme o relato abaixo:

Joana (técnica): Há relatos dos próprios assistidos que muitos não aderem porque o CENTRO-POP é distante geograficamente de onde eles gostam de ficar, segundo porque eles não querem se submeter às regras do espaço e terceiro por não se identificarem com as ações.

Também foi relatado que o fluxo maior de atendimentos ocorre na época de frio, em dias mais chuvosos, final de ano e carnaval⁵⁸. Nos meses de agosto e setembro de 2017, o CENTRO-POP apresentava, em seus relatórios, o total de 509 (quinhentos e nove) assistidos cadastrados, sendo 151 (cento e cinquenta e um) referentes ao mês de agosto, 151 (cento e cinquenta e um) ao mês de setembro e 207 (duzentos e sete) no mês de outubro. Importante frisar que, de janeiro a outubro de 2017, foram atendidos e realizados atendimentos para 1.688 (um mil e seiscentos e oitenta e oito) pessoas em situação de rua, que revela quantitativo considerável, já que, em 2016, foram atendidos e realizados 2.187 (dois mil, cento e oitenta e sete) atendimentos, conforme se observa na Tabela 1:

⁵⁷ Nos meses de setembro e outubro, o quadro de profissionais aumentou para 4 psicólogos, 4 assistentes sociais e 8 educadores sociais nível médio.

⁵⁸ Na observação do equipamento, a pesquisadora notou que, nos dias de segunda-feira, o equipamento fica mais movimentado, tal fator pode ser relacionado ao fato de que, nos finais de semana, o número de atendimentos é bem menor e a permanência na rua acaba sendo maior, refletindo assim na postura dos assistidos (que muitas vezes ainda estão sob o efeito de entorpecentes) em gerar conflitos.

Tabela 1 - Número de atendidos realizados de Janeiro à Dezembro de 2016 e de Janeiro à Outubro de 2017.

Mês	Ano de 2016	Ano de 2017
Janeiro	125	172
Fevereiro	165	171
Março	162	160
Abril	158	179
Maiο	216	150
Junho	245	174
Julho	184	173
Agosto	170	151
Setembro	200	151
Outubro	206	207
Novembro	161	-
Dezembro	195	-

Fonte: CENTRO-POP

Além desse cadastro, o CENTRO-POP deve incluir essas pessoas no Cadastro Único (CAD-ÚNICO) do Governo Federal que viabiliza o acesso aos projetos e programas sociais, como o Programa Bolsa Família. Ressalta-se também que, segundo os dados da Pesquisa Censitária, (88,5%) da PSR, ou seja, a maioria dos entrevistados não recebia qualquer benefício governamental. No ano de 2017, entre os meses de janeiro a setembro⁵⁹ foram inseridas 44 (quarenta e quatro) pessoas no CAD-ÚNICO, conforme dados presentes no relatório anual do CENTRO-POP de Vitória.

Com relação ao horário de atendimento no CENTRO-POP, o padrão é de 07 às 17 horas. Para os assistidos acolhidos, o horário de entrada é de 07 às 09h30min (com alguns minutos de tolerância) ou a partir das 13 horas. Foi possível observar, que ocorria a permissão para a entrada fora do horário estipulado (por exemplo, assistidos que saem após o almoço para o trabalho ou para o estudo e retornam antes do fechamento para banho e retirada dos pertences e do lanche da tarde)⁶⁰. Esta flexibilização era permitida desde que houvesse prévia conversa com a coordenação ou em casos em que o atraso se justificasse por presença em atendimento de saúde ou em compromisso de apresentação à justiça, devendo o

⁵⁹ Com relação ao mês de outubro, o relatório ainda não tinha sido concluído.

⁶⁰ Consta na sala de recepção do atendimento um quadro que contém em uma das suas divisões, os nomes dos assistidos que possuem a permissão para a entrada fora do horário estipulado.

fato ser devidamente comprovado mediante apresentação de declaração de comparecimento, conforme previsto no Regimento Interno do CENTRO-POP⁶¹.

Com relação ao Regimento Interno do CENTRO-POP, estão previstos artigos relativos à natureza do atendimento, direitos dos assistidos, objetivos gerais e específicos, horário de atendimento, instalações, regras de convivência na instituição e sanções. Os artigos que versam sobre a natureza do atendimento, os objetivos gerais e específicos, horários de atendimento foram brevemente expostos acima, sendo direcionada, neste momento, atenção às dinâmicas de funcionamento, regras de convivência na instituição, possíveis sanções e, por fim, as instalações.

Sobre esses aspectos de regras e sanções retornamos em Goffman (1974) e a definição de “instituição total”. Para o autor, essa instituição (fazendo referência a instituição de tratamento psiquiátrico, colégios internos, instituições religiosas e quartéis) possui como característica duas vertentes que podem ser consideradas opostas: aquelas entre equipe dirigente e grupo no controle e na totalidade da experiência cotidiana do indivíduo.

A instituição total é “como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1987, p. 11). Ocorre que, há todo um processo disciplinar movido por regras para sua utilização, o que podem gerar problemas de adesão visíveis nas atividades e ações programadas da instituição que levam os frequentadores a se adaptarem ou não (GOFFMAN, 1987, p. 17-18).

Sobre as dinâmicas de funcionamento, fica garantido o fechamento do CENTRO-POP às 13 horas em um dia da semana (geralmente às sextas-feiras) para realização de reunião interna com os profissionais, sendo que o atendimento após esse horário, nesses dias, fica restrito às questões emergenciais. Sobre o horário de fechamento do equipamento às sextas-feiras, relatou um assistido:

⁶¹ O Regimento Interno do CENTRO-POP de Vitória pode ser visualizado no Anexo VII.

João (assistido): O horário da sexta-feira isso dá até um relato grande. O horário da sexta-feira deveria ter uma conexão com o noturno ou mudar o dia de fechar aqui. Porque dia de sexta aqui fecha as 13 horas, aí esse população aqui sai muitas vezes em grupo para determinadas situações e acontece de tudo né?! É muito tempo fora... de 13 até 17 horas. Por se tratar de sexta-feira muita gente vai direto pra droga e emenda com o final de semana. Poucas horas vira o final de semana.

Os direitos dos assistidos previstos no regimento são os mesmos constantes na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (CNAS, 2009), como o acolhimento digno; redução de danos; preservação da sua identidade, integridade e história de vida; acesso aos serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas setoriais; construção de projetos pessoais e sociais e desenvolver a autoestima; acesso à documentação civil e serviços do sistema de proteção social e benefícios sociais; direito à informação, além do fortalecimento do convívio social e comunitário.

Outro ponto importante previsto no Regimento Interno diz respeito às regras de convivência na instituição e sanções. Nos diários de campo, foram constatados conflitos entre os membros dentro do equipamento (principalmente na entrada, quando os ânimos estão exaltados devido ao consumo de entorpecentes, na fila do horário do almoço e, em casos em que o conflito se iniciou na rua), no entanto esses conflitos não são diários. Tais situações são resolvidas entre os envolvidos e até mesmo com a ajuda de profissionais, mas em alguns momentos, os conflitos fogem do controle, conforme consta no diário de campo:

Primeiro dia em campo: Cheguei ao equipamento era por volta das 7 horas. Na entrada, tinha uma fila de pessoas aguardando o atendimento. Dentro da sala de atendimento inicial, apresentei-me a um funcionário e falei que gostaria de conversar com o coordenador. Fui direcionada à sala de atividades administrativas e recebida por uma assistente, muito solícita a mesma pediu para aguardar naquele local. A assistente social ao retornar a sala, pediu desculpas pela falta de atenção e se justificou porque estava no plantão daquele dia, e o início do plantão era sempre movimentado. Por volta das 8 horas foi chegando os outros profissionais. Alguns minutos depois foi recebida uma ligação do coordenador avisando que estava de atestado, ocasião na qual, fui informada que o mesmo não iria comparecer por alguns dias. De imediato perguntei o que tinha acontecido e um dos profissionais disse que no dia anterior o coordenador foi tentar separar uma briga entre os assistidos e teve o dedo quebrado.

Por meio da regulação interna, há certas regras de convivência no equipamento e sanções. As regras são as seguintes: não portar qualquer tipo de arma nem

qualquer substância entorpecente (álcool ou outras drogas), por conseguinte fica proibido também o uso no interior do CENTRO-POP; não serão permitidas agressões físicas ou verbais a nenhuma pessoa (usuários ou funcionários) no espaço do CENTRO-POP; agressões e/ou ameaças serão tratadas com o rigor previsto em lei, mas sem anular sanções previstas no regimento interno; tratar todos com respeito, sem usar apelidos ofensivos; Usar roupas adequadas e não falar xingamentos; Colaborar com a organização e manutenção das dependências; participar das atividades ofertadas pelo serviço; adesão ao acompanhamento psicossocial. As sanções consistem em: advertência; obrigatoriedade de reparação do dano causado; suspensão e o afastamento.

Em algumas entrevistas, foi relatado que, com a criação do Regimento Interno os números de conflitos diminuíram e sempre que há um conflito ocorre a mediação do mesmo, conforme relato abaixo:

Zenilde (técnica): Deve ser mediado o conflito, tanto pelos educadores, como os técnicos e a coordenação. Primeiro a gente estabelece um diálogo com essa pessoa ou tenta estabelecer né?! E caso não consiga estabelecer um diálogo, a gente vai aplicar o regimento interno, que pode ter uma advertência, suspensão do espaço ou até se esse conflito chegar ao extremo, a gente aciona a guarda municipal.

Ademais, o conflito, inclusive com as devidas sanções quando cabíveis será avaliado e mediado por uma comissão formada por 2 (dois) técnicos e 2 (dois) assistidos (e respectivos suplentes) e o supervisor técnico, eleitos por meio da Assembleia. A composição formada terá mandato de 06 (seis) meses com a possibilidade de uma recondução por igual período. Nos casos em que não houver consenso, as decisões da comissão serão feitas por votação secreta.

A unidade física do CENTRO-POP é ampla, adequa todos os serviços e o fluxo de pessoas. Possui espaços para a recepção e acolhida inicial; sala para atividades referentes à coordenação, reunião de equipe e atividades administrativas; sala de atendimento individualizado, sala de telefonemas, almoxarifado, sala de atendimento sócio-jurídico, salas de oficinas, sala do EJA, espaço para atividades coletivas com os assistidos, socialização e convívio, copa/cozinha, higiene pessoal, banheiros

masculinos e femininos, lavanderia com espaço para secagem de roupas, refeitório, guarda de pertences com armários individualizados, horta, biblioteca e sala de TV.

Há alguns outros espaços na unidade, que não são utilizados e acabam ficando fechados. Razoável quantidade dos entrevistados demonstra estar satisfeita com o local e o atendimento, embora reconheçam que em alguns desses espaços fechados poderiam ser oferecidos outros tipos de atividades. Outro fator demonstrado nas entrevistas é com relação à estrutura dos serviços na quais poderiam ser melhores:

Antônio (técnico): Algumas fogem da minha competência, não compete nem essa gerência como a questão da vaga do noturno. A questão da comida os assistidos querem guardar comida... Eles também fazem algumas reivindicações com relação a melhoria do espaço e a gente tenta atender na medida do convênio, mas é sempre reforçado que é preciso que eles também cuidem. O acesso à informática também, temos até os pontos de internet na biblioteca, mas não tem computadores, seria necessário também possuir senha e *login* para esse acesso, pois se usarem o central, eles terão acesso a rede, como documentações, prontuários, relatórios e etc... Tem uma outra coisa também que não damos por falta de recurso, que é a repetição da alimentação.

Maria (técnica): Um lugar até melhor para deitar né. A gente precisa de um alojamento melhor porque a gente não tem, com colchões, eles deitam tudo no cimento, depois você vai observar... Então são coisas assim que teria que estar melhorando. O espaço aqui é bem precário. Nós fazemos muitas coisas nesse espaço, mas assim podia ser um espaço melhor entendeu? Para receber, até mesmo para o primeiro atendimento.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e as ações ofertadas pelo CENTRO-POP têm também como objetivo os atendimentos sócio-jurídicos, encaminhamentos, grupo reflexivo, visita domiciliar, grupo de educação em direitos, oficinas (artesanato, costura e letra/rima)⁶², além do trabalho de articulação com a rede: Serviço de Abordagem, Escola da Vida, Programa Moradia Alternativa (PMA), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Escola de Jovens e Adultos (EJA), Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), Unidade de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial: álcool e drogas (CAPS/AD), Defensoria Pública da União, Ministério Público, Defensoria Pública Estadual e políticas intersetoriais como, Casa Lar, Casa República, Hospedagem Noturna, Abrigo e Albergue para Migrantes.

⁶² Conforme consta no Anexo VIII.

A rotina no equipamento ocorre da seguinte forma: durante o horário de entrada ou de escuta para os que comparecem ao local pela primeira vez, é oferecida a entrega de um kit de higiene pessoal, toalhas, fichas para o café e guarda pertences. Foi observado que, em algumas vezes, a entrega do kit de higiene pessoal (contém sabonete, shampoo, sabão em pó, condicionador e toalhas)⁶³ chegou a acabar antes da entrada de todos assistidos no equipamento, fato que também foi observado em outros dias. Outro ponto que chamou a atenção foi a questão do número de toalhas entregues, somente 20 (vinte) por dia. No período de 09h30min às 11 horas são realizados o acolhimento, atendimento psicossocial e jurídico, as oficinas e Escola de Jovens e Adultos. Entre às 12 horas e 13 horas é servido o almoço.

Os serviços ofertados pelo período da manhã ocorrem no mesmo horário, como as oficinas e sala de aula, cabendo ao assistido optar por apenas um dos serviços. A dinâmica de entrega de fichas para o almoço vem gerando muitas reclamações por parte dos assistidos. Em uma das Assembleias, foi registrado mediante uma reclamação de um dos assistidos sobre a distribuição das fichas do almoço, pois estavam sendo distribuídas 30 (trinta) minutos antes do almoço para aqueles que permaneciam aguardando em fila e depois eram distribuídas por ordem de chegada.

No período da tarde, entre 12 horas e 13:30 horas, é autorizada a retirada dos objetos do guarda-pertence. Após as 14 horas há uma redução no fluxo do equipamento, alguns assistidos atribuem tal fato à ausência de atividades do período da tarde. São realizados nesse período apenas atendimento psicossocial, abertura da sala de TV e oferta do lanche da tarde.

Cabe ressaltar que aos finais de semana, somente são ofertados os serviços de entrega de kit de higiene pessoal, toalhas, fichas para o café e guarda pertences pessoais. Com relação aos atendimentos e atividades⁶⁴, estas não são realizadas tendo em vista que no final de semana os serviços realizados somente são aqueles atribuídos aos educadores sociais. Esses fatos podem contribuir para a redução do fluxo no equipamento.

⁶³ De 3 (três) em 3 (três) meses, é oferecida escova de dente. Também é oferecida uma vez por mês lâmina de barbear. Em alguns diários de campo, foi possível observar pedidos de lâmina de barbear.

⁶⁴ O funcionamento do local é realizado apenas por 3 (três) educadores sociais (um nível superior e dois de nível médio), cozinheiras e auxiliares de cozinha, além do vigilante patrimonial.

Após o encerramento das atividades às 17 horas, os assistidos que não possuem vaga na Hospedagem Noturna⁶⁵ direcionam-se conforme relatado em algumas entrevistas e conversas em outros locais, para a Praça Costa Pereira localizada no Centro da cidade ou no Sambão do Povo. Este último local, em específico, está mais próximo ao equipamento, além de ser mais seguro, porque há maior concentração desse segmento. No trajeto aos locais supracitados, além do terminal rodoviário, pontos de integração dos ônibus, também há estabelecimentos comerciais, o mercado da Vila Rubim, Igrejas, Cristolândia (organização religiosa que recebe pessoas em situação de rua), semáforos, além de prédios abandonados, como o antigo prédio do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), esses locais são caracterizados como abrigo e táticas de “mangueio e o corre”⁶⁶ para garantia da alimentação e, até mesmo, para o uso de drogas lícitas e ilícitas. O mangueio e o corre são táticas de sobrevivência que garantem o dia a dia nas ruas.

A oferta dos serviços de acolhimento a essa população é realizado por vários agentes: Serviço de Abordagem, Secretaria de Justiça, demanda espontânea, Consultório na Rua, Ministério Público, Guarda Municipal e Polícia Militar. Cumpre ressaltar que, nas entrevistas realizadas com os profissionais (técnicos e educadores sociais) e os assistidos, foram apontados a demanda espontânea como o principal meio de chegada ao equipamento. A transformação em assistidos inicia-se na sala de recepção e acolhimento inicial, em uma pequena área interna da entrada do equipamento (ou no portão nos casos de pessoas que chegam depois do horário estabelecido), onde o indivíduo em fila costuma esperar do lado de fora do equipamento, em uma área descoberta para o atendimento. De dois em dois os indivíduos são recebidos por dois educadores sociais que são responsáveis pela entrega dos kits de higiene, entrega de fichas e toalhas, bem como a utilização do

⁶⁵ Em uma visita técnica do Grupo de Pesquisa "Invisibilidade social e energias emancipatórias em Direitos Humanos" - FDV (CNPQ), verificou-se que a Hospedagem Noturna possui poucos leitos (40 vagas) e que se encontra com capacidade máxima de atendimento. Durante a pesquisa, notou-se que os assistidos frequentemente queixavam-se da ausência de vagas. Algumas vezes, a pesquisadora chegou a ser abordada por alguns dos assistidos com o pedido de conseguir uma vaga no “noturno” sob a justificativa deles sempre eram com relação a não terem onde dormir. Também há relatos de mulheres que acabam desistindo da vaga devido à falta de vaga para o seu companheiro.

⁶⁶ O mangueio é a tática de usar toda sua experiência para abordar e convencer uma pessoa a ofertar dinheiro ou alguma outra doação. Já tática do corre é o agir rapidamente, como por exemplo, vender algo no sinal, lavar um carro e também o uso de práticas ilícitas.

guarda-pertences e um(a) psicólogo(a) para realizar o primeiro atendimento, além de um vigilante patrimonial para fazer a revista de bolsas, mochilas e sacolas.

Após a entrada, embora exista uma área razoavelmente grande, não é realizada uma acolhida dos assistidos ou dos novos indivíduos que ali serão envolvidos. Outro ponto importante é a existência de apenas uma sala para atendimento individual junto aos profissionais. É importante que a acolhida inicial e o primeiro atendimento ocorram de forma adequada para que se construa uma relação de confiança e de sociabilidade no convívio entre os profissionais e os assistidos, além de valorizar a participação, o fortalecimento da identidade e a autoestima dos assistidos.

O atendimento no CENTRO-POP é para as pessoas em situação de rua com idade a partir dos 18 (dezoito) anos, nos casos de crianças e de adolescentes em situação de rua que acabam sendo encaminhadas ao equipamento, ocorre o direcionamento ao CREAS para atendimento e medidas legais. Nos casos de migrantes, o atendimento é direcionado ao Albergue de Migrantes, localizado na mesma região. A definição de pessoa em situação é acionada pelos critérios do Decreto nº. 7053/2009, sendo também verificado o tempo da situação de rua e o vínculo com o Município e familiares.

Após o acesso, a triagem é realizada pela escuta da história e de uma consulta em um sistema interno da prefeitura. Dessa forma, verifica-se se a pessoa possui perfil conforme as definições expostas acima e também se ela possui algum conflito na comunidade. Em relação aos migrantes, considera-se o histórico de rua sem o desejo de retorno ou com conflitos no Município/território de origem. A pessoa que possui o perfil é acolhida e acompanhada para o atendimento psicossocial. Já aquelas pessoas que não possuem perfil são encaminhadas para outros locais, como CRAS, CREAS, Albergue para Migrantes, Comunidades ou clínicas psiquiátricas.

O acompanhamento é realizado pela assessoria sócio-jurídica, responsável pela orientação, consulta e acompanhamento processual, além de encaminhamentos para documentação e também pela psicossocial. No atendimento psicossocial, são realizadas ações e serviços de atendimento individual, construção do Plano

Individual de Atendimento (PIA), grupos reflexivos, cadastro no CAD-ÚNICO, estudo de caso, contato telefônico, articulação em rede, encaminhamentos e, por fim, a busca ativa pela família.

Com relação à busca ativa pela família, quando localizada constata-se a possibilidade de acolhimento por meio de visita domiciliar ou por telefone (nos casos em que família se encontra em outro Município), após o acompanhamento e fortalecimento dos vínculos, o assistido passa a ser reinserido na família e desligado do equipamento. Mesmo após o desligamento, o indivíduo passa a ser referenciado em uma unidade do CRAS. Para o assistido que não é acolhido pela família, o atendimento passa a ser realizado na revisão do Plano de Acompanhamento Individual e/ ou Familiar (PIA), novos encaminhamentos e o aprazamento⁶⁷ para serem reinseridos comunitariamente, após é realizado seu desligamento e referenciamento em uma unidade do CRAS.

Por meio dos dados e das análises apresentados nesta seção, verifica-se que o CENTRO-POP comporta uma estrutura que abrange desde os serviços básicos até a viabilização do acesso aos direitos fundamentais. Contudo, a reinserção social na atenção dessas pessoas ainda é um caminho a ser trilhado pela intersectorialidade entre os gestores públicos e outras políticas públicas, conforme será demonstrado a seguir.

3.2 ATENÇÃO À POPULAÇÃO ADULTA EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA: CAMINHOS PARA A REINSERÇÃO SOCIAL

As transformações na legislação da política de assistência social na esfera nacional e sua implementação em políticas públicas no âmbito municipal proporcionaram que aquele entendido como um invisível fosse reconhecido. Porém, esse reconhecimento, conforme será detalhado no decorrer da exposição das entrevistas e do processo de observação participante, ainda detém uma invisibilidade pública,

⁶⁷ O aprazamento consiste em prazo para o assistido analisar sua transformação social, que pode ocorrer dentro ou fora no equipamento.

seja por meio dos seus fenômenos (humilhação social e reificação social) por grande parcela da sociedade ou pelos processos de estigma, preconceito, discriminação e violência. Desse modo, invisível para a sociedade, essa população acaba sendo segregada e invisibilizada.

Baseada nas reflexões do pensamento abissal de Santos (2010a), essa invisibilidade funciona como linhas divisórias capazes de interferirem nas relações sócio-políticas e culturais que geram exclusões. Seguindo as análises do autor, as linhas visíveis ou invisíveis dividem a sociedade em dois lados, criando-se este e aquele lado da linha (SANTOS, 2010a, p. 71). Aqueles indivíduos que ficam de fora do lado – considerado não evoluído – passam a viver em uma exterioridade (o outro lado da linha).

A exterioridade parte do fato de que no conjunto de todos os entes destaca-se um distinto dos demais: a face dos outros seres humanos. Distantes da proximidade, consumidos pela proxemia – em que a face humana é assumida como uma “coisa-sentido”, como mais um ente – a presença desta face nos recorda a necessidade daquela (MARTINEZ, 2015, p. 60).

Nesse sentido, aquele que não faz parte da realidade deste lado da linha, é negado pela sociedade que está do outro lado da linha visível. Esse indivíduo passa a ser visto como o errado, o diferente, por não pertencer ao lado “certo” da linha.

O pensamento abissal moderno salienta-se pela capacidade de produzir e radicalizar distinções. Contudo, por mais radicais que sejam essas distinções e por mais dramáticas que possam ser as consequências de estar em um ou do outro dos lados destas distinções, elas têm em comum o facto de pertencem a este lado da linha e se combinarem para tornar invisível a linha abissal na qual são fundadas. As distinções intensamente visíveis que estruturam a realidade social deste lado da linha baseiam-se na invisibilidade das distinções entre este e o outro lado da linha (SANTOS, 2010a, p. 33).

Entende-se que estas distinções podem ser atribuídas a pessoas ou a um grupo de pessoas que “são classificadas, assim, como experiências contra-hegemônicas, uma vez que foram construídas sobre bases diversas daquelas que sempre preponderaram” (PINHEIRO, 2015, p. 123).

Nas matrizes das linhas que marcam estas distinções e que definem em que lado se estará, é enxergado apenas um lado da linha, o outro lado exteriorizado é retirado

do convívio social da sociedade que entende esse indivíduo como inapropriado. “No sentido literal, são linhas que demarcam fronteiras como vedações e campos de morte; dividem cidades em zonas civilizadas (condomínios fechados em profusão) e zonas selvagens” (SANTOS, 2007, p. 78).

Toda essa situação pode ser aplicada à PSR, que passa a ser relegada ao “outro lado da linha” divisora. Ocorre que, quando essa população circula em diversos locais da cidade onde a outra parcela da sociedade habita, há um estranhamento, como uma espécie de tensão entre os lados opostos da linha. Isso porque, a característica fundamental do pensamento abissal é justamente a “[...] impossibilidade de copresença dos lados da linha” (SANTOS, 2010a, p. 32), como se cada um tivesse o seu local pré definido, de maneira a impedir a transposição dos limites geográficos.

Assim, a situação descrita leva a questionar a invisibilidade pública atribuída à segregação desta população tomada por alguns indicadores sociais que revelam linhas abissais, que podem ser vistas mediante as realidades vivenciadas nas narrativas. Neste sentido, está presente na narrativa do diário de campo, senão vejamos:

Agradeceu por ser vista: Ao descer do ônibus no ponto bem próximo do CENTRO-POP me deparei com Madalena ao cumprimentá-la com um “bom dia” e perguntá-la como estava Madalena agradeceu “por ser vista” e logo em seguida, chegamos ao equipamento.

A presente narrativa traz à tona a análise da invisibilidade pública, a qual recai sobre o desaparecimento de um homem entre outros homens (COSTA, 2004). Assim, há um estigma na construção da auto-imagem que a pessoa em situação de rua construiu de si própria e a imagem negativa da sociedade, que é reflexo da discriminação e da violência sofridas por eles. Acerca deste aspecto:

Maria (técnica): Esse medo da rejeição é muito comum, eles são rejeitados. Nas dinâmicas que fazemos, eles se colocam como assassinos, matadores. Em uma dinâmica foi perguntado o que eles tatuariam, uns responderam assassino, piranha, prostituta, ladra... Acho que são as informações que eles recebem na rua, um estigma mesmo. É bem pesado.

Foi possível observar, também, os reflexos destas situações de notável discriminação e de violência nas afirmativas relacionadas à pergunta do questionário sobre a vida na rua, se o entrevistado já passou por tais situações:

João (assistido): Claro que sim! Às vezes eles não falam diretamente pra você, mas só no olhar você sente, de trocar de calçada e as vezes vc... (pausa). Preconceito acontece direto, quando você tá no ônibus... Não só dos caras que usam crack, mas da gente também. Nem antes de eu usar drogas as pessoas já não sentavam do meu lado.

Matias (assistido): O tempo todo, aonde que eu vou eles me olham. Quando eu entro no Shopping Vitória os seguranças ficam me perseguindo pra lá e pra cá. Eles ficam atrás de mim, tá doido. É “mó” chato isso! Porque com outras pessoas eles não ficam em cima? A gente não é diferente de ninguém.

João (assistido): É o que eu mais sofro. Eu sofro discriminação e elogio, mas depois do elogio vem a discriminação. Isso é pra derrubar né?!

Esther (assistida): Já! (uma pausa). Estupro (ela abaixou a cabeça e ficou um silêncio na sala). Sempre há morador de rua não tem muita vez não. É xingamento, as pessoas desfazem de vc.

Pedro (assistido): Já! Pela sociedade mesmo, o pessoal discrimina nós. Nós estávamos em um grupo lá sentado, aí o pessoal começou a correr atrás de nós, porque a gente estava perto da porta do prédio, aí o rapaz desceu com a madeira e quis bater em nós. A Guarda Municipal e a polícia também bate, eles abordam nós, costumam dar tapa, chute na perna... Isso aí é direto, é com frequência na rua.

Moises (assistido): A população confunde muito os moradores de rua. Uns são ladroes e outros não são, entendeu? Eu cheguei pra pedir uma comida em restaurante, aí o cara falou “-Vá trabalhar vagabundo!”, aí eu sai. Quando deu duas e meia eles pegaram o lixo e botaram pra fora, eu comecei a mexer, aí o dono do restaurante falou não jogar o lixo na calçada. Aí virei pra ele e disse, você me chamou de vagabundo, te pedi uma marmitta e tem esse monte de comida no lixo... e ele respondeu “-Vocês tem que comer resto mesmo!”. Minha lágrima desceu na hora.

Felipe (assistido): Qualquer lugar que eu passo. A gente que mora na rua, poucas pessoas atende a gente bem, por isso a gente fica nessa vida ruim.

Conforme observado nas narrativas postas em análise e no perfil social que será traçado, percebe-se que essa população não é vítima somente de uma espécie de exclusão, mas outros fatores como o estigma e o preconceito construído⁶⁸. Dessa forma, no “outro lado da linha” a pessoa em situação de rua inexistente, é invisível, por isso, reconhecem que são despercebidas perante os demais cidadãos. Contudo, ao

⁶⁸ Esses fatores se assemelham também com a noção de corpo incircunscrito criado por Caldeira (2000). Segundo a autora “o corpo é, portanto, percebido como um campo para várias intervenções. Essa noção do corpo manipulável está relacionada à deslegitimação dos direitos civis” (CALDEIRA, 2000, p. 369) Os corpos incircunscritos são um exemplo claro a ser aplicado com relação ao estigma e preconceito construído sobre a PSR.

habitarem “deste lado da linha”, ou seja, permanecerem nos espaços que não lhe pertencem, “passam a incomodar e atuarem como vítimas em típicos episódios de discriminação” (PINHEIRO, 2015, p. 125). Assim,

O outro lado da linha abissal é um universo que se estende para além da legalidade e ilegalidade, para além da verdade e da falsidade. Juntas, estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência de humanidade, a sub-humanidade moderna. Assim, a exclusão torna-se simultaneamente radical e inexistente, uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social (SANTOS, 2010a, p. 38-39).

Com relação ao perfil social das 23 (vinte e três) pessoas em situação de rua entrevistadas, na primeira parte das entrevistas destacaram-se as seguintes variáveis: nome, gênero, à idade, à cor, ao grau de escolaridade e sua naturalidade. Foram entrevistados 20 (vinte) homens e apenas 03 (três) mulheres, com idade predominante entre 25 (vinte e cinco) e 59 (cinquenta e nove) anos.

Registra-se que o número de mulheres assistidas pelo equipamento é pequeno em comparação aos assistidos do sexo masculino, conforme a análise feita no processo de observação participante, em que se constatou que em um dia frequentaram 14 (quatorze) mulheres no equipamento.

Há, também, um número pequeno de travestis que são atendidos pelo nome social, sendo que no prontuário consta o nome de registro civil⁶⁹. Em termos de judicialização do registro civil de transexuais foi relatado em uma das narrativas que houve um pedido de alteração: “A gente tem uma assistida ‘trans’ que está sendo atendida inclusive judicializou o pedido recentemente para alterar seu nome no registro civil tanto pelo nome como pelo gênero”, informou a técnica Joana.

Constatou-se também que esse público (que se identifica com o gênero feminino) possui um perfil mais fechado e que, geralmente, ficam mais próximas dos seus companheiros, o que impossibilita, muitas vezes, a aproximação, tal fato também pode ser presenciado na narrativa seguinte:

⁶⁹ Esse público também faz o uso do banheiro feminino e são realizadas oficinas sobre gênero. A produção e a divulgação de dados sobre a população em situação de rua LGBT, também é pouco visível no município pesquisado, embora seja contemplada, no decreto, a diversidade humana em toda a sua amplitude sexual e de gênero.

Maria (técnica): O trabalho mais difícil aqui é com as mulheres, porque as mulheres têm muito mais dificuldades que os homens de falar e participar. As mulheres têm pouca participação, são um número menor, por isso que nós fizemos um grupo só pra elas, aí elas conseguem se abrir um pouco mais, mas muitas ainda tem muita resistência de falar.

As gestantes em situação de rua que são assistidas pelo CENTRO-POP, ao darem a luz, voltam ao equipamento, porém a criança é encaminhada à instituição responsável pelo seu acolhimento. Nesses casos, o Município de Vitória carece de um atendimento específico voltado as gestantes em situação de rua e também nos casos de mulheres com filhos e/ou famílias. Observou-se, também, que a maioria das mulheres assistidas no CENTRO-POP são mães de 2 (dois) ou mais filhos e possuem contatos com os mesmos.

As informações referentes à naturalidade aponta uma população de 13 (treze) pessoas naturais de Vitória e o restante de outros municípios e Estados.

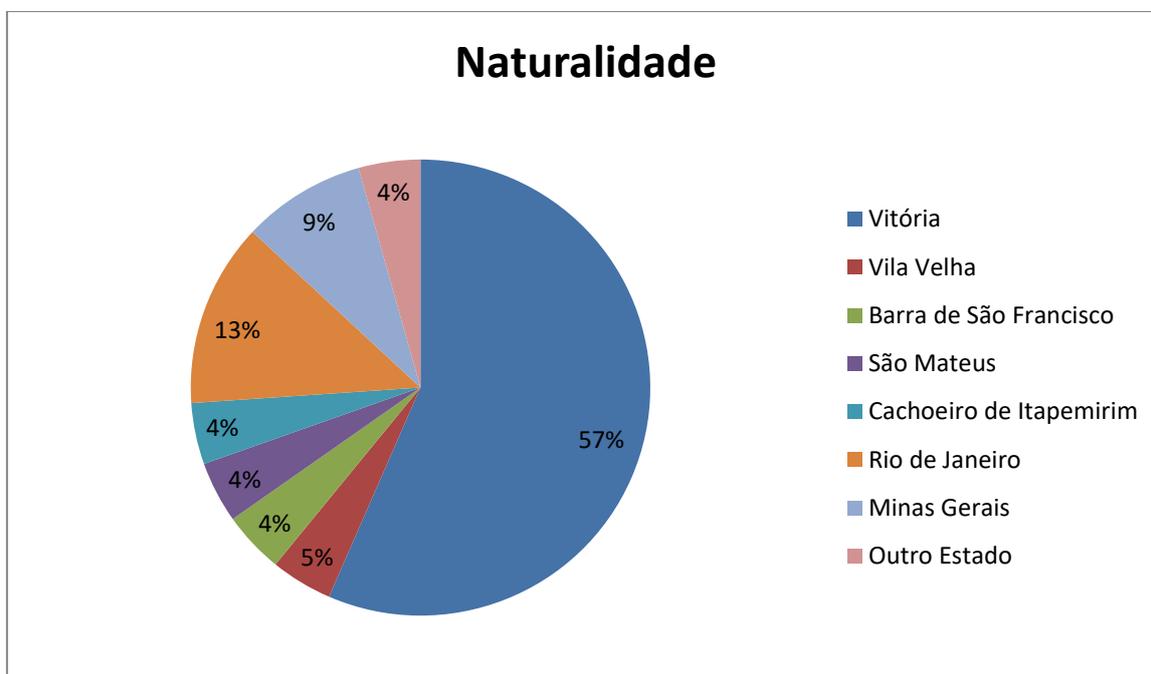


Figura 1 – Gráfico da naturalidade dos entrevistados

Com relação às informações referentes ao grau de escolaridade dos assistidos, podem ser visualizadas da seguinte forma:

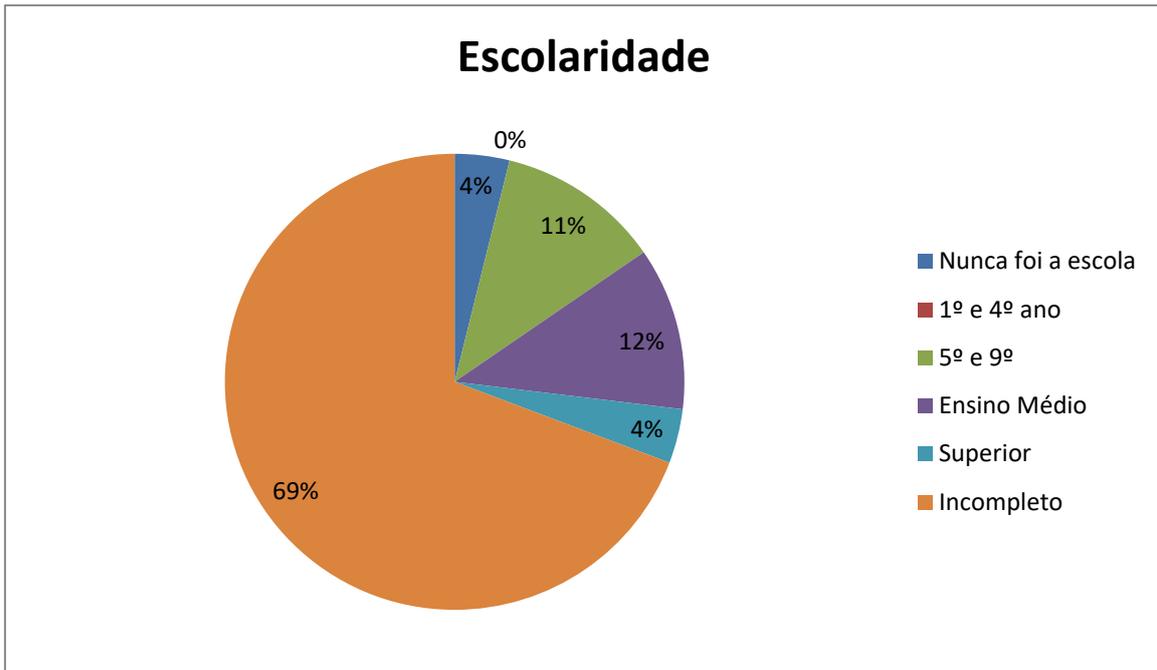


Figura 2 – Gráfico da escolaridade dos entrevistados

Também foi possível verificar com relação ao grau de escolaridade dos assistidos que frequentaram ou frequentam o equipamento, a drogadição como um dos fatores que levam as pessoas a estarem em situação de rua, conforme relato abaixo:

Maria (técnica): Temos pessoas formadas com curso superior, temos psicólogo, professor de matemática, professor de português, tem pessoas que já ficaram 5 anos na Europa, que já tiveram cargos altíssimos, já foram empresários, donos de loja e que por conta da drogadição chegaram a esse ponto.

Com relação à segunda parte das entrevistas, referente à vida na rua, os dados que chamaram mais atenção foram em relação aos motivos que o(a) levaram a estar nas ruas, onde eram apontados a drogadição ou a drogadição acompanhada por conflitos familiares. Outra questão que chamou atenção nas narrativas e nas conversas informais foi a forte dependência química do álcool e poucos usuários de outras drogas.

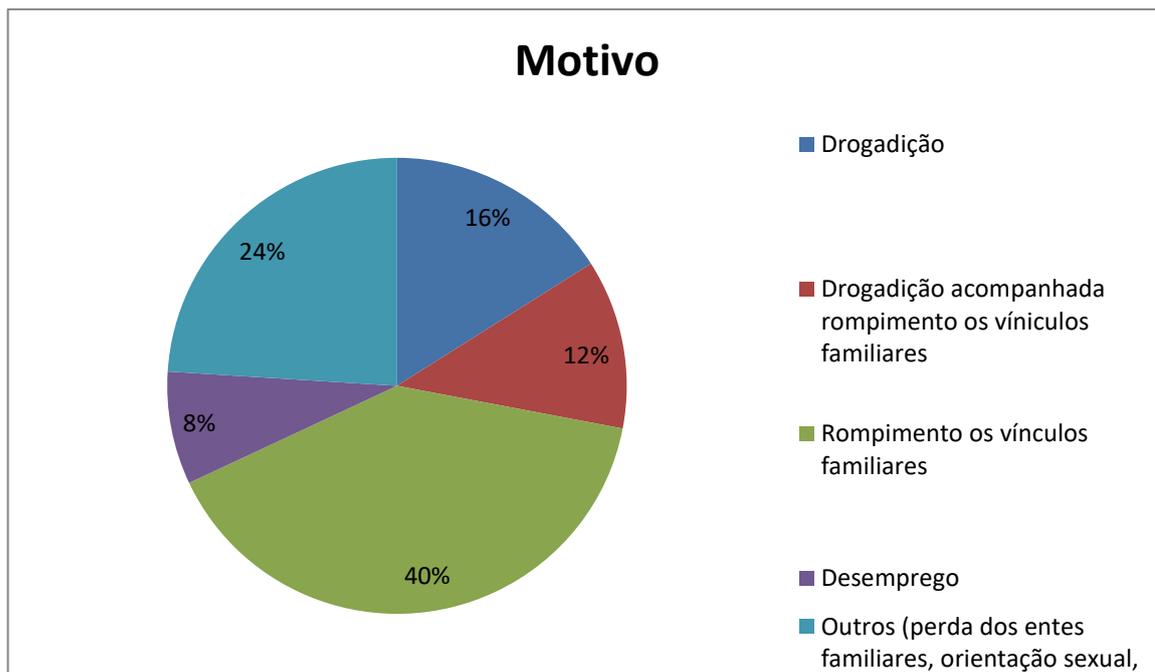


Figura 3 – Gráfico dos motivos que levaram os entrevistados a estarem nas ruas

Com relação ao tempo de permanência da rua, percebeu-se uma média de 1 (um) a 12 (doze) anos, conforme o gráfico abaixo:

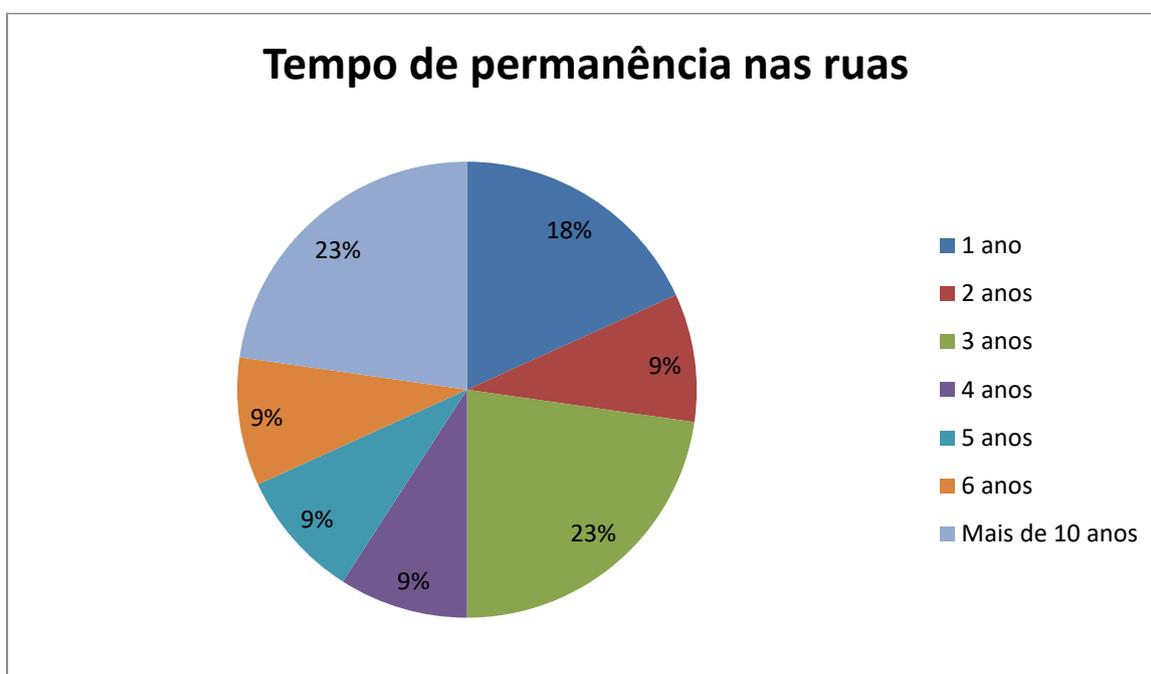


Figura 4 – Gráfico do tempo de permanência das ruas

Ainda sobre a vida na rua, os entrevistados apontaram que sobrevivem nas ruas por meio de doações (sociedade, amigos, igrejas) e de atividades informais como: lavar

carro, leitura de poesias, vigia de carros, reciclagem etc. Questionado sobre a alimentação, um dos entrevistados apontou que, na maioria das vezes, a última refeição do dia é o lanche oferecido pelo CENTRO-POP, conforme relato abaixo:

João (assistido): A gente vem pra “cá” e sai mais ou menos alimentado. E a noite a gente depende da doação, geralmente tem pessoas que ajudam. Se tivesse um local que servisse, galpão, um lanche ajudaria bastante, mas sem isso a gente depende das pessoas.

É preciso ressaltar que o Município também carece de um restaurante popular, fazendo com que essa população utilize das táticas do “mangueio” e do “corre”, uso de alimentos jogados no lixo para realizar sua refeição.

Já com relação a como é estar na rua muitos apresentaram como dificuldades o preconceito, o frio, a facilidade na obtenção das drogas, a insegurança, o medo, dificuldades e um local para dormir, conforme relatado novamente por João:

João (assistido): Preconceito, medo né?! Porque na rua você não consegue dormir a noite, por isso tem várias pessoas que estão aqui no CENTRO-POP e dormem de dia, as vezes não consegue fazer as atividades. Na verdade o organismo pede a droga, mas como vou te falar... Tem pessoas que podem te fazer maldade, as pessoas que estão usando drogas querem se proteger com facas e por causa desses perigos a gente acaba descansando aqui, porque aqui tem uma segurança, porque se tiver que brigar, dar uma facada vai acontecer. Aqui “tá” mais seguro, tem os educadores, técnicos...”

A questão do abrigo, todos avaliaram como positivo o atendimento na Hospedagem Noturna e/ou Pernoite. Alguns chegaram a mencionar que também frequentaram outros equipamentos como o CENTRO-POP da Serra, Casa do Migrante, instituições para dependentes químicos, Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômanos (CPTT) e Centros de Atenção Psicossocial: álcool e drogas (CAPS/AD).

Voltando a questão da violência e discriminação nas ruas, foram apontados os casos de agressões verbais e físicas, xingamentos, tentativas de homicídio e de estupro, conflitos e estupro. Outro fato referente a essas questões foi o relatado por uma técnica, quando o assistido apresenta o comprovante de residência com a declaração do CENTRO-POP:

Joana (técnica): Quando chega no estabelecimento bancário para abertura de conta com o comprovante de residência da instituição constando população em situação de rua, não aceitam porque não é comprovante de residência. Aí eles voltam para o CENTRO-POP e a gente mostra a legislação que assegura isso a eles.

Nesses diagnósticos, também foi possível analisar, com relação ao perfil, que uma parte desta população apresentava conflitos com a lei e/ou eram egressos do sistema prisional e aqueles que apresentavam questões de ordem psiquiátrica. Os assistidos que apresentam conflitos com a lei e/ou eram egressos do sistema prisional também são encaminhados ao Escritório Social, que funciona como um espaço para atendimentos e serviços para dar suporte a esse público e para suas famílias em diversas áreas. Com relação aos assistidos que apresentam questões de ordem psiquiátrica, embora o CENTRO-POP não seja local de acolhida para esse público, eles acabavam sendo direcionados ao equipamento, pois não haviam vagas no equipamento social destinado a esse público.

Por fim, na última parte das entrevistas com relação ao equipamento social do Município, 83% das pessoas entrevistadas sinalizam positivamente que o CENTRO-POP contribui para a sua reinserção social:

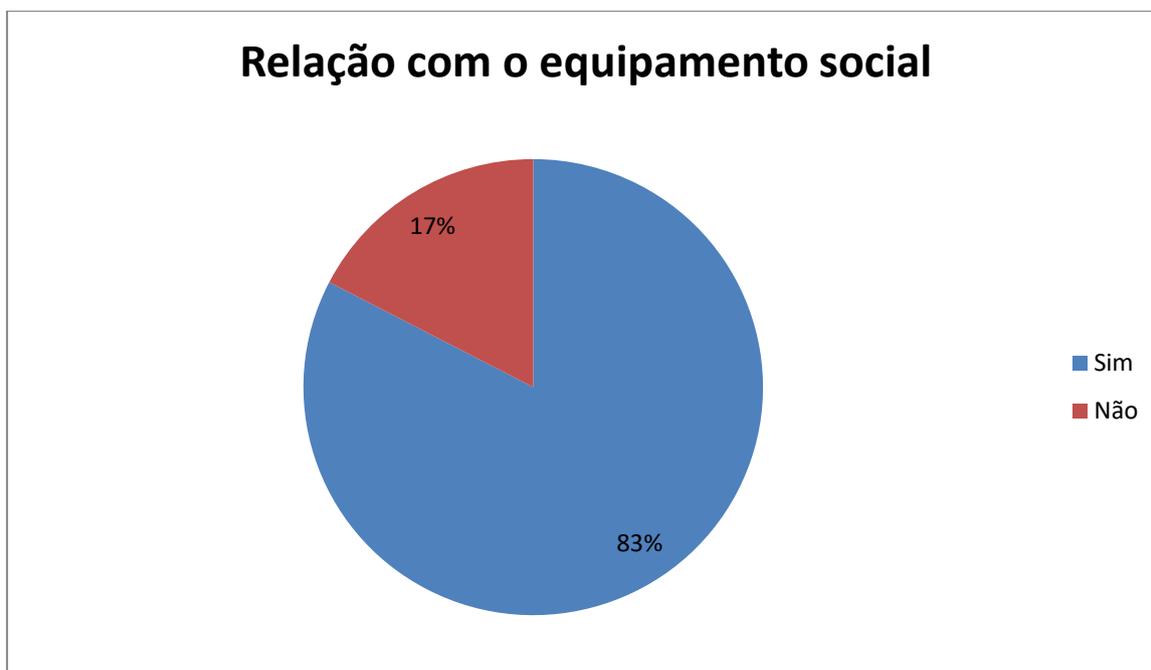


Figura 5 – Gráfico da relação com o equipamento social quanto a reinserção social

Tal fato também pode ser observado nas presentes narrativas, nas quais asseveram que a reinserção social também depende do indivíduo:

Pergunta 13. Você acredita que o CENTRO-POP contribui para a sua reinserção social?

José (assistido): Basta a pessoa querer entendeu? Eu cheguei aqui eu “tava” só a derrota, eu achava que nada pra mim ia melhorar. A consegui fazer as duas cirurgias nas vistas pelo encaminhamento daqui.

Matias (assistido): Com certeza! Aqui já mudou muita coisa da minha vida, só que em muitos momentos eu não dei valor e eu continuo aqui ainda. Mas isso não quer dizer que não poderá me ajudar a continuar a mudar.

João (assistido): O CENTRO-POP ajuda pra mim, porque tem pessoas que vem aqui no CENTRO-POP só pra beber e comer, mas também tem pessoas que querem mudanças, ela coloca a pessoa na frente... Na rua a gente não respeita mais ninguém e aqui é um lugar que a gente aprende a respeitar as pessoas e você começa a pensar mais no que você vai falar, aqui eu não “tô” discutindo com ninguém, então eu “tô” mais tranquilo.

Quanto à relação com o equipamento social, sobre os pontos positivos e negativos foram enumerados vários apontamentos, conforme consta no quadro a seguir:

Quadro 1 – Pontos Negativos e Positivos do CENTRO-POP (ações e serviços)

Positivos	Negativos
Oficinas	Ausência de atenção por parte da equipe psicossocial nos atendimentos
Biblioteca	Ausência na oferta de cursos de capacitação profissional
Coordenação e Funcionários ⁰	Conexão entre o CENTRO-POP e a Hospedagem Noturna
EJA	Retorno das atividades físicas
	Ausência do Painel de ofertas (cursos, empregos...) ⁷⁰
	Manutenção no Guarda-Pertences
	Horário de saída das sextas-feiras

Fonte: Diário de campo da pesquisadora

⁷⁰ Na narrativa seguinte foi revelado sobre a ausência do Painel de ofertas com cursos, empregos: “Eles não botam ali como antigamente as parcerias, os cursos oferecidos. Porque a gente se interessava e lá e agora você não tem nada” **Pedro (assistido)**.

Questionados sobre o que gostariam que fosse ofertado pelo Poder Público Municipal, a população de rua assistida no CENTRO-POP apontou uma série de questões principalmente com relação à oferta de cursos de capacitação profissional no equipamento e o acesso à internet⁷¹. Ao mencionar sobre a capacitação profissional no equipamento, os relatos indicam a falta de vale transporte como um dos principais motivos para o não comparecimento aos locais em que há estas ofertas (Escola da Vida, a qual está localizada num bairro diverso ao que se encontra o CENTRO-POP). Com relação à internet, uma técnica avalia como positivo tal acesso:

Joana (técnica): Eu acredito que o acesso a internet dentro da biblioteca, com o acesso a 1, 2, 3, computadores com uma inclusão digital, porque eles também sentem vontade de fazer consultas, eu penso muito nisso.

A partir, então, destas primeiras análises e dos dados apresentados, é possível vislumbrar a realidade social do atendimento ofertado. Nesse segundo momento, extrai-se as narrativas dos profissionais e o cotidiano de seu trabalho.

Com relação ao perfil dos profissionais, a idade predominante é entre 26 (vinte e seis) anos e 51 (cinquenta e um) anos. O tempo de trabalho revela um perfil de profissionais com certa experiência (mínimo de seis meses e máximo de seis anos) e habilitados para o atendimento desse público. Trata-se de pessoas que possuem experiência profissional em outros setores da assistência social e em equipamentos sociais, CENTRO-POP de outro Município, CRAS, CREAS, Serviço de Abordagem, além dos setores da área de saúde como: no tratamento para dependentes químicos e unidade de saúde; Secretarias (Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Emprego) e ainda em unidades de acolhimento institucional, Abrigos e Conselhos.

A rotina de atendimento no CENTRO-POP, tanto para os técnicos, quanto para os educadores sociais, é sempre muito movimentada e há horas (e até mesmo dias) em que quase não há tempo para os atendimentos. Era muito comum observar que muitos assistidos chegavam ao balcão de atendimento da sala da administração e

⁷¹ Também foram citados: parcerias com entidades privadas e governamentais; passe livre; aulas de inglês, capoeira, atividades no período da tarde e lazer.

não eram atendidos de imediato, principalmente nos casos de atendimento psicossocial.

Segundo as narrativas da equipe psicossocial (formada por psicólogos(as) e assistentes sociais), o trabalho consiste na escuta, oferta de informações e orientações, acompanhamento, realização de visitas domiciliares a familiares, realização de encaminhamentos, ofertas de grupos reflexivos, visitas psicossociais, estudos de casos, coordenação das oficinas e no plantão do atendimento inicial. Com relação à rotina do trabalho, foi narrado que:

Maria (técnica): A gente tenta fazer um cronogramazinho que a gente faz durante o mês. Mais é muito difícil cumprir. Que assim, cada dia é uma coisa né que acontece, programação, fazer um estudo de caso fora, visita domiciliar, serviço interno (SIGAF), relatórios, família que surge e tem que fazer a acolhida. Primeiro é o atendimento e depois os outros serviços.

A rotina de trabalho, no que tange aos atendimentos, ocorre da seguinte forma:

Maria (técnica): Chegando aqui é acolhido, levado para higienização. É passado a normas do CENTRO-POP, explica tudo direitinho, tem o regimento interno... É informado sobre a questão de violência aqui dentro, de tratar bem os funcionários, de boa convivência. Falamos sobre todos os programas que tem oficinas, a importância de participar. Quando a pessoa está usando por muito tempo substâncias psicoativas a gente já faz o encaminhamento para o CAPS AD para fazer a redução de danos e os encaminhamentos.

Ana (técnica): A demanda é muito grande e a quantidade de técnicos não consegue atender. De acordo com nossa tipificação tenho que ter uma dupla psicossocial eu acho que no máximo uns 30 (trinta) acompanhamentos e nos temos o dobro. Então isso dá pra fazer um trabalho melhor do que a gente, porque a gente não consegue dar conta de toda demanda.

Embora os assistidos tenham relatado a ausência de atenção por parte da equipe psicossocial nos atendimentos, é possível que tal fato se atribua à demanda dos atendimentos. De acordo com a narrativa da entrevistada, que é membro da equipe técnica, existe dupla que está atendendo 76 (setenta e seis) pessoas para serem acompanhadas e fora os atendimentos do plantão. No mês de setembro, houve a contratação de mais uma dupla psicossocial pelo convênio, sendo que o número de técnicos dessa equipe aumentou para 4 (quatro) psicólogos e 4 (quatro) assistentes sociais.

Está prevista também nas atribuições dessa equipe a elaboração com os assistidos do Plano de Acompanhamento Individual e/ ou Familiar (PIA). No seu ato da construção, pactua-se um prazo de atendimento com as metas que serão atingidas e após realizar a devida contra-referência. Também poderá ser realizada ao fim do tempo estipulado, a reavaliação do PIA podendo haver prorrogação do término do atendimento.

Com relação à falta de estrutura para realizar os atendimentos, segundo um dos técnicos entrevistados, também falta uma sala para o atendimento familiar:

Antônio (técnico): Tem uma sala depois da EJA que a nossa ideia ali é possuir um sofá, transformar o ambiente de sala de casa com brinquedoteca para receber aquela família. Vir para um lugar mais reservado, para poder sentar, conversar, deixa-los lá e depois fazer uma mediação, com esse espaço para criança interagir... seria um espaço mais acolhedor.

Os serviços jurídicos, embora não estejam especificados no documento “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua”, o equipamento social pesquisado possui uma sala de atendimento com assessora jurídica responsável pelos encaminhamentos de documentação civil, diligências externas (Fóruns, Defensorias Públicas do Estado e da União, Ministério Público), pesquisa processual, orientação jurídica e oferta de grupo de orientação em direitos. Um importante fator a ser destacado foi a parceria realizada entre o CENTRO-POP e as Defensorias Públicas do Estado e da União, por meio do “GT Pop Rua”:

Joana (técnica): Por conta de especificidade do público, a gente passou a perceber que faz necessário ações integradas itinerantes aqui no CENTRO-POP. Aí eu cito duas: a Defensoria Pública do Estado presta atendimento aqui duas vezes no mês presencial dentro da biblioteca do CENTRO-POP em parceria com a Defensoria Pública da União. E realmente, quando o atendimento de qualquer setor que seja vem pra “cá” eles sentem mais confortáveis sim. Primeiro porque eu já recebi relatos de assistidos que não foram atendidos porque estavam com odor que consideravam desagradável, assistidos que não deixaram entrar algum órgão público porque são catadores de materiais recicláveis e aí estava com saco de latinhas e aí não deixaram entrar, assistidos que deixam de entrar por questão da vergonha porque pensam que o prédio é muito imponente e podem não ser muito bem recebidos por uma recepcionista ou segurança por não portarem uma veste adequada. Dificuldades de estarem em algum órgão público por estarem de bermuda e não terem uma calça para vestir e relatam sim por dificuldades de não saber se expressar de ninguém para

pra fazer um escuta, isso eles relatam muito... Acredito que é preciso trabalhar com os parceiros da rede pra saber acolher melhor os assistidos.

As atribuições dos educadores sociais informados são a acolhida, oferta de informações e orientações, participação nas atividades, estímulo na participação dos assistidos, encaminhamento para higienização e alimentação. Ocorre que, diante a observação participante, notou-se que essas atribuições são poucas realizadas pelos educadores sociais, os quais acabam exercendo a função de vigilantes, por meio da ronda no pátio e zelar pelo guarda pertences dos assistidos, tal fato também foi apontado nas seguintes entrevistas:

Alexandre (educador social): A nossa função aqui seria orientar eles para a reinserção na sociedade, correr atrás de trabalho, estudos, para tentar ter uma melhora própria. Tentar trabalhar com eles através de oficinas, meios para poder trabalhar isso neles. Só que às vezes devido à correria e a situação deles, a gente não consegue desenvolver esse trabalho.

Caio (educador social): Praticamente temos a função de cuidador. Estamos aqui dentro mais para direcioná-los para a higiene, alimentação, e meio que vigiando eles para não brigar, fazer o uso de drogas e praticamente a gente não exerce a função de educador.

Com relação à equipe de coordenação, supervisora técnica e assessora técnica são atribuídas a realização de acompanhamento, por meio de metodologias e técnicas (individuais ou coletivas) que contemplem as demandas identificadas; articulações, discussões, planejamento e desenvolvimento de atividades com outros profissionais da rede, realização de encaminhamentos, participação nas reuniões de avaliação das ações, definição de fluxos, além do relacionamento com a rede, estudo de casos e demandas administrativas.

Quanto às demais questões constantes na entrevista semiestruturada de acordo com as atribuições dos técnicos e educadores sociais foram apresentados com relação às maiores reivindicações dos assistidos: foram apontadas as demandas de vagas na Hospedagem Noturna; melhorias no espaço; acesso à informática; documentação; bolsa família; superação da drogadição; demandas de saúde, mercado de trabalho, moradia; oferta de mais oficinas; roupas; renda com relação ao que produzem; indicação para emprego, cursos e a extensão do horário da televisão. No geral, do ponto de vista dos profissionais (técnicos e educadores

sociais) e os assistidos foram apontadas as seguintes demandas prioritárias desse segmento social:

Tabela 2 - Demandas da População de Rua por Ordem de Prioridade

Número de Ordem	Demandas da PSR assistida no CENTRO-POP
1º	Documentação
2º	Moradia
3º	Aluguel Social
4º	Trabalho
5º	Capacitação Profissional
6º	Tratamento para dependência química

Fonte: Diário de campo da pesquisadora

Na relação entre os executores da Política Municipal e o Poder Público, todos entrevistados manifestaram-se positivamente quanto à articulação em rede. Já com relação com os progressos e entraves da Política Municipal, apontou-se como progressos principalmente no que se refere, quando a reinserção é alcançada, além do próprio atendimento a esse público, mas também foi citada a criação do regimento interno e assembleias; encaminhamentos ao aluguel social, Escola da Vida e EJA. De entraves, foram citados a saúde; drogadição; falta de investimento; vagas na Hospedagem Noturna e principalmente a vontade do assistido; ausência de vale transporte; assistência maior com aproximação da família e a oferta do serviço em outros Municípios próximos.

Por fim, foram apontados como o que precisa ser aperfeiçoado na Política Municipal: a melhoria dos recursos; articulação com demais políticas, como a de saúde, educação, trabalho e renda; mais profissionais; segurança; número de vagas; divulgação das histórias de superação; encaminhamentos para o PMA; mais pesquisadores no local; meio de transporte para o equipamento e melhoria do espaço.

O monitoramento e a avaliação do CENTRO-POP, segundo o documento “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em

Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua” são funções da coordenação da unidade e do órgão gestor. Cabe à coordenação, o monitoramento cotidiano das ações planejadas e a avaliação quanto aos resultados obtidos nos processos de trabalho do CENTRO-POP e ações desenvolvidas no(s) Serviço(s). Ao órgão gestor compete, o monitoramento e a avaliação que permitam identificar e viabilizar os aprimoramentos necessários na Unidade, na oferta do(s) Serviço(s) e no trabalho em rede, considerando as normas e parâmetros do SUAS, a intencionalidade da atenção, a articulação em rede e a qualificação do atendimento prestado (BRASIL, 2011).

Nesse sentido, as ações e os serviços ofertados no CENTRO-POP devem ser proporcionados por vivências que favoreçam o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a mobilização e a participação social dos seus assistidos, para que o CENTRO-POP se constitua como referência no território para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito (BRASIL, 2011).

[...] lidamos com realidades complexas nas quais muitos fatores e sujeitos intervêm e moldam as relações e processos. Um projeto [serviço] baseia-se na intenção de atuar nesta complexidade, perseguindo objetivos de mudança numa situação considerada como problema ou necessidade [ou direitos]. Com suas atividades, relacionando-se com a ação dos demais sujeitos na sociedade, pretende produzir resultados que, no conjunto, contribuam para modificar aquela situação. Por isso, os resultados de um projeto social [serviço socioassistencial] nunca são uma certeza, mas um investimento, uma aposta na possibilidade de alcançá-los. Não havendo certezas, é preciso construir meios de verificação que auxiliem a perceber o rumo das mudanças que se consegue produzir (VALARELLI, 1999, p. 11).

Nessa segunda parte da inserção no campo, mediante a observação participante será exposta as análises das ações e os serviços de atendimento a PSR ofertadas no CENTRO-POP.

Com relação às oficinas, são ofertadas 3 (três): a de artesanato, costura e letra/rima realizadas. De um modo em geral, são ofertadas de segunda-feira à sexta-feira. Infelizmente o número de assistidos que frequentam não é muito em relação ao número de entrada no local, porém os que frequentam, são regulares, gostam do serviço e possuem interesse. Talvez as oficinas funcionem como forma de terapia,

descanso da rua, além de quase não haver conflitos devido ao pequeno número de participantes.

Durante o processo de observação participante, algumas atividades como as Oficinas *Tie dye* e de Decoração, além do Desfile do Outubro Rosa pertencentes ao Projeto Outubro Rosa sob a temática da campanha contra o câncer de mama, chamaram a atenção, particularmente, por estar voltada ao público feminino. As oficinas até então com um número menor de participantes, com esse tema, estavam movimentadas, cheias de falas e sorrisos. As participantes estavam muito animadas com a ideia do desfile e da confecção das roupas.

No dia do desfile⁷², o equipamento foi arrumado e estavam presentes diversas pessoas. Foi notada a presença de emissoras de TV, jornais, alguns familiares, profissionais do Serviço de Abordagem e do Consultório na Rua e ainda, profissionais da SEMAS, além dos técnicos e educadores sociais do equipamento e contou com a presença de 16 (dezesesseis) assistidas. Titulado como “Sou livre, sou linda, sou luta e sou minha”, o evento contou com apresentações de dança, desfile e muita música. As músicas escolhidas foram em parceria com a oficina de letra e rima. Foi um momento de resgate de autoestima, de empoderamento e de cidadania dessas mulheres.

Outras oficinas observadas foram de costura e de letra/rima, que contam com um público maior, talvez seja em virtude da costura feita nas roupas dos assistidos, por eles próprios e pela composição de letra/rima, que envolve vídeos, música, filmes e documentários, e funcionam, muitas vezes, como uma válvula de escape da sobrevivência pela vida nas ruas.

As criações e os produtos feitos nas oficinas, geralmente são expostos no próprio CENTRO-POP. Na narrativa de uma profissional entrevistada, foi apontada uma melhoria nas ações, no que se refere a outro local para exposição:

Alice (técnica): Participar de feiras junto à prefeitura, organizar um local onde eles pudessem deixar as coisas que eles fazem para vender e poder

⁷² As roupas utilizadas no desfile foram produzidas na oficina de corte e costura e os acessórios, na oficina de artesanato.

ter um dinheiro para eles, criar uma feira para os moradores do bairro. A prefeitura podia disponibilizar locais, isso aumentaria a autoestima deles.

Os grupos reflexivos funcionam como um local de fala e escuta por parte dos assistidos sobre diversas temáticas como: paternidade, direitos, saúde e com a participação de convidados sob a coordenação dos técnicos. Geralmente são realizados na biblioteca ou no refeitório e às vezes são servidos café e água.

Nos meses de agosto a outubro de 2017, foram ofertadas as seguintes ações e serviços:

Tabela 3 - Ações e serviços ofertados nos meses de agosto a outubro de 2017:

Grupo Reflexivo (Ser pai)
Marcos legais (Dia de sanção Lei Maria da Penha)
Grupo Reflexivo (Dia de Luta)
Ação Jurídica (Ação DPE/DPU)
Grupo Reflexivo (Grupo de Mulheres)
Apresentação dos serviços Ofertados no Centro Pop (Grupo de Acolhimento – GA)
Projeto Outubro Rosa (Oficina <i>Tie dye</i>)
Grupo Reflexivo (Paternidade)
Projeto Outro Olhar de Vitória (Visita ao Museu da Vale)
Grupo Educação em Direito (Pirataria)
Grupo Reflexivo (Protagonismo)
Oficina de Decoração (Projeto Outubro Rosa)
Grupo Reflexivo (Roda de Conversa com mulheres)
Ação Outubro Rosa (Projeto Outubro Rosa em parceria com CNRUA)
Grupo Educação em Direitos (Direitos e deveres civis)
Projeto Outubro Rosa (Desfile do Outubro Rosa)
Grupo Reflexivo (Dependência química)
Aulas de yoga
Aulas de arte terapia

Foi possível observar que a frequência nessas ações, serviços e eventos variam em função de vários fatores como os efeitos do uso de drogas e álcool, serem portadores de alguma doença, noites mal dormidas em virtude da permanência nas ruas e até mesmo pela itinerância desse público.

As assembleias realizadas geralmente no refeitório ocorrem uma vez por mês ou em casos extraordinários ou emergenciais e são frequentadas por um número bastante considerável de assistidos. Nessa ação, também são discutidas questões gerais e reivindicações relativas aos serviços do equipamento. No processo de observação participante de uma das assembleias, constatou-se a presença 56 (cinquenta e seis) assistidos e alguns técnicos e educadores sociais e durou cerca de 1 hora e 30 minutos. As questões ali discutidas, anunciadas pelos assistidos eram sobre a melhoria no atendimento da equipe psicossocial e de alguns educadores sociais, pedido de reformas no banheiro masculino, questionamentos com relação às doações de roupas direcionadas apenas para alguns assistidos em específico, reclamações com relação ao horário de distribuição das fichas e a possibilidade de marmitas para janta na saída.

Após fazer as considerações e de prestar esclarecimentos com relação às questões anunciadas pelos assistidos, a equipe técnica apresentou um suporte para guardar alguns objetos dos assistidos, sendo informado que cada assistido ganhará um. Esclareceu-se, também, a proibição do uso de substâncias entorpecentes no local e que pessoas com deficiência, idosos e gestantes têm preferência na fila do almoço, além do anúncio das aulas de yoga e as mudanças em relação à equipe psicossocial, com a chegada de mais uma dupla. As assembleias funcionam, então, como um espaço de fala, seja por parte dos assistidos, ou por parte dos profissionais.

Com relação à educação, há uma sala de aula no equipamento supervisionada pela Escola da Vida, o “EMEFEJA “Armando Serafim de Oliveira”, mais conhecido como EJA. As aulas são de segunda-feira à quinta-feira das 8:20 horas às 11 horas. A maioria dos assistidos que frequenta as aulas são idosos. De acordo com as narrativas da professora responsável, estão matriculados de 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) alunos. Além das aulas em sala, há atividades externas por meio de

seminários ou visitas aos principais pontos da cidade. O material é fornecido pela escola (caderno, lápis, borracha, caneta, livros). A matrícula é somente realizada depois de um tempo – no qual é observado a frequência e vontade – e, para sua efetivação, realiza-se uma prova de conhecimentos com o objetivo verificar a escolaridade ou para a entrega do certificado escolar. Foi observado que a sala de aula está localizada bem próxima ao banheiro masculino, área da lavanderia/jogos e sala de TV, o que facilita, muitas vezes, a entrada e saída dos alunos. A biblioteca que é administrada pelo CENTRO-POP, permanece boa parte do tempo fechada. É um espaço amplo, com mesas, cadeiras, ventiladores e *puffs*. Os livros de diversas categorias ali existentes são doações.

Conforme indica o documento “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua”, as ações desenvolvidas para o atendimento deste público devem contar com a participação de diferentes áreas. Esta afirmação exige que o trabalho em rede no acompanhamento às pessoas em situação de rua seja desenvolvido de forma sinérgica, convergente e complementar (BRASIL, 2008; 2011).

Com relação a essa questão, foi constatada, no processo de observação, a realização da articulação em rede por meio de reuniões e de estudos de casos. No que se refere ao estudo de caso, é uma ação sobre um caso específico que necessita da articulação em rede. Em um caso houve um estudo de caso expandido referente a uma pessoa em situação de rua, gestante de 7 (sete) meses, que possui um transtorno gravíssimo e a família não acolhe. Essa usuária não permanece nos equipamentos, não está fazendo os acompanhamentos e, além disso, encontrava-se num quadro de infecção. Foi acionado, então, estudo de caso expandido com a participação dos equipamentos da assistência social e da saúde (CENTRO-POP, Consultório na Rua e CAPS AD) para estudar essa situação.

As reuniões em rede são promovidas pelo órgão gestor de Assistência Social e/ou com outras Secretarias e responsáveis pela garantia da efetividade das articulações estabelecidas e na identificação de aprimoramentos necessários. Esse processo poderá, inclusive, apontar a necessidade de fortalecimento de determinada política

ou de construção de fluxos e de protocolos intersetoriais de atendimento a pessoas em situação de rua, visando à melhoria dos processos de trabalho em rede, conforme previsão no documento “Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua”.

As reuniões acompanhadas no processo de observação participante foram referentes ao: Grupo Focal; CENTRO-POP e Noturno; Avaliação de fluxo Albergue e CENTRO-POP; CENTRO-POP, Escola da Vida e PMA. Todas essas reuniões eram formadas pelos coordenadores e alguns membros da equipe técnica de cada equipamento social envolvido.

Sobre essa articulação em rede e, em especial, sobre outras políticas públicas, verificou-se durante a pesquisa a falta de políticas de saúde de tratamento para essa população. Embora o serviço do Consultório na Rua esteja presente do CENTRO-POP (duas ou três vezes na semana), a sua atuação ainda é insuficiente para demanda desse público, conforme observado. Na narrativa abaixo, retrata também essa situação:

Antônio (técnico): Apesar de ter o Consultório na Rua, eu acho que sabe... É uma política para ser repensada; é muito fechada, resistente. A questão do uso de substâncias entorpecentes aqui no CENTRO-POP tem uma grande quantidade de usuários que utilizam. Poderia vir um grupo aqui no Centro... Porque a assistência faz o uso de grupos reflexivos sobre o tema Pop. A saúde é um entrave. Deveria ter uma pessoa para acompanhar aqueles que fazem o uso de medicação, um profissional. Essa questão precisa ser revisada. A dependência é um entrave... As vezes o assistido é encaminhado para o PMA e acaba perdendo o benefício devido ao uso de substâncias e acabam retornando ao CENTRO-POP. A questão também da pessoa com transtorno mental também, não tem profissionais para isso, como será o uso da medicação.

Embora sejam executados os encaminhamentos feitos pelo CENTRO-POP na atenção básica da saúde, ainda é necessária a realização de uma rede de diálogos e articulações com os profissionais da saúde, nos casos de portadores de saúde mental e dependência química. Alguns entrevistados da equipe sinalizaram que é necessária a realização de uma triagem mais eficiente, com relação àqueles que são casos de internação para tratamento de drogas e de problemas mentais.

Foi possível também verificar através das narrativas dos técnicos que, muitas vezes, quando os assistidos passam mal dentro do equipamento é acionado o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), porém o socorro nunca é prestado, mesmo diante da realização de ligações seguidas pelos profissionais, o motivo segundo eles seria a associação da pessoa em situação com o uso de drogas. Há uma narrativa que o técnico afirmou que uma determinada vez precisou mentir para que o atendimento fosse realizado.

Ainda sobre a articulação em rede, verificou-se também a ausência da execução das políticas de trabalho e renda. Embora tenha uma articulação nos encaminhamentos junto à Escola da Vida, o CENTRO-POP ainda carece de políticas de geração de renda para que essas pessoas consigam se inserir profissionalmente e com autonomia. Nesse mesmo aspecto, encontram-se ainda as políticas de esporte, lazer e cultura que podem contribuir para a inclusão social dessas pessoas.

Depreende-se, portanto, que a trilha percorrida nesse estudo fundamentou-se na visibilidade da implementação de uma política pública específica para o atendimento das pessoas em situação de rua que são cotidianamente invisibilizados. A invisibilidade pública e os efeitos desse fenômeno são expressos na segregação desse segmento social, que sofrem com as consequências da humilhação social e reificação. Assim:

A invisibilidade pública é como estupro da alma (ninguém nos vê e, entretanto, sentimo-nos dissecados e ressecados pelos outros). A invisibilidade pública não se constitui como fenômeno óptico. A invisibilidade pública é a forma mais aterrorizante de nos sentirmos visíveis. Sabemos que estamos ali, é fato. Sentir-se invisível, publicamente, é ter o sentimento de que estamos defeituosos interiormente e profundamente vulneráveis, forçados em nossas janelas, quebrados em nossas trancas, arrombados em nossas portas (COSTA, F., 2007, p. 177, grifo do autor).

É necessária, deste modo, uma atuação articulada em rede na execução da política pública, não somente para a garantia do atendimento, mas também para efetivação destes direitos fundamentais. Ocorre que, de acordo com a teoria de Santos (2007b), a sociedade civil estranha, no caso representada pela PSR, integra a cidade por meio das “[...] experiências de vida das classes ou grupos sociais nela incluídos são um misto de inclusão e exclusão social” (SANTOS, 2007b, p. 44).

Esse misto de inclusão e exclusão social pode ser atribuído, por parte de uma política pública específica com serviços de proteção e de inclusão social que garante o acesso aos direitos fundamentais, ainda enfrenta dificuldade do reconhecimento por uma parte da sociedade que, acaba inserido essa população nos componentes da invisibilidade pública, da exclusão e da estigmatização. Isso pode ser visto no relato do diário de campo e na entrevista:

Maria (técnica): Muitas pessoas passam e dizem: você vai entrar aí? Que coragem!

Dentro do ônibus no caminho para o CENTRO-POP: Já próximo ao CENTRO-POP, dentro do ônibus que já se encontrava vazio o trocador perguntou onde eu trabalhava. Disse que estava pesquisando as pessoas em situação de rua no CENTRO-POP. Muito surpreso, ele me questionou se eu não tinha medo de estar lá. Logo em seguida, ele afirmou que eles são muito doidões, drogados e me indagou com outra pergunta, eles nunca te agrediram?

Por isso, seria necessária uma ação mais efetiva junto à sociedade, principalmente junto à comunidade⁷³, visando esclarecer e debater sobre a temática, nos lugares onde há fluxo maior desse seguimento. Cabe destacar, porém, que diante de todo o conjunto normativo formado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Política de Assistência Social (PNAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e ainda pela elaboração da Política Nacional e implementação no âmbito municipal ampliou a atenção nos serviços de proteção e inclusão social para como a população de rua, anteriormente considerados invisíveis nesse aspecto.

Um dos principais objetivos do serviço de atendimento a essa população é a construção de novos projetos de vida e sua reinserção social. Ocorre que, na maioria das vezes, os vínculos familiares e comunitários estão fragilizados ou rompidos, cabendo às ações desses serviços uma atenção na construção de estratégias e alternativas, devido às particularidades desse segmento social.

Nessa perspectiva, ainda deverá ser feito uma ação investigativa durante o atendimento com o usuário para obter os motivos que o levaram a estar nessa

⁷³ Foram realizados no ano de 2017, 2 (dois) encontros denominados como “Cidade do Bem” no intuito de apresentar os serviços ofertados pelo Município e possíveis parcerias junto a moradores, igrejas, comerciantes e lideranças comunitárias.

situação, sendo verificada a possibilidade de retomar esse vínculo familiar. A narrativa abaixo expressa esse atendimento, a do trabalho de fortalecimento de vínculos:

Antônio (técnico): Tem famílias que é possível ter acesso. Eles até ligam pros assistidos, vão no portão perguntar. Nas festas e eventos convidamos algumas famílias pra fortalecer os vínculos. É preciso insistir. Eu insisto muito com as duplas é preciso, fazer visita.

Outro ponto que merece ser destacado é o estímulo ao desenvolvimento da participação social daquelas pessoas que não estão mais em situação de rua. Nas narrativas, foi possível verificar que algumas dessas pessoas voltam ao equipamento para contar suas histórias de reinserção social. Há um evento que ocorre de dois em dois anos promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) conhecido como “Superação - Vi, Vivi e Venci”⁷⁴, embora o evento não foi realizado na época da pesquisa (realizado em maio de 2017) foi possível constatar o resgate da autoestima, da autonomia e do estreitamento de laços afetivos e comunitários daquelas pessoas venceram os obstáculos da dura realidade de estar nas ruas, mas principalmente daqueles que ainda vivenciam essa realidade. Também de acordo com as narrativas deveria haver outros eventos como o “Superação”:

Murilo (educador social): Eu acho que poderia ter mais movimentos aqui. Eventos mais fortes sabe?! Pessoas mais experientes, histórias de superação, que não tem. Um movimento a mais desse de entrar, se alimentar, se higienizar, fazer uma atividade ali e ir embora. Eu acho que se tivesse eventos com mais frequência, igual ao Superação...Olha o último superação que teve nos tivemos alguns assistidos que resolveram tomar alguma atitude depois disso, saíram, estão nas suas casas, conseguiram emprego. É porque sentiram sabe?! Foram atravessador de alguma forma. Então se tivesse mais esse tipo de trabalho, não na mesma estrutura, fora e aqui eu acho que despertaria o interesse, esperanças neles.

A partir do que foi exposto, o objetivo desta pesquisa ao entrevistar os sujeitos envolvidos na política municipal de atendimento à população em situação de rua implementadas no CENTRO-POP e, ao realizar o processo de observação

⁷⁴ Segundo a SEMAS, o objetivo é a promoção da visibilidade das pessoas que superaram a situação de rua na cidade e a apresentação das formas pelas quais a política pública municipal no atendimento a esse público contribui para o fortalecimento do serviço, além de consistir numa ação motivacional.

participante foi trazer um olhar desses sujeitos e, conseqüentemente da pesquisadora, acerca dos serviços executados com vistas à reinserção social.

Para tanto, entende-se que a construção teórica de Santos (2010a) acerca do pensamento Abissal, também pode se estender à PSR, a qual divide a realidade social em campos distintos com a sociedade, um lado visível e outro invisível. Essa “abissalidade” tensiona o visível e oculta o outro lado da linha, impossibilitando a coexistência de ambos os lados, que impõem a distinção de um lado credibilizado, seja invisibilizado.

No entanto, nota-se que essa linha abissal, com a implementação de uma política pública específica para a PSR, tencionou a linha no sentido de incluir essas pessoas como visíveis. Ocorre que, esse segmento excluído historicamente, hierarquicamente inferior, inexistente leva “o presente que vai sendo criado do outro lado da linha é tornado invisível ao ser reconceptualizado como o passado irreversível deste lado da linha. O contacto hegemônico converte simultaneidade em não-contemporaneidade” (SANTOS, 2010a, p. 28-29). Dessa forma, a utilização do método dialético e suas categorias, como a totalidade e a historicidade proporcionaram uma investigação na análise de um todo, ou seja, dos sujeitos inseridos e suas histórias de vida.

Nesse sentido, ao analisar as possibilidades de reinserção social, nota-se um cenário ainda composto por discriminações e preconceitos que se agrava na contradição entre a importância da reinserção social e a dificuldade de desligar a pessoa envolvida na política pública. Visível por meio de uma política pública específica passa, ao mesmo tempo, a ocupar uma ‘invisibilidade’ à medida que ainda sofre com os processos de exclusões, segregações e violências por parte da sociedade, que impõe obstáculos com o diferente. Ou seja, “trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita” (SANTOS, 1995, p. 2).

Ao inserir esse sujeito na política, além de prestar os serviços ofertados, ele não somente busca o atendimento, mas, sobretudo, a sua reinserção social. Por isso, além da integralidade nos atendimentos e da intersetorialidade com outras políticas,

é necessária uma escuta mais atenta, por parte dos profissionais que lidam diretamente com essa população afetada pela ruptura dos vínculos familiares, afetivos e sociais.

Constatou-se, diante deste cenário, a integração e a interdisciplinaridade das ações em rede dos serviços de atendimento para esse segmento social, visando à reinserção social. No entanto, denota-se que ele ainda precisa ser fortalecido, especialmente, em relação à importância da participação popular na elaboração, na implementação e no monitoramento da política pública (por meio dos grupos reflexivos, grupo de educação em direitos, Movimento População em Situação de Rua, outros movimentos etc..) para o acesso e para garantia dos direitos, principalmente, para a promoção social do reconhecimento da identidade dessas pessoas e do seu lugar na sociedade, no outro lado da linha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Último diário de campo (fora do campo): Por volta das 21hs, dentro do ônibus a caminho de casa, encontrei com Sorriso, assistido do CENTRO-POP. Ao cumprimentá-lo e perguntá-lo como estava e como andavam as coisas no CENTRO-POP, com um sorriso no rosto contou-me que não estava mais frequentando o CENTRO-POP, pois tinha encontrado uma casa e estava trabalhando. Ele me disse que ficava por ali perto, no Bairro da Penha. Possuía um quarto e um banheiro. Sorriso se despediu dizendo que saltaria naquele ponto e iria para casa tomar um banho, porque ainda vigiaria carros pela madrugada na Curva (Curva da Jurema). Sorriso, que estava há cerca de 3 (três) anos em situação de rua, deixou de ser um assistido, mas ainda tem em seus vínculos, as ruas (27/11/2017).

Ao longo da dissertação, delimitou-se a construção teórica sobre uma alternativa à crise da Modernidade, por meio da emancipação social, com novos espaços para lutas por reconhecimento do sujeito colonial, de forma a responder às práticas opressoras coloniais dentro de um debate de alternativas disponíveis para a construção social regulatória e emancipatória. Esses efeitos permitiram a construção do sujeito na Modernidade compreendido no processo de exclusão social daquele que não se enquadrava no estereótipo do modelo eurocêntrico hegemônico.

Baseada em classificações hegemônicas sobre o mundo, a identidade da sociedade brasileira prevaleceu no Brasil Colônia e também no Império com a escravidão. A existência desse fenômeno habitando nas ruas permitiram nesse contexto histórico, a contextualização nacional da população em situação de rua e no percurso de construção e implementação de políticas públicas voltadas, primordialmente, na atenção desse segmento social.

Considerados excluídos e, ao mesmo tempo, parte integrante de um lado da linha, formam uma realidade social que estimula olhares e que invisibiliza os que não pertencem ao mesmo lado da linha. Essas linhas que dividem, passam a serem atravessadas uma entre a outra, refletindo na negação de direitos, no estigma, na discriminação e na violência, além da fragmentação de laços familiares e comunitários daqueles que estavam do outro lado, na “franja” (SANTOS, 2010a) da sociedade. Iguais como sujeito de direitos, ainda sofrem os efeitos do processo de exclusão social, presente na realidade vivenciada pela pessoa em situação de rua,

por meio da invisibilidade pública que a segrega. Surge, então, a necessidade da efetivação de seus direitos através de políticas públicas de atendimento a essa da população.

Com a intensificação dos movimentos sociais de defesa dessa população e, pelos próprios atores sociais como protagonistas, a construção da Política Nacional teve como elemento norteador o “I Censo Nacional sobre a População em Situação de Rua”, responsável pela obtenção de informações sobre essa população, bem com subsidiar a implementação e/ou o redimensionamento dessas políticas públicas. Esse período foi marcado pela elaboração da Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento pautada na assistência e proteção social em atenção a essa população, acompanhado do conjunto normativo formado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Política de Assistência Social (PNAS) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Ao prosseguir com o estudo, a presente pesquisa mostrou que os desafios para a implementação e execução da Política Nacional em âmbito municipal começam pela articulação em rede na execução dessas políticas, que também envolvem outras políticas, como as de habitação, educação, trabalho e geração de renda, esportes, lazer e cultura e de saúde para alcançarem seus objetivos, principalmente no que se refere à reinserção social. As entrevistas, o processo de observação participante e as conversas informais realizadas com alguns profissionais e assistidos no equipamento social pesquisado foram fatores importantes para a análise da reinserção social da população atendida por meio da implementação dessa política que reúne um conjunto de ações e o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua ofertados no CENTRO-POP.

As reflexões apresentadas no último capítulo, acerca das narrativas e dos serviços prestados na política municipal para inclusão social da população em situação de rua, foram fundamentais para a compreensão de como a referida política está sendo executada, quais os entraves, os avanços e os progressos. Os caminhos percorridos chegaram às ruas também. Por meio de cada uma das 23 (vinte e três) histórias de vida foram expostos seus perfis, os motivos que levaram a estar nas ruas, o tempo

de permanência nas ruas, como sobrevivem, as dificuldades e problemas que costumam enfrentar até chegar às formas de violência e discriminação sofridas por essa população.

No que diz respeito à relação dessa população com o equipamento social do Município, as impressões objetivas foram positivas, em especial, à contribuição para a reinserção social, sendo informadas quais são suas demandas, os pontos positivos e negativos e o que ainda poderia ser ofertado no atendimento da população assistida pelas ações e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua no CENTRO-POP. Na execução da política, também foi abordado os relatos dos profissionais, técnicos e educadores sociais que atendem diretamente essa população sendo observado o tempo e o cotidiano do trabalho, as maiores reivindicações dos assistidos diante suas atribuições e no que se refere à gestão da política pública municipal.

Com relação à gestão da política pública municipal, a questão da intersetorialidade e a sua articulação em rede devem estar presentes no apoio de outras políticas públicas. Embora recorrente na política nacional e no discurso dos executores, essa articulação ainda é um desafio a ser trilhado, principalmente no que se refere às políticas de saúde; trabalho e geração de renda; esportes, lazer e cultura que são políticas tratadas como residuais. As articulações em rede por meio de ações intersetoriais são um importante avanço a serem executadas, pois estão voltadas na inclusão cultural, profissional e social desse segmento social. Dessa forma surge também a inclusão da sociedade civil, de órgãos privados, além dos órgãos públicos nessa intersetorialidade na execução dessas políticas públicas.

A construção de novos projetos de vida e sua reinserção social são os principais objetivos da política pública, devendo ser realizados por meio de ações e serviços. Os resultados deste estudo apontaram que o CENTRO-POP de Vitória funciona como a porta de entrada e referência dessa população, contudo, além do atendimento ofertado, ainda carece de melhorias na estrutura dos serviços realizados para viabilizar a reinserção social das pessoas que frequentam o local.

As demandas da PSR assistida no CENTRO-POP revelaram, em primeiro lugar, a documentação, embora nem sempre fossem reportadas pelos assistidos. Num segundo plano, as de moradia e de aluguel social apareceram seguidas uma da outra. Em várias ocasiões nas entrevistas, o acesso à moradia ou ao aluguel social foi apontado também como mecanismo de inserção social pelos próprios assistidos. No próprio espaço e em algumas oficinas, foi possível observar o desenho de uma casa revelando, assim, ser uma forma de saída das ruas.

Acompanhada da relação de trabalho, a menção à capacitação profissional também foi recorrente, no sentido de serem ofertados cursos no próprio espaço, pois o acesso à Escola da Vida é inviabilizado mediante a ausência do vale transporte ou de outros meios ao acesso de transporte. Ademais, foi mencionada a ausência de parcerias com outras entidades e empresas, além do retorno do painel de ofertas de cursos e empregos fixado em um local de grande circulação dos assistidos no equipamento social.

Por último, apesar da demanda por tratamento para dependência química ter aparecido com menor frequência, razoável quantidade dos entrevistados, principalmente os profissionais, colocam de alguma forma essa variável como importante. Cabe ressaltar que o conjunto de ações entre a área da Assistência Social, por meio do CENTRO-POP e da Saúde, com o Consultório na Rua, são ações que deveriam ser as mais inseridas no atendimento dessa população, tanto na área da saúde mental, como na de dependência química do álcool e de outras drogas.

A população em situação de rua assistida no CENTRO-POP possui um tempo médio de permanência nas ruas de 1 (um) ano a 12 (doze) anos, formada por homens, naturais do Município de Vitória, com escolaridade incompleta (não concluíram o ensino médio) e que sobrevivem nas ruas por meio de doações, atividades informais e as táticas do “mangueio” e do “corre”. Os motivos que levam a estarem nas ruas são a drogadição ou a drogadição acompanhada por conflitos familiares.

As ações e os serviços ofertados a essa população são referentes ao atendimento, alimentação, higienização, obtenção de documentos, inclusão em cadastros para

benefícios e encaminhamentos. As atividades são voltadas para as oficinas, grupos reflexivos, comemorações de datas festivas, alguns passeios, jogos de tabuleiro e a televisão.

A existência de uma sala de aula e uma biblioteca são elementos importantes para levar a educação para essa população com escolaridade incompleta. Como o número de pessoas matriculadas ainda é pequeno, cumpre um papel relevante por partes dos técnicos e educadores sociais o incentivo na participação. Os serviços jurídicos e seus grupos reflexivos, realizados em parceria com as defensorias públicas, também se constituem numa ponte para o exercício dos direitos, deveres e cidadania dessa população.

O estudo revelou também a importância de uma ação mais efetiva junto à comunidade acerca da política e da temática, com a participação de outros órgãos e entidades para combater as práticas discriminatórias, o preconceito e ações violentas. Nesse mesmo cenário, ainda é preciso o fortalecimento da participação popular na elaboração, implementação e monitoramento da política pública junto aos gestores e ao Movimento População em Situação de Rua.

Tais reflexões e análises realizadas durante esse trabalho foram construídas no sentido de consolidar um estudo mais amplo dos direitos e garantias fundamentais dessa população para além do recorte realizado. Embora tenha sido realizado apenas com relação aos profissionais e uma parcela dessa população, assistida por um equipamento social e em um pequeno espaço de tempo em campo, inúmeros foram os esforços nessa pesquisa de uma busca junto a toda articulação que envolve a análise de uma política pública. A reinserção social na implementação e execução da política pública de atenção à população em situação de rua ainda é um desafio no debate sobre as políticas públicas para as pessoas em situação de rua em Vitória. É preciso, então, ir além dos dispositivos legais e políticas públicas sobre essa população, sobretudo no sentido de superar a sua invisibilidade pública, que é fundamental nesse processo. Ao vê-lo como um todo, deste lado (e do outro lado) da linha a pessoa em situação de rua se enxerga como um sujeito de direitos, reconhecendo todos, como sujeitos de direitos!

REFERÊNCIAS

ADEODATO, João Maurício. **Ética & retórica**: para uma teoria da dogmática jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

ARAUJO, Cristiano Luiz Ribeiro de. **Gestão social da população em situação de rua na cidade de Vitória-ES, 2005 a 2012**. 2014. 185 f. Dissertação (mestrado) (Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

BACILA, Carlos Roberto. **Estigmas** - um estudo sobre os preconceitos. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

BECKER, Howard. **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOSCHETTI, Ivanette. **Assistência social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília: GESST/SER/UnB, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. **Lei n. 11.258, 30 de dezembro de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11258.htm>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. **Decreto n. 6.135, de 27 de junho de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm>. Acesso em: 11 set. 2017.

_____. **Decreto n. 7.053, de 24 de dezembro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 28 jun. 2016.

_____. **Lei nº 7.101, de 2 de outubro de 2007.** Disponível em: <<http://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/consulta.cfm?id=155029>>. Acesso 11 set. 2017.

_____. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Brasília, DF: MDS, SAGI; Meta, abril de 2008. (Sumário Executivo).

_____. **Caderno de Orientações Técnicas sobre o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop) e sobre o Serviço Especializado para as Pessoas em Situação de Rua,** 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Legislação.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BRASÍLIA. **Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social-Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à FomeMDS.** Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua- Centro Pop. SUAS e População em Situação de Rua vol. 3. ed. Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRÊTAS, Ana Cristina Passarella; CAVICCHIOLI, Maria Gabriela Secco; ROSA, Anderson da Silva. **O Processo saúde-doença cuidado e a população em situação de rua.** Rev Latino-am Enfermagem, v.13, n. 4, p.576-582, 2005.

BRUNER, Edward. Ethnography as Narrative. In: Edward M. Bruner; Victor W. Turner (eds.), **The Anthropology of Experience.** University of Illinois Press, p. 139-155.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2000.

_____. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Em defesa da população em situação de rua**. Disponível em:

<<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/759>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

CIDH – CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório nº 38/10**.

Disponível em: <<https://cidh.oas.org/annualrep/2010port/Brasil1198.05port.htm>>.

Acesso em: 02 de novembro de 2017.

CONSTANTINO, Luciana Gatti. **Dados SEAS**

[lgconstantino@correio1.vitoria.es.gov.br]. Mensagem recebida por

<santos.mpatricia@hotmail.com> em 24 out. 2017.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

_____. **Moisés e Nilce**: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevista. 2008. 403 f. Tese de Doutorado (Instituto de Psicologia) - USP, São Paulo, 2008.

COSTA, Lucas Kaiser. **A invisibilidade epistemológica de conhecimentos não convencionais e sua apropriação pelo direito na ótica dos direitos fundamentais**: uma análise a partir das cartas psicografadas e a racionalidade jurídica brasileira. 2015. 90 f. Dissertação (Pós-Graduação Strictu Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2015.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **O direito à diferença**: as ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e portadores de deficiência. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

DE LUCCA, Daniel. **A rua em movimento**: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. 2007. 239 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. p. 55-70 (Colección Sur Sur).

_____. **El encubrimiento del Otro – Hacia el origen del “mito de la modernidad”**. Tradução Livre. Conferencias de Frankfurt, octubre, 1992. La Paz:

Plural editores – Facultad de Humanidades y Ciencia de la Educación - UMSA, 1994 (Colección academia número uno).

_____. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 341-395.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon Picoretti. Prefácio. In.: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Poderá ser o direito emancipatório?** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

FREIRE JUNIOR, Américo Bedê. **O controle judicial de políticas públicas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GABORIAU, Patrick. Sem domicílio em Paris, Moscou e Los Angeles um etnólogo em três campos de pesquisa: tentativas de esclarecimento. In: **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia** - n. 29, 2. sem. 2010. Niterói: EdUFF, 2011. p. 131-149.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GONÇALVES FILHO, José Moura. Prefácio. In: COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

González Casanova, Pablo. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Tradução: Ana Carla Lacerda; Introdução: Marcos Roitman – Petrópolis - RJ: Vozes; Rio de Janeiro: LPP; Buenos Aires: CLACSO, 2002.

_____. **Colonialismo interno (uma redefinição)**. En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.19.doc>>.

HERRERA FLORES, Joaquim. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**/Axel Honnet; tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Pesquisa estima que o Brasil tem 101 mil moradores de rua**. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2017.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

KUNZ, Gilderlandia Silva. **Os modos de vida da população em situação de rua: narrativas de andanças nas ruas de Vitória**. 2012. 133 f. Dissertação (mestrado) (Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

LAGE, Allene Carvalho. A pedagogia que emerge da luta política do MST. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá. v. 17. n. 35. p. 487-508. set./dez. 2008.

LEFEBVRE, Henry. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sergio Martins. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LOSEKANN, Arthur Fernando. **A emancipação dos direitos na visão de Boaventura de Sousa Santos**. 2011. 138 f. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Direito Turma Especial De Chapecó - MINTER) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e cidade**. Série Espaço & Debate. 3. ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARTÍNEZ, Alejandro Rosillo. **Fundamentação dos Direitos Humanos desde a Filosofia da Libertação**. Ijuí: Unijuí, 2015.

MELO, Tomás. Da rua pra rua: novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). In: RUI, Taniele. MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel. **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUFSCar, 2016, p. 45-65.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. São Paulo: Alameda, 2012.

MIGNOLO, Walter D. **DELINKING. The rhetoric of modernity, the logic of coloniality and the grammar of de-coloniality**. Tradução livre. Revista Cultural Studies, v. 21, n. 2-3, p. 449-514, March/May 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09502380601162647>>.

MIRANDA Anderson; RODRIGUES, Samuel. **Nós da rua**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8YT35mABNW0>> Acesso em: 9 out. 2017.

MOREIRA, Nelson Camatta. **Fundamentos de uma teoria da constituição dirigente**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

MPES – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO. **Mapa da Política de Assistência Social**. Disponível em: <<https://mapadaassistenciasocial.mpes.mp.br/Home/Sobre#o-que-e->>. Acesso em: 9 out. 2017.

MOTTA, Mauro Souza. **O processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Vitória/ES**. 2015. 176 f. Dissertação (mestrado) (Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

NOGUEIRA, Regina Celly; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **Planejamento Urbano: a gestão da cidade**. Programa Universidade a Distância. UNIDIS Grad. Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Estadual da Paraíba. Aula 09, Disciplina: Geografia Urbana. 2009. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20-%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo_Urb_A09_WEB_M_SF_SI_SE_150110.pdf>.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: EDUC e Cortez, 2003.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Necessidades humanas**: subsídios a crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Política Social**: temas & questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINHEIRO, Priscila Tinelli. **Estas vidas, por que não ir escutá-las lá de onde falam por si próprias?** Diálogos com os membros das associações de catadores de materiais recicláveis de Vitória-ES. 2015. 314 f. Dissertação (Pós-Graduação Strictu Sensu em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2015.

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Livro 5 Tit. 66: Dos mercadores que quebram. E dos que se levantam com fazenda alheia. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1216.htm> >. Acesso em: 02 jul. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Levantamento sobre a população em situação de rua de Vitória**. Vitória: PMV/SEMAS, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005, p. 118-142.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In SANTOS, Boventura de Souza; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-144.

RICHELIS, Raquel. **Assistência Social e esfera pública**: os conselhos no exercício do controle social. São Paulo: Cortez, 1997.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **Entre mobilidades e permanências uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro**. 2015. 380 f. Tese (doutorado) (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2015.

_____. **Nas margens do centro:** As populações de rua, suas sobrevivências e os espaços das grandes metrópoles. *Caderno de Geografia*, v.23, n.40, p. 1-14, 2013.

_____. Os Espaços Públicos e as Populações de Rua nas Grandes Metrópoles: Contenção Territorial e Estratégias Territoriais de Sobrevivência. **Revista geopaisagem**. Ano 11, n. 21, Janeiro/Junho de 2012. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/Metr%C3%B3poles.htm>>. Acesso em: 06 out. 2017.

_____. A Invisibilidade como Estratégia Espacial das Populações de Rua na Cidade do Rio de Janeiro. **Espaço Aberto**, v. 1, n. 2, p. 167-176, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **O Fórum social mundial:** manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007a.

_____. **Poderá ser o direito emancipatório?** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007b.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010a, p. 31-83.

_____. MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. **Refundación del Estado en América Latina**. Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010b.

_____. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010c.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63 | 2002, 237-280.

_____. Los nuevos movimientos sociales. **Revista del Observatorio Social de América Latina/OSAL**, 5, 2001, 177-188.

_____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência, 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, v. 1).

_____. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 4 a 6 set 1995. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf> . Acesso em: 06 out. 2017.

SAWAIA, Bader Burihan. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. In: **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão** (Org.) Petrópolis: Vozes, 1999, p. 97-118.

SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo. A “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais – In: SCHUCH, Patrice (Org.). **A Rua em Movimento**: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre. FASC- Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2012. p. 11-25.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela**: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Habitação popular: a materialização da casa própria no Brasil. **Revista Dimensões**. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal do Espírito Santo. Vol. 21, 2008, p. 126-139.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VERAS, Maura Pardini Bicudo (Org.). **Por uma sociologia da exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: EDUC, 1999.

STOFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SUDBRACK, Aline Winter As vítimas do ódio: violência, estado e vulnerabilidade social no Brasil. In: ALMEIDA, Maria da Graça Blaya. (Org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: PUCRS, 2010. p. 111-120.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, Jether Pereira; ARROCHELLAS, Maria Helena. (Orgs.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 91-126.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato (Org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil; Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1991, p. 81-112.

VIEIRA, Maria. Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos e ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de Rua**: quem é, com quem vive, como é vista. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

VIGNOLI, Jorge Rodriguez. **Segregación residencial socioeconómica**: ¿qué es?, ¿cómo se mide?, ¿qué está pasando?, ¿importa? Santiago: CEPAL, n. 16, agosto 2001. (Série Población y Desarrollo).

VITÓRIA. Conselho Municipal da Assistência Social. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/conselho-da-assistencia-social-une-governo-municipal-e-sociedade-civil>>. Acesso em: 06 out. 2017.

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Eu, _____, declaro que concordo em participar da pesquisa “UMA ANÁLISE DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE VITÓRIA: CAMINHOS PARA A REINSERÇÃO SOCIAL”, realizada pela pesquisadora e responsável pela coleta de dados Patrícia Maria dos Santos, Mestranda em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV, sob a orientação da Prof. Dra. Gilsilene Passon Picoretti Francischetto, da Faculdade de Direito de Vitória – FDV.

Declaro, ainda, que fui informado(a), de maneira clara e detalhada, que:

- A minha identidade será mantida em sigilo, assegurando-se a confidencialidade e a privacidade;
- O trabalho justifica-se pela importância de estabelecer um diálogo com os sujeitos de determinados grupos sociais, neste caso a população em situação de rua, além de técnicos e educadores incluídos nas políticas públicas do Município de Vitória e, a partir das suas percepções, promover um estudo acerca da concretização de direitos fundamentais estabelecidos pela Política Nacional de Atendimento à População em Situação de Rua (Decreto n.º 7.053/2009).
- Esta pesquisa objetiva analisar como estão sendo executadas as políticas públicas em âmbito municipal de atendimento à população em situação de rua no Município de Vitória no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (Centro Pop) por meio de entrevistas com técnicos, educadores sociais e assistidos incluídos nessas políticas públicas verificando de que forma tal grupo percebe tais medidas quanto à sua contribuição para o processo de reinserção social;

- A participação nesta pesquisa é voluntária e tenho liberdade para interromper minha participação a qualquer momento;
- A primeira parte da pesquisa será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas individuais gravadas com a população em situação de rua bem como, os técnicos e educadores sociais incluídos nas políticas públicas do Município – no Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua (Centro Pop). Em seguida, serão transcritas para observar o modo pelo qual estes sujeitos sociais percebem as medidas implantadas pelas políticas públicas;
- A segunda parte da pesquisa ocorrerá mediante um processo de observação do equipamento social, levantamento de documentos, registro de atividades, contato com os técnicos e educadores sociais e à população em situação de rua assistidas do local, para a aquisição de novos indicativos.
- Os técnicos e educadores sociais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua – Centro Pop – estarão livres de qualquer responsabilidade com as atividades desenvolvidas pela pesquisadora durante a realização das entrevistas a população em situação de rua;
- Os benefícios desta pesquisa consistem na contribuição de um maior esclarecimento a respeito da execução da Política Municipal de Atenção à População em Situação de Rua no Município de Vitória, possibilitando condições de desinvisibilização social desses sujeitos sociais;
- Os participantes serão indenizados diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde;
- Esta pesquisa atende a todas as exigências da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas envolvendo seres humanos, inclusive quanto aos potenciais riscos e desconfortos ocasionados aos participantes na realização das entrevistas propostas;

- Poderei solicitar novos esclarecimentos e informações sobre esta pesquisa em qualquer momento, a partir do contato com a pesquisadora Patrícia Maria dos Santos, no telefone (27) 981371611, ou pelo e-mail santos.mpatricia@hotmail.com, e com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Direito de Vitória (www.fdv.br), pelo telefone (27) 3041-3603, ou pelo e-mail comitedeetica@fdv.br.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome:

Documento de Identificação nº:

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura do participante

Como pesquisadora responsável pela pesquisa “UMA ANÁLISE DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE VITÓRIA: CAMINHOS PARA A REINSERÇÃO SOCIAL” eu, Patrícia Maria dos Santos, declaro ter cumprido as exigências da Resolução 466/12 CNS, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos.

Assinatura do pesquisador

Vitória/ES, _____ de _____ de 20____.

ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ASSISTIDA PELO CENTRO-POP

I – IDENTIFICAÇÃO:

01. Nome: _____
02. Gênero:
03. Idade:
04. Cor: _____ (Branco, pardo, preto, amarelo, indígena)
05. Escolaridade
 - a) Nunca foi à Escola
 - b) 1º a 4º ano
 - c) 5º a 9º ano
 - d) Ensino médio
 - e) Superior
 - f) Incompleto
06. Naturalidade: _____

II – Vida na Rua:

07. Qual o motivo que o(a) levou a estar nas ruas?
08. Há quanto tempo está nas ruas?
09. Como sobrevive na rua? (quanto a alimentos, roupas, remédios, etc)
10. Como é estar na rua? (dificuldades / problemas que costuma enfrentar)
11. Já esteve em abrigos? Caso positivo: Como você os avalia? Caso negativo: Gostaria de ficar em abrigos?
12. Já sofreu algum tipo de violência na rua? Caso positivo, qual?
Já sofreu algum tipo de discriminação? Caso positivo, qual?

III – Relação com o equipamento social do Município

13. Você acredita que o Centro-Pop contribui para a sua reinserção social?

14. Aponte os pontos positivos e/ou negativos que vê no Centro-Pop.
15. O que você gostaria que fosse oferecido pelo Poder Público Municipal para as pessoas em situação de rua, assistidas no Centro-Pop?

ANEXO III

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM TÉCNICOS E EDUCADORES SOCIAIS DO CENTRO-POP

I – IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Idade:

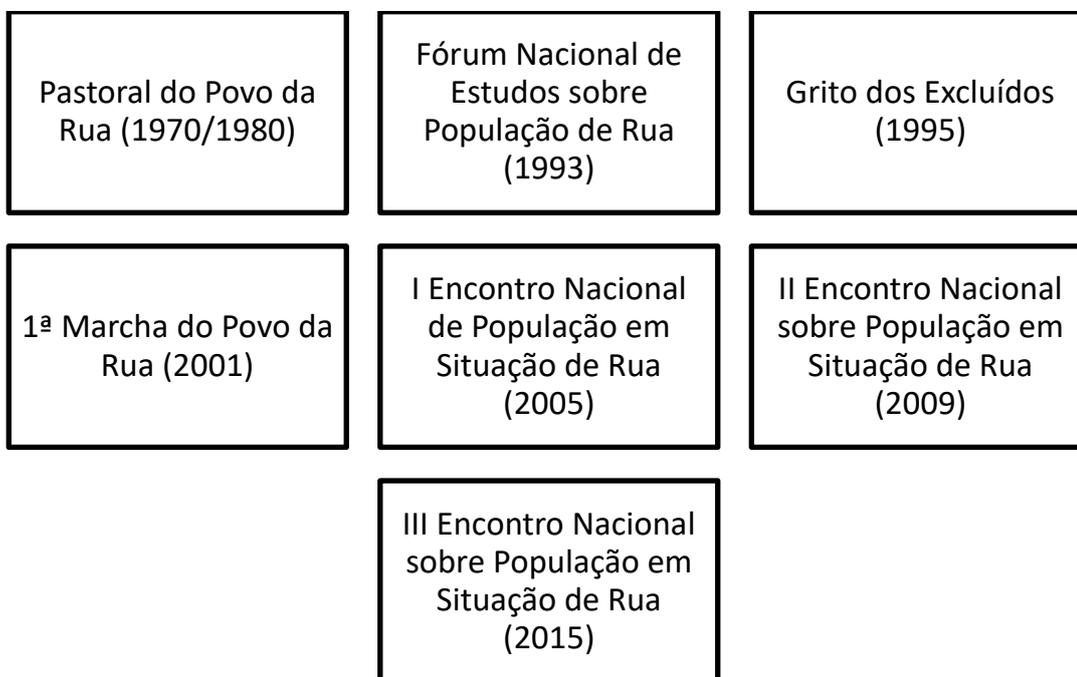
Grau de Instrução:

Função:

II – QUESTÕES

1. Há quanto tempo trabalha com pessoas em situação de rua?
2. Como é o cotidiano do seu trabalho?
3. A partir de suas atribuições no equipamento social, quais são as maiores reivindicações dos assistidos?
4. Como tem sido a relação entre os executores da Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua e Poder Público Municipal?
5. O que você considera como *progressos* na implementação/execução da política pública de atendimento à População de Rua municipal e quais os maiores *entraves*?
6. O que precisaria ser *aperfeiçoado* na implementação/execução da Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua no Município?

ANEXO IV

Marcos sociais sobre a população em situação de rua**Fonte: Pesquisadora**

ANEXO V

Principais dispositivos relacionados à população em situação de rua

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Direitos Fundamentais
Lei nº 8.742 de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS)	Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
Resolução nº 145 de 2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS)	Atenção à população em situação de rua no âmbito do SUAS.
Lei nº 11.258 de 2005 (Altera a Lei nº 8.742 de 1993 – LOAS)	Inclui no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a prerrogativa de que, na organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua.
Portaria nº 566 de 2005	Estabelece regras complementares para financiamento de projetos de inclusão produtiva, destinados à população em situação de rua em processo de restabelecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários.
Decreto s/nº de 2006	Instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua.
Portaria MDS nº 381 de 2006	Assegurou recursos do cofinanciamento federal para Municípios com mais de 300.000 habitantes com população em situação de rua, visando apoio à oferta de serviços de acolhimento destinados a este público.
Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social	Aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Documento que tipifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à População em Situação de Rua na Proteção Social Especial - PSE: Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Acolhimento Institucional (que incluem

	adultos e famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (que inclui adultos em processo de saída das ruas).
Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 (Política Nacional para a População em Situação de Rua)	Instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento.
Portaria 3.305 de 2009	Institui o Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua.
Instrução Operacional Conjunta nº 07/2010	Reúne orientações aos Municípios e Distrito Federal para a inclusão de Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADUNICO).

Fonte: Pesquisadora

ANEXO VI

Rede de programas, serviços, projetos e de acolhimento que compõe a rede de atendimento à população de rua

Rede de programas, serviços e projetos	Objetivo
Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CRAS)	Atendem pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência.
Onde anda você	Engloba projetos, nas áreas de Assistência Social, Saúde, Habitação, Educação, Trabalho e Geração de Renda, Esportes, Lazer e Cultura e integram um amplo trabalho de reinserção social de pessoas em situação de rua.
Consultório na Rua	Atendimento aos cuidados básicos de saúde específico para a população em situação de rua
Moradia Alternativas	O projeto oferece dois benefícios aos moradores em situação de rua. O primeiro é o aluguel social, no qual a administração municipal paga o aluguel de uma casa no valor de até um salário mínimo e o beneficiário tem a liberdade de escolher onde vai morar. O segundo é a carta de crédito. Nesse caso, o beneficiário recebe um cheque no valor de até R\$ 39 mil e tem a possibilidade de comprar uma casa no local que preferir, passando, anteriormente, por uma avaliação técnica de engenheiros da Prefeitura.
Escola da Vida	Espaço de retaguarda e referência para identificar, desenvolver e fortalecer as habilidades empreendedoras das pessoas em situação de risco social com idade mínima de 14 anos atendidas pela rede de serviços da Assistência Social (Serviço de Abordagem, CENTRO-POP, Abrigo e Casa Lar) e da Saúde (Centro de Atendimento Psicossocial de Álcool e Drogas e Consultório na Rua), prioritariamente os usuários de substâncias químicas.
Escola de Jovens e Adultos (EJA)	Levar a educação para as pessoas em situação de rua. As aulas são realizadas no CENTRO-POP.

Acolhimento	Objetivo
Serviço Especializado em Abordagem Social	Monitora diariamente as ruas de Vitória, identificando e abordando adultos, crianças e adolescentes em situação de rua. Por meio do serviço, essas pessoas são encaminhadas para os espaços de acolhida e outros serviços da rede de assistência social.
CENTRO-POP	Espaço de acolhida imediata da população de rua.
Hospedagem Noturna	espaço de acolhida noturna para população adulta em situação de rua
Abrigo	Espaço de moradia provisória para adultos em situação de rua.
Casa Lar	Espaço de acolhida às pessoas em situação de rua com transtorno mental e com poucas possibilidades de reinserção familiar e social.
Albergue para Migrantes	Abrigamento provisório no atendimento social a pessoas a partir de 18 anos e que estejam de passagem por Vitória
Casa República	Espaço idealizado para acolher ex-moradores de rua, temporariamente.

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Vitória. Disponível em:

<http://www.vitoria.es.gov.br/prefeitura/populacao-de-rua>

ANEXO VII

ANEXO VIII

Serviços e ações ofertadas pelo CENTRO-POP

Oferta	Quantidade	Observação
Refeição	03 (café, almoço, lanche)	A alimentação é preparada na unidade sob a supervisão de uma nutricionista.
Educação de Jovens e Adultos		Na unidade possui uma sala de aula que funciona de segunda-feira a sexta-feira das 7 horas as 11 horas.
Atendimento sócio-jurídico		Além da orientação processual a assessora jurídica também realiza encaminhamentos para a Defensoria do Estado e/ou da União. Também são realizados encaminhamentos para documentação (2ª Via da Certidão de Nascimento, identidade, CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho e entre outros.)
Oficinas	03	É ofertado oficinas de artesanato, costura e letra/rima.
Grupo Reflexivo		Os grupos reflexivos trabalham temas transversais que façam referência a vida nas ruas e as possibilidades para superar tal condição.

Visita Domiciliar	A visita domiciliar é realizada a fim de reaproximar os laços familiares e promover a reinserção do indivíduo na família. Também é realizada visita de monitoramento pós retorno para a família e/ou reinserção comunitária própria.
Grupo de educação em direitos	O grupo reflexivo é ofertado pela assessoria sócio-jurídico em parceria com a Defensoria Pública Estadual.
Encaminhamentos	Os encaminhamentos são direcionados para orientação em outros órgãos, como por exemplo, CRAS, bancos, mercado de trabalho, demandas de saúde e entre outros

Fonte: Gerência de média Complexidade – SEMAS/GMC e CENTRO-POP

ANEXO IX

Fluxograma CENTRO-POP

